



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE ARAGUAÍNA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE CULTURA E
TERRITÓRIO – PPGCULT

HELENITA RABELO DUARTE

**AS REPRESENTAÇÕES DA PAISAGEM DO RIO TOCANTINS NO ÂMBITO
DO TERRITÓRIO, CULTURA E IDENTIDADE SOB O IMAGINÁRIO DA
POPULAÇÃO EM FILADÉLFIA – TO**

Araguaína / TO
2021

HELENITA RABELO DUARTE

**AS REPRESENTAÇÕES DA PAISAGEM DO RIO TOCANTINS NO ÂMBITO
DO TERRITÓRIO, CULTURA E IDENTIDADE SOB O IMAGINÁRIO DA
POPULAÇÃO EM FILADÉLFIA – TO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Estudos de Cultura e Territórios - PPCULT. Foi avaliada para obtenção do título de Mestre em Estudos de Cultura e Territórios e aprovada em sua forma final pelo orientador e pela Banca Examinadora.

Linha de Pesquisa: Natureza, Poder e Territorialidades.

Orientador: Prof. Dr. Elias da Silva.

Araguaína / TO
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

D812r DUARTE, HELENITA RABELO .

AS REPRESENTAÇÕES DA PAISAGEM DO RIO TOCANTINS NO
ÂMBITO DO TERRITÓRIO, CULTURA E IDENTIDADE SOB O
IMAGINÁRIO DA POPULAÇÃO EM FILADÉLFIA – TO. / HELENITA
RABELO DUARTE. – Araguaína, TO, 2021.

162 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins
– Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Pós-Graduação (Mestrado)
em Estudo de Cultura e Território, 2021.

Orientador: Elias da SILVA

1. Representação. 2. Paisagem. 3. Rio Tocantins. 4. Filadélfia-TO. I. Título

CDD 306

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

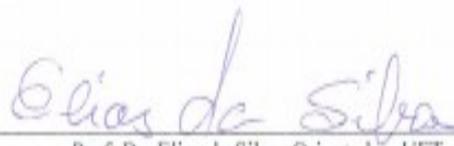
HELENITA RABELO DUARTE

AS REPRESENTAÇÕES DA PAISAGEM DO RIO TOCANTINS NO ÂMBITO DO
TERRITÓRIO, CULTURA E IDENTIDADE SOB O IMAGINÁRIO DA POPULAÇÃO EM
FILADÉLFIA – TO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Estudos de Cultura e Territórios – PPCULT. Foi
avaliada para a obtenção do título de Mestre em Estudos
de Cultura e Território, e aprovada em sua forma final
pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 26 / 02 / 2021

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Elias da Silva, Orientador, UFT



Prof.(a) Dr.(a) Olivia Macedo Miranda de Medeiros, Examinadora, UFT



Prof. Dr. Júlio César Suzuki, Examinador, USP

Aos meus pais, Agenora Rabelo Duarte e Benedito José Duarte (*in memoriam*) que foram, em todos os momentos de atividades acadêmicas, meu porto seguro, onde o reflexo d'águas do rio Tocantins traduzia a paisagem da alma sentida, saudade eterna, lembranças maravilhosas.

Hino do Município de Filadélfia – TO

Letra/melodia por Lucimar Pereira dos Santos

Sou da terra mais querida de amores, graça e vida

De nobre coração

Linda oh Filadélfia amada

De ruas perfumadas

E doce mansidão

Serra da torre da lua / Sinto saudade sua

Se estou longe de ti / Como é forte a sua gente

Ordeira, assaz valente / Como jamais eu vi

No então norte goiano

No Porto dos Paulas começou

Óh! Cidade da seresta

Da padroeira em festa

Rio cunhãs que me banhou

Oh mangueira centenária / Lá no cais o rio a sombrear

Oh cidade que fascina / Princesa Tocatina

Pra sempre hei de te amar

Sou Filadelfiense, Tocantinense eu sou

Cerrado, caatinga sou da capital do amor

Do ribeirão Arraias, da Praia do coqueiro

João Aires, Bielândia, meu povo simples, ordeiro

Amaro e Gameleira, Cana brava e Caracol

Ipê roxo e angico, solo rico, chuva e sol

Da linda Barraria, Rodeador, Grotão

Te amo Filadélfia terra do meu coração (SANTOS, 2016).

AGRADECIMENTOS

A Jeová Deus, pela oportunidade de viver e por me iluminar em todos os momentos da pesquisa.

Aos familiares, em especial a André e à Suelene, pela presença indispensável em meu viver em todos os sentidos da vida.

À família Borges, pelo acolhimento e dedicação nos momentos de pesquisa em campo.

À Universidade Federal do Tocantins (UFT), por oferecer o programa de Pós-graduação em Estudos de cultura e Territórios (PPGCult).

Ao professor orientador, Dr. Elias da Silva, pelas orientações e sugestões sempre bem-vindas em todos os momentos da pesquisa, compartilhando conhecimento e experiências únicas.

À banca examinadora, professora Dr.^a Olívia Macedo Miranda Cormineiro (UFT) e professor Dr. Júlio Cesar Suzuki (USP), pelas contribuições sempre bem-vindas visando melhorias no trabalho e por se disporem atenciosamente a participar da banca avaliadora.

Ao corpo docente e administrativo do Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCult), pela atenção dispensada no transcorrer do curso, em especial pelo conhecimento transmitido nas disciplinas ofertadas.

À comunidade filadelfiense, por ser a fonte inspiradora da pesquisa, em especial os participantes da nossa pesquisa, por confiar no nosso trabalho, por narrarem suas histórias de vida. Apesar das dores sentidas coletivamente, foram muito receptivos e recíprocos ao longo dos últimos dois anos. Sua imaginação, a poesia e a realidade narram as territorialidades, desvelando as representações sobre a paisagem do rio Tocantins.

Aos colegas de turma, pela oportunidade de poder compartilhar Histórias de vida, alegrias, tristezas, aprendizados e muitos abraços solidários.

A Andison Antônio de Oliveira França, pela atenção, paciência e elaboração dos mapas que foram fundamentais à apresentação visual da dissertação.

À professora Eliane de Jesus Oliveira, pelas correções de textos e sugestões sempre bem-vindas, sobretudo pela amizade carinhosa e atenção dispensada.

À professora Giliana Zeferino Leal Mendes, pelas formatações em geral da dissertação e sugestões sempre bem-vindas, especialmente pela amizade de longa data, desde 2011, sempre incentivadora e acolhedora.

Ao professor Edilson Barros de Macedo (UFT), pela atenção dispensada, por se dispor a ouvir-me nos momentos em que eu mais precisei para poder seguir em frente com as pesquisas.

RESUMO

Esta dissertação aborda as representações da população de Filadélfia referente à paisagem do rio Tocantins, ente significativo do processo socioterritorial local, no contexto de formação do lago da Hidrelétrica de Estreito/MA. O presente trabalho traz consigo uma abordagem interdisciplinar, na perspectiva de Olga Pombo, no esforço de mobilização da tríade Território, Cultura e Identidade, na perspectiva da paisagem cultural, buscando responder nossas indagações inerentes à nova realidade social filadelfiense: na percepção da sociedade local atual, até que ponto os impactos sofridos estão levando-a a readaptação ao novo local misturando lembranças e perspectivas e provocando novas reações, percepções, mas também resistência? Para responder às indagações, dialogamos com Rogério Haesbaert acerca do processo de (des)territorialização; com Marcos Aurélio Saquet, sobretudo a respeito das novas abordagens de território, paisagem e representação; com Stuart Hall na perspectiva de cultura, identidade e representação; com Denis Cosgrove e Milton Santos por uma leitura da paisagem cultural; com Michael Pollak, em relação a como as memórias subterrâneas invadem o espaço público; com Pinheiro Neto, no tocante à leitura da paisagem na Literatura; e com Yi-Fu Tuan, no que se refere a cultura, experiência e atitudes ambientais e o sentimento topofílico pelo local. A metodologia consistiu no trabalho com entrevistas, por meio das narrativas orais de História de vida dos participantes da pesquisa, em acordo com os apontamentos de Alessandro Portelli, na arte da escuta e nas anotações em diário de campo, segundo as orientações de observação por Stéphane Beaud e Florence Weber. Dos resultados alcançados, as narrativas historiográficas revelam que o povoamento às margens do rio Tocantins foi impulsionado pelas descobertas das minas de ouro, as quais deram origem aos arraiais na região de Goiás, e pela navegação interiorana (antigo norte goiano). Quanto à formação territorial de Filadélfia, aponta-se que a paisagem histórica desse município faz referência à (trans)formação da paisagem desse rio a partir do século XVIII. E as representações descritas nas narrativas proferidas pelos participantes da pesquisa evidenciaram que a população filadelfiense não está se adaptando à nova realidade de atingidos com a implantação da referida usina, pois o sentimento de perdas envolve sua configuração social, atrelado às lembranças do tempo em que o ciclo natural do rio Tocantins a comandava, levando os moradores a perceber que a ineficiência das políticas públicas locais desarticula o desenvolvimento territorial. Em razão disso, buscam preservar a memória local por meio das lembranças subterrâneas descritas em forma de poesia crítica, histórias de vida passadas de pai para filho por meio da oralidade.

Palavras-chave: Representação. Paisagem. Rio Tocantins. Filadélfia-TO.

ABSTRACT

This dissertation addresses the representations of Filadélfia's population regarding the landscape of the Tocantins River, a significant part of the local socio-territorial process, in the context of the formation of the Estreito / MA Hydroelectric Lake. The present work is anchored in an interdisciplinary approach, from Olga Pombo's perspective, in the effort to mobilize the triad Territory, Culture and Identity, in the perspective of the cultural landscape, trying to answer our questions inherent to the new social reality of Filadélfia's people: in the perception of the current local society, to what extent are the impacts suffered are taking Filadélfia's society to readaptation to the new place mixing memories and perspectives and provoking new reactions, perceptions, but also resistance? To answer the questions, we dialogue with Rogério Haesbaert about the process of (de) territorialization; with Marcos Aurélio Saquet, especially regarding the new approaches of territory, landscape and representation; with Stuart Hall from the perspective of culture, identity and representation; with Denis Cosgrove and Milton Santos for a reading of the cultural landscape; with Michael Pollak, in relation to how underground memories invade public space; with Pinheiro Neto, regarding the reading of the landscape in Literature; and with Yi-Fu Tuan, regarding culture, experience and environmental attitudes and the topophilic feeling for the place. The methodology consisted of working with interviews, through the oral narratives of the life history of the research participants, in accordance with the notes of Alessandro Portelli, in the art of listening and in the notes in the field diary, according to the observation guidelines by Stéphane Beaud and Florence Weber. From the results achieved, historiographical narratives reveal that the settlement on the banks of the Tocantins River was driven by the discoveries of the gold mines, which originated to the rays in the region of Goiás, and by inland navigation (old north of Goiás). As for the territorial formation of Filadélfia, it is pointed out that the historic landscape of this municipality makes reference to the (trans) formation of the landscape of this river from the 18th century. And the representations described in the narratives given by the research participants showed that the Filadélfia's population is not adapting to the new reality of the implantation of the referred plant, since the feeling of loss involves their social configuration, linked to the memories of the time which the natural cycle of the Tocantins River commanded it, leading residents to understand that the inefficiency of local public policies disrupts the territorial development. As a result, they seek to preserve local memory through underground memories described in the critical poetry, last life story from father to son through orality.

Keywords: Representation. Landscape. Tocantins River. Filadélfia-TO.

LISTA DE NARRADORES DA CIDADE DE FILADÉLFIA – TO

AIRES, Hermísio Alecrim. Cinquenta e cinco (55) anos, biólogo, servidor público, casado, natural da cidade de Filadélfia/ TO. Por dezessete (17) anos ficou ausente da cidade, voltou em 2005 e, atualmente, está à frente do Monumento Natural das Árvores fossilizadas do Tocantins (MNATO), localizado no distrito de Bielândia, a 50 km de Filadélfia.

AIRES, Maria do socorro Marinho Cunha. Cinquenta (50) anos, licenciada em Letras, natural da cidade de Filadélfia/TO. Por treze (13) anos se ausentou desse município e região, retornando em 2005. Atualmente é diretora da Escola Estadual Adeualdo de Moraes, na cidade de Filadélfia.

CARNEIRO. José Aldo Aires. Setenta (70) anos, lavrador, poeta, casado, natural de Filadélfia/TO, nasceu na fazenda Vão Grande, desse município. Conhecido popularmente como Zequinha do Punca, estudou no colégio Municipal de Filadélfia onde concluiu os estudos ginasiais em 1975.

COELHO, Árvore do Cerrado¹. Cinquenta (50) anos, autônomo, casado, natural da cidade de Carolina/MA.

FREITAS, Audineid Mota. Trinta e cinco (35) anos, casada, geógrafa, natural da cidade de Carolina/MA. Por seis anos se ausentou do município de Filadélfia, regressando em 2010. Atualmente se encontra no exercício da docência na Escola Estadual Adeualdo de Moraes.

JOAQUINA, Árvore do Cerrado². Viúva, dona de casa; reside na cidade de Filadélfia, há 40 anos.

LUIS, Árvore do Cerrado³. Setenta e cinco (75) anos, natural da cidade de Nova Iorque/MA.

¹ Nome fictício

² Nome fictício

³ Nome fictício

PEREIRA, Raimundo Nonato. Cinquenta e nove (59) anos, pároco na cidade de Filadélfia-TO.

PINTO, Benilson E. S. Cinquenta (50) anos, poeta, pedagogo, natural da cidade de Filadélfia/TO. Casado, exerce a docência na escola municipal de Filadélfia/TO.

ROSA, Árvore do Cerrado⁴. Professora aposentada, casada, reside na cidade de Filadélfia desde criança.

SEBASTINA, Árvore do Cerrado⁵. Oitenta (80) anos, lavradora, casada, aposentada. Reside na cidade de Filadélfia desde o ano de 1958.

SILVA, João Viane Ribeiro. Trinta e oito (38) anos, natural da cidade de Carolina/MA, reside desde bebê na cidade de Filadélfia. Casado, funcionário público e presidente da Associação dos Barraqueiros da praia permanente de Filadélfia/TO.

⁴ Nome Fictício

⁵ Nome Fictício

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Igreja Nossa Senhora Perpétuo Socorro – Filadélfia/TO	80
Fotografia 2 – A “Mangueira centenária” às margens do rio Tocantins, antes da formação do lago artificial de Estreito em Filadélfia	86
Fotografia 3 – Corte da “Mangueira centenária” no processo de enchimento do lago artificial de Estreito em Filadélfia	88
Fotografia 4 – Área urbana em Filadélfia anterior ao processo de enchimento do lago artificial de Estreito.....	90
Fotografia 5 – Área urbana em Filadélfia posterior ao processo de enchimento do lago artificial.....	91
Fotografia 6 – Inundação da Área Urbana de Filadélfia no processo de enchimento do lago artificial de Estreito.....	92
Fotografia 7 – Desapropriação em área urbana de Filadélfia.....	93
Fotografia 8 – Um pouco da memória que se foi nas águas.....	97
Fotografia 9 – Projeto Orla Filadélfia	108
Fotografia 10 – Paisagem urbana da cidade de Filadélfia no ano de 2015	111
Fotografia 11 – Obra pública inacabada na cidade de Filadélfia	116
Fotografia 12 – Paisagem Orla de Filadélfia	117
Fotografia 13 – Paisagem do verão no rio Tocantins anterior à formação do lago artificial de Estreito/MA	120
Fotografia 14 – Paisagem do verão no lago artificial de Estreito	122

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Caminhos por onde passam o rio Tocantins: Alto Tocantins, Médio Tocantins e Baixo Tocantins.	45
Mapa 2 – Localização das cidades atuais no curso do rio Tocantins na formação de Filadélfia	61
Mapa 3 – Localização do município de Filadélfia no Tocantins e no Brasil.....	64
Mapa 4 – Área Urbana da cidade de Filadélfia – Anos 2010 e 2018	100

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ABPPF** – Associação dos Barraqueiros da praia Permanente de Filadélfia.
- CESTE** – Consórcio Estreito Energia.
- CFURH** – Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos.
- CONAMA** – Conselho Nacional do Meio Ambiente.
- DREA** – Diretoria Regional de Ensino de Araguaína.
- EIA/RIMA** – Estudo do Impacto Ambiental.
- EMI** – Programa Ensino Médio Inovador.
- EPE** – Empresa de Pesquisa Energética.
- FIPED** – Fórum Internacional de Pedagogia.
- IBAMA** – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- LOMF** – Lei Orgânica do Município de Filadélfia.
- MA** – Maranhão.
- MAB** – Representantes dos Atingidos por Barragens.
- MG** – Minas Gerais.
- MME** – Ministério de Minas e Energia.
- MNATO** - Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Tocantins.
- MNTACUFT** – Manual de Normalização para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos – Científicos da Universidade Federal do Tocantins.
- NATURATINS** – Instituto de Natureza do Tocantins.
- PBA** – Plano Básico Ambiental.
- PCS**- Programa de Comunicação Social.
- PPGCULT** – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território.
- PPP** – Projeto Político Pedagógico.
- SEPLAN** – Secretária de Estado de Planejamento.
- SISEMA** – Sistema Estadual do Meio Ambiente.
- TO** – Tocantins.
- UFG** – Universidade Federal de Goiás.
- UFT** – Universidade Federal do Tocantins.
- UFU** – Universidade Federal de Uberlândia.
- UHEE** – Usina Hidrelétrica de Energia Estreito.
- USP** – Universidade de São Paulo.

SUMÁRIO

MEMORIAL INFORMATIVO	15
INTRODUÇÃO.....	18
CAPÍTULO I.....	29
1 O RIO TOCANTINS NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO DE FILADÉLFIA ..	29
1.1 Território, Cultura e Identidade na perspectiva da paisagem cultural	29
1.2 Século XVIII: navegação do rio Tocantins	38
1.3 Contextualizando a formação do município de Filadélfia	51
1.4 Características da formação do município de Filadélfia	63
CAPÍTULO II	66
2 EVENTOS DA MEMÓRIA E CULTURA NO ÂMBITO DO IMAGINÁRIO DA POPULAÇÃO FILADELFIENSE NO RECORTE TEMPORAL DOS ÚLTIMOS DEZ ANOS	66
2.1 Memória em Estudos de Cultura e Território	66
2.2 Os tipos de memória que o rio Tocantins evoca	70
2.3 A desapropriação dos ribeirinhos	81
2.4 A Mangueira centenária	85
2.5 Aspectos da cultura local	93
CAPÍTULO III.....	98
3 REPRESENTAÇÕES DA POPULAÇÃO NA PAISAGEM ATUAL E EM PERSPECTIVA COMO INDÍCIOS DE RESITÊNCIA SOCIOTERRITORIAL	98
3.1 O projeto da UHEE em contraste com a real situação na cidade de Filadélfia	101
3.2 Os impactos ambientais segundo as representações da população filadelfiense	109
3.3 As representações da população filadelfiense na paisagem de formação do lago artificial da Usina de Estreito: “o rio está morto”.....	117
3.4 A paisagem na representação dos participantes da pesquisa com poesia	123
3.5 As representações da população filadelfiense na paisagem atual frente à nova realidade local	134
3.6 Da paisagem atual e em perspectiva como indícios de resistência socioterritorial	140

CONSIDERAÇÕES FINAIS	146
APÊNDICES	157
APÊNDICE I – Declaração de Compromisso do Pesquisador	158
APÊNDICE II – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	159
APÊNDICE III - Parecer do Comitê de Ética (CEP)	162

MEMORIAL INFORMATIVO

Sou natural da cidade de Teresópolis/RJ. Aos cinco anos de idade, vivenciei os primeiros contatos com o mundo das letras, das cores, com o universo musical, com as terríveis quatro operações das exatas. Contudo, não vivenciei o mundo dos contos de fadas. Vivenciei as tramas, ainda criança, referentes ao regime militar. Como canta Caetano “Sem lenço sem documento”, segui e os anos se passaram. Depois de várias viagens, entre idas e vindas, cheguei à região Centro-Oeste, em pleno verão goiano, especificamente na pacata Rianápolis/GO. De lá, pude seguir meu destino até chegar aqui, na região Norte, antigo norte goiano, hoje estado do Tocantins, mais precisamente em Araguaína/TO, no mês de janeiro de 1978.

Academicamente, cursei, no âmbito federal, Licenciatura em História (Universidade Federal do Tocantins), e estadual, Licenciatura em Pedagogia (Fundação Universidade do Tocantins), assim como as especializações em Educação Especial, Gestão Educacional, Orientação Educacional, Docência do Ensino Superior, Língua Portuguesa e Literatura e Educação Infantil. Posso dizer também que cruzei fronteiras ao manter-me conectada com os professores na universidade. Ao todo, ao longo do percurso de formação acadêmica, constituí a paisagem do conhecimento contínuo.

Na perspectiva de atender os alunos do Jardim II, Ensino Fundamental I e II, Ensino Médio e Pós-graduação, busquei no meu passado enquanto aluna, as vivências construídas ao longo do tempo, para poder reconhecer as necessidades de cada um que estivesse sob as minhas orientações, porque iniciei minha profissão como cuidadora de crianças na fase do Jardim II. No Ensino Fundamental e Médio, trabalhei como auxiliar da coordenadora pedagógica e, como isso, pude conhecer e vivenciar as diferenças sociais, culturais e econômicas a partir do olhar como professora e como coordenadora de ensino no ambiente escolar e como coordenadora de ensino na pós-graduação em educação. Atualmente, estou fora do mercado de trabalho, em busca de novas oportunidades, e, assim, seguimos.

A escolha do curso de pós-graduação em Estudos de Cultura e Território se deu, em primeiro lugar, porque sempre almejei conhecer além do que a vida me oferecia. O passado acadêmico foi decisivo porque fui motivada por meus professores a seguir com os meus estudos, estar mestrando para mim, é a realização pessoal e profissional, pois, ao longo dos anos, as circunstâncias da vida me afastaram dos bancos educacionais, mas

nas oportunidades que a vida me ofereceu, eu retornava ao meu objetivo, ou seja, dar continuidade à minha formação enquanto docente.

Ingressar no mestrado interdisciplinar no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCult) é a certeza de poder formalizar a minha formação no âmbito acadêmico, na perspectiva de concorrer a uma vaga como docente universitária e com os ganhos formativos, manter-me atualizada enquanto profissional e como pessoa. Todo esse processo formativo é evolutivo, na medida em que eu me permito conhecer e conceber todo o processo do curso em si, como algo capaz de desconstruir e reconstruir o conhecimento adquirido ao longo dos anos.

No ano de 2015, tive a oportunidade de participar das aulas ofertadas pelo PPGCult da Universidade Federal do Tocantins (UFT), na condição de ouvinte. Na ocasião, foi ofertada a disciplina: Cultura, território e interdisciplinaridade. A partir desse encontro, passamos a dialogar com outras ciências, na perspectiva interdisciplinar, “[...] como possibilidade de diálogo entre as diferentes disciplinas e seus conceitos, sem anular ou diminuir os conhecimentos produzidos em cada ciência” (FAZENDA, 2002, p. 85).

Resultou que: em parceria, na condição de co-autora, organizamos o trabalho de disciplina (artigo) intitulado *Comunidade Quilombola Dona Jucelina numa abordagem do processo de formação socioterritorial*, de autoria da professora Izarete da Silva de Oliveira (na condição de acadêmica especial) do referido programa de pós-graduação. Conseqüentemente, a referida pesquisa foi apresentada no VIII FIPED – Fórum Internacional de pedagogia, na cidade de Imperatriz/MA, em 2016.

A partir dessa experiência, surgiu o interesse pela pesquisa em curso, ou seja, de apreender a percepção dos filadelfenses sobre os impactos sofridos por eles com a formação do lago de Estreito/MA, porque se ouvia nas rodas de conversas a metáfora: “rio está morto”, e as indagações surgiram: como o rio está morto se aos olhos do visitante o rio estava ao seu alcance? Mas percebeu-se que, aos olhos dos ribeirinhos, a paisagem do rio Tocantins se transformou. E, por outro lado, a proposta do PPGCULT nos permitiu refletir sobre a relação, homem, natureza e território, na perspectiva de que “[...] o homem é natureza. Natureza que pensa que luta que produz; na natureza orgânica e inorgânica” (SAQUET, 2007, p. 173). Desse modo, mantive-me no curso das pesquisas por dois anos consecutivos. Assim, no primeiro semestre de 2018, surgiu outra oportunidade de poder apresentar a nossa proposta de pesquisa, junto ao programa em questão, mas na condição de aluna regular, com a temática: As representações da

paisagem do rio Tocantins no âmbito do território, cultura e identidade sob o imaginário da população em Filadélfia/TO.

Cursar as disciplinas ofertadas pelo programa PPGCULT, foi fundamental para o processo de estudo, pesquisa e produção, aproximou-me de novas abordagens interdisciplinares, no tocante, à cultura e ao território, em especial, a partir da disciplina: Cultura, Território e Interdisciplinaridade. Nesse sentido, as abordagens proposta por Olga Pombo, trouxeram à luz das discussões teóricas, o fazer interdisciplinar, o diálogo cruzando as fronteiras da Ciência que sejam na área de História, Geografia e Literatura, por exemplo, sem a pretensão de anular os conceitos já propostos por estas Ciências, mas, sim, observar as afinidades, entre elas, no sentido de alargar o conhecimento, na perspectiva de sair da nossa zona de conforto, e propor novas abordagens, “[...] na possibilidade de partilhar o poder que se tem, ou melhor, de desejar partilhá-lo. Como? desocultando o saber que lhe corresponde, explicitando-o, tornando-o discursivo, discutindo-o” (POMBO, 2005, p. 13).

Nesse sentido, Marco Aurelio Saquet, construindo uma proposta de abordagem territorial (i)material ressalta que a formação territorial brasileira é heterogênea, por isso, busquei compreender, neste caso, como se deu a formação política territorial de Filadélfia/TO, para, assim, entender o processo de desenvolvimento local, pois “[...] cada relação espaço-tempo-território precisa ser pensada, abstraída a partir de suas especificidades e dos propósitos de cada pesquisador” (SAQUET, 2007, p. 158).

Assim, buscamos apreender como a comunidade filadelfiense está se adaptando à nova realidade pós-construção da barragem de Estreito, à pluralidades de sujeitos, suas relações sociais, suas redes de comunicação, enfim, como está se adaptando ao processo de desterritorialização imposta pelo empreendimento, já que toda Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização (TDR) pressupõe mudanças, “[...] há perda, mas há reconstrução de identidade; mudanças nas relações de poder, de vizinhança, de amigos, de novas relações sociais, de elementos culturais que são reterritorializados” (SAQUET, 2007, p. 163).

Sendo assim, busquei abordar os eventos da memória e cultura local, por meio de narrativas das Histórias de vida dos participantes da pesquisa. Este objetivo se concretizou, no encontro de grupos de estudos focado na disciplina Hermenêutica da memória: paisagem, narrativas e linguagens construídas pelas memórias. Desse modo, dialogamos com Michael Pollak, e, nesse encontro muito foi falado que as memórias são mutáveis, são flutuantes, mas há memórias invariantes por fazer parte da essência

pessoal que a compõe. Em outros momentos, surgem os elementos que compõem a memória: os acontecimentos vividos pessoalmente, vividos por tabela, pelo grupo ou pela coletividade.

Curioso notar que os acontecimentos por tabela podem ocorrer por meio da socialização política ou da socialização histórica e/ou herdada. Além disso, Pollak traz as memórias subterrâneas que, para este pensador, fluem nos momentos de conflitos, pois estas esperam o momento propício e, assim, invadem o espaço social conflituoso. Algo que me levou a pensar nas memórias subterrâneas, no território de fronteiras que é o rio Tocantins, em especial, no território de origem filadelfiense que se tornou trunfo no processo de implantação da UHEE, para atender aos interesses capitalistas.

Em relação à metodologia proposta aqui, História oral, esta se confirmou ao cursar a disciplina Metodologia da pesquisa em cultura e Território. Alexandre Portelle ensina que esta metodologia consiste numa relação dialógica entre o pesquisador e o participante da pesquisa. Nesse sentido, a arte da escuta versa em compreender as fontes narrativas por sujeitos singulares, carregadas de subjetividades.

Além disso, Stéphane Beaud e Florence Weber ensinam que o ato de observar o campo de pesquisa se torna também uma ferramenta de descobertas e de verificações, assim, o diário de campo foi fundamental nesse processo de estudo, pesquisa e produção. Logo, as paisagens filadelfienses revelam, em forma de poesia, as tramas sentidas em coletivo ora individual com a formação do lago artificial de Estreito, e estas, por sua vez, representam as perdas sentidas.

Sendo assim, a cada oportunidade, socializei a pesquisa, participando de eventos acadêmicos. No III Simpósio e Seminário Internacional do Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura e Território: metodologias participativas em estudos de cultura e território, a temática foi: Paisagem e representação (i)material na sociedade local de Filadélfia/TO: o Rio morto na realidade do lago da Hidrelétrica de Estreito (UFT, Araguaína/TO, 2018).

Particpei ainda, no I Simpósio Sociologias e Fronteiras (Cenários, Desafios e perspectivas na Amazonia Oriental), VI Jornada de Ciências Humanas: Educação, Gênero e Diversidade em tempos de ataques aos direitos Humanos, do GT 1 Conflitos por territorialidades nos processos de desenvolvimento na fronteira: Lutas e Resistências das populações do Campo com a temática: Transformações na paisagem do Rio Tocantins em Filadélfia/TO, no âmbito de desenvolvimento da fronteira Amazônica. (UFMA, Imperatiz/MA, 2019).

Em 2019, no campus da UFT de Porto Nacional, apresentei na VII Semana Acadêmica de História – A (i)inconveniência da História: Usos e abusos do passado. o trabalho intitulado Viver e sobreviver às margens do rio Tocantins: o olhar feminino no norte tocantinense.

Na VIII Semana do Curso de História e IV encontro do mestrado profissional em ensino de História e formação docente: Desafios e possibilidades na UFT, campus de Araguaína, em 2019, apresentei a temática I: Paisagem e representação (i)material do território na sociedade local, pós-construção do lago da barragem de Estreito em Filadélfia/TO e a temática II: Memória, Paisagem e Representação (i)material na cidade de Filadélfia/TO:

Além disso, houve a publicação do capítulo A paisagem do rio Tocantins na representação (i)material no estudo de Filadélfia/TO de minha autoria e Silva, E. no livro organizado por Adriana Feitosa Freire et al. intitulado Cultura e Território em foco: uma abordagem interdisciplinar, no ano de 2000.

Sendo assim, busquei articular o processo no mestrado interdisciplinar com a minha prática docente, porque entendo ser a educação um segmento (re)produtor e multiplicador de conhecimento. Com isso, pude também compreender melhor o processo socioterritorial, pelo olhar de pesquisadora, na perspectiva de perpetuação da memória e cultura local, valorizando os conhecimentos locais.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi pensada e produzida, por uma abordagem interdisciplinar, na perspectiva de Pombo (2006) dialogando com diferentes áreas do conhecimento, por entendermos a necessidade da construção qualitativa das informações no âmbito da pesquisa, pensando a disciplina como um processo de construção. Desta forma, abordamos as representações da população de Filadélfia, referentes à paisagem do Rio Tocantins, ente significativo do processo socioterritorial local, no contexto de construção do lago da Hidrelétrica de Estreito/MA.

Filadélfia/TO se encontra localizada à margem esquerda do Rio Tocantins, na região Norte, na Amazônia legal, compondo a mesorregião ocidental do Tocantins, cuja área territorial abrange 1988,06 km, com população estimada em 8.871 habitantes. Está distante da capital Palmas, 512km. Limita-se, ao norte com o município de Babaçulândia/TO, ao sul, com Goiatins/TO, ao leste, com o estado do Maranhão e a oeste com Araguaína/TO (IBGE, 2016).

Aqui tratamos de um dos doze (12) municípios que foram atingidos diretamente com a implantação da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHEE), efetivada em 2011. Destes, contabilizamos dez (10) municípios tocantinenses (Filadélfia, Babaçulândia, Barra do Ouro, Darcinópolis, Goiatins, Itapiratins, Palmeirantes do Tocantins, Tupirantins, Goiatins e Palmeiras) e dois (02) municípios maranhenses (Carolina e Estreito). A localização desse empreendimento é no rio Tocantins, na sub-bacia do Tocantins, na Bacia Amazônica, distante da foz 855km, na divisa dos estados do Tocantins e Maranhão, à margem direita do município de Estreito/MA e à margem esquerda dos municípios de Arguiarnópolis/TO e Palmeiras do Tocantins/TO. O reservatório tem extensão de 260,23km e 400km² de áreas inundadas.

O Instituto Brasileiro do meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) foram categóricos ao informar, segundo as projeções de época, que os municípios na abrangência da UHEE seriam impactados em grandes proporções, pois estes atingiriam desde as comunidades ribeirinhas e as áreas urbana e rural desses municípios, já prevendo que as áreas seriam inundadas em caráter permanente, e por isso, previu-se também a necessidade de medidas de recomposição de locais atingidos com a formação do lago artificial de Estreito, em especial de lazer, referindo-se às praias naturais, próximas às sedes municipais.

No nosso entender, as transformações da paisagem do rio Tocantins representam um território de fronteiras, associadas aos projetos de “desenvolvimento econômico” do governo desde a década de 30, atingindo sua culminância, no golpe militar de 1964. Para Becker (2005), à atualidade as relações entre poder e espaços se intensificam pela tomada do poder, influenciando o estado, quanto ao uso do seu território.

Inegavelmente, os impactos sofridos pelas comunidades ribeirinhas ao longo do curso do rio Tocantins, pós-construção da UHEE mudaram significativamente as características ambientais, econômicas e sociais. Em razão disso as comunidades perderam as suas territorialidades e identidade com o lugar, e por isso ocorreu à transformação da paisagem (SIEBEN, 2012).

Neste contexto, a cidade de Filadélfia perdeu 18% de seu território, com o represamento das águas do rio Tocantins, pressupondo que a comunidade filadelfiense acumulou perdas que vão desde o seu território de origem, até impactos socioeconômicos, socioambientais e culturais. Nessa continuação, as reflexões surgiram em torno da desapropriação dos ribeirinhos, sobretudo, de onde vieram, para onde foram, como sobreviveram ao longo dos anos e como estão efetivamente, socialmente e materialmente após a construção da Usina Hidrelétrica de Estreito. Apresentamos indagações inerentes à nova realidade social filadelfiense, nesse sentido, na percepção da sociedade local atual, até que ponto os impactos sofridos estão levando-a a readaptação ao novo local misturando lembranças e perspectivas e provocando novas reações, percepções, mas também resistência?

Acreditamos na relevância da nossa pesquisa a partir de três princípios básicos: no âmbito acadêmico, social e pessoal. Primeiro, esperamos que possamos contribuir com o referido programa de Pós-graduação (PPGCult), o qual se propõe a construir objetos de investigação interdisciplinares em torno da relação Natureza, poder e territorialidades e Território, bem como, reconhecer os pressupostos éticos da pesquisa científica e do saber produzido no âmbito da universidade. Afinal, a proposta admitida movimentará pressupostos das diferentes áreas do conhecimento, além das fronteiras da geografia e disciplinas afins.

Segundo, pesquisamos na perspectiva de uma devoluta à sociedade local e regional, uma vez que fazem parte da paisagem da fronteira Amazônia legal onde “[...] a Amazônia tem como nova função a monocultura das águas para a produção de energia elétrica e como todas as outras monoculturas brasileiras está é mais uma que atende aos interesses capitalistas” (SIEBEN, 2012, p. 80).

Terceiro, compreender a relação da população local com as águas do Tocantins: porque, entre idas e vindas à cidade de Filadélfia/TO, pós-construção do lago de Estreito/MA, ouvi nas rodas de conversa onde se reuniam professores, a metáfora: “o rio está morto”, e quando eles voltavam ao passado, tecendo comparações sobre a realidade local atual, diziam que “o rio Tocantins era vivo”. Logo percebi que os sentidos deles estavam voltados para a paisagem desse rio. Assim nasceu a curiosidade de pesquisar essa relação homem - natureza - cultura no âmbito acadêmico.

Dentre as abordagens pesquisadas, Freitas (2010), Sieben (2012), Rocha (2016) Silva (2017) e Pitombeira (2018) convergem no trato dos impactos sofridos pela Usina Hidrelétrica do Estreito/MA, na região Norte do Tocantins, transformando a paisagem, modificando modos de vidas e sinalizando perda da historicidade, mas, até o momento, percebemos também que as pesquisas abordadas não tratam especificamente da paisagem local.

Percepções estas que nos autorizam a pensar na importância desse rio para os participantes da nossa pesquisa, porque pressupomos que estes olhares contemplam a paisagem do Tocantins como essencial e estruturante do território em suas múltiplas escalas cotidianas, pois, “essa relação homem/rio arquitetou uma sociedade cujo modo de vida tinha e continua a ter no rio um dos elementos centrais” (FLORES, 2006, p. 16).

Então, podemos pressupor que, hoje, o rio Tocantins está arquitetando uma sociedade cujo modo de vida não terá ligação com as águas, em razão da percepção “o rio morto”, metaforicamente evidenciada nas rodas de conversa pelos filadelfienses?

Sendo assim, o objetivo geral da pesquisa é abordar as representações da população de Filadélfia, referente à paisagem do rio Tocantins, ente significativo do processo socioterritorial local, no contexto de construção do lago da Hidrelétrica de Estreito/MA. Como objetivos específicos, temos: rememorar aspectos históricos no contexto de importância do rio Tocantins na formação territorial de Filadélfia; abordar eventos da memória e cultura no âmbito do imaginário da população filadelfiense no recorte temporal dos últimos 10 anos; e elencar as representações da população na paisagem atual e em perspectiva como indícios de resistência socioterritorial.

Nesse sentido, mediante as transformações na paisagem do rio Tocantins, é preciso que reconheçamos as particularidades da dinâmica sociedade e natureza, segundo o contexto político e sociocultural que esteja inserida, porque a desterritorialização, territorialização e reterritorialização envolvem poder, e por ser

assim, assume um caráter controlador e desigual nos processos sociais (HAESBAERT, 2004). Consequentemente,

Todo território, é ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados” o Território é funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo (“lar” para o nosso repouso), seja como fonte de “recursos naturais” – “matérias primas” que variam em importância de acordo com o(s) modelos de sociedade(s) vigente(s) (como é o caso do petróleo no atual modelo energético capitalista) (HAESBAERT, 2004, p. 4).

É relevante que discorramos sobre as questões que envolvem a (re)construção do território a partir das singularidades em seu entorno, para que possamos propor novas abordagens em suas múltiplas convergências ou divergências, porque, “[...] o território é um espaço natural, social e historicamente organizado e produzido e a paisagem é o nível e percebido deste processo” (SAQUET, 2007, p. 42). Compreendemos que o território é sinônimo de identidade e esta se manifesta como produto das relações sociais, ou seja, são as territorialidades inerentes à relação sociedade e natureza.

Pensando assim, quando nos propomos a refletir sobre a identidade e representação, recorremos aos apontamentos de Hall (2006), porque a identidade é formada pela interação do sujeito (mundo interior), o eu real e a sociedade (mundo exterior), pressupondo que ambos se modificam continuamente através da relação dialógica, entre mundos culturais diferentes, em razão do processo de globalização e os impactos sobre a identidade cultural, para quem “[...] a modernidade é uma forma altamente reflexiva da vida” (HALL, 2006, p. 16). A representação, para este autor, é um ato criativo, nesse sentido, a linguagem representa os valores e significados de uma determinada comunidade. Por outras palavras é um sistema representacional.

Nessa perspectiva, a paisagem revela a sua dimensão cultural, por isso, devemos pensar na apropriação da natureza pela sociedade como parte de um processo indissociável de objetos e ações. Portanto, devemos apreender a natureza como técnica e cultura, pois, como afirma Luchiarri (2001) “[...] em cada época, o imaginário coletivo define a concepção social de natureza e a traduz, transformando-a em artefatos materiais e simbólicos, ou seja, em cultura” (p. 11).

Por essa percepção, o estudo da paisagem nos permite compreender o meio, seja pela materialidade em suas múltiplas escalas, ao passo em que nos revela como as comunidades se organizam, se apresentam, atribuindo sentido à paisagem por meio das práticas sociais. Logo, a objetividade e a subjetividade são inerentes à paisagem, e na

perspectiva da geografia cultural, é apreender e compreender a interação humana com a natureza, porque paisagem é a forma que a contemplamos inserida num universo significativo por estar revestida de simbolismo (COSGROVE, 1998).

Por essa perspectiva, Tuan (2012) corrobora com a pesquisa à medida que precisamos compreender como a comunidade filadelfiense interage com o meio ambiente a sua volta, sua preferência ambiental seja coletiva ou individual, envolvendo eventos da cultura, memória, percepção e símbolo, e como esta responde ao meio ambiente, incluindo todos os laços efetivos da comunidade com o meio ambiente material. Logo, “[...] o vale é identificado simbolicamente como útero e com refúgio. A sua cavidade protege e nutre a vida” (TUAN, 2012, p. 167).

Na perspectiva de abordarmos os eventos da memória, trouxemos as abordagens de Noran (1993) por tratar dos lugares da memória os quais podem ser os lugares de eventos, museus, arquivos, memórias que perderam o seu lugar para a História dos fatos selecionados do ponto de vista positivista. Lembrando-nos que memória e história não são sinônimos. Ou seja, “[...] Memória é vida, sempre carregada de grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução. E história é a reconstrução sempre problemática incompleta do que não existe mais” (NORAN, 1993, p. 9).

Pollak (1989) trata das memórias subterrâneas, memórias que afloram num momento de resistência ao vivido e sentido e estas são vistas como uma forma de resistência, além disso, os apontamentos desse pensador vão ao encontro da nossa metodologia que é a oralidade. Conforme o autor, “[...] penso que a história de vida apareceu como um instrumento privilegiado para avaliar os momentos de mudanças, os momentos de transformação” (POLLAK, 1989, p. 211).

Neste caso, trata-se das (trans)formações da paisagem do rio Tocantins, nos últimos dez anos, sob o imaginário da população filadelfiense e suas representações, em razão dos impactos negativos sofridos por ela, com a implantação da UHEE. Nesse sentido, Bosi (1994) lembra que:

A tristeza do indivíduo não muda o curso das coisas: só o grupo pode resistir e recompor traços de sua vida passada. Só a inteligência e o trabalho de um grupo (uma sociedade de amigos de bairro, por exemplo) podem reconquistar as coisas preciosas que se perderam, enquanto estas são reconquistáveis. Quando não há essa resistência coletiva os indivíduos se dispersam e são lançados longe, as raízes partidas (BOSI, 1994, p. 452).

Algo que nos leva a pensar nos tipos de memória que o rio Tocantins evoca, e, assim, seguimos na fluidez dos pensamentos de Simon Schama (1996, p. 25) que

concebe “[...] paisagem e memória como uma escavação feita abaixo do nosso nível convencional com a finalidade de recuperar os veios de mito e memória existentes sob a superfície”.

Observamos, também, que a história de vida desse rio se encontra registrada no âmbito literário, como diz Flores (2006, p. 13) “com descrições mais poéticas e metafóricas as quais contribuíram para a compreensão da importância do rio Tocantins no imaginário popular e cotidiano das pessoas da região”. Nesse sentido, as representações poéticas costumam revelar as relações sociais, num contexto carregado de simbolismo, no qual as práticas culturais se revelam na cotidianidade, e este costuma povoar o imaginário social que o representa. Logo, “[...] a cultura se relaciona a sentimentos, a emoções, a um senso de pertencimento” (HALL, 2016, p. 20).

Dentre as obras literárias, temos a obra *Rio Turuna* (1964) para a qual “[...] o Tocantins parecia um vasto caminho de mistérios, e que ia dar em mundos estranhos [...]” (BRASILIENSE, 1964, p. 13), o mundo das lendas, dos significados, dos símbolos, fontes de imaginação povoando o imaginário social dos povos ribeirinhos, evidenciando, com isso, a paisagem impregnada de valores.

Domingos César (2006), em sua obra do gênero literatura de cordel *Alerta Tocantins*, descreve em forma de versos os aspectos da história do rio Tocantins, anterior à UHEE, revelando-nos a paisagem às margens desse rio onde eram vistas as territorialidades ribeirinhas na prática da agricultura de subsistência desenvolvida pelos ribeirinhos que lá viviam sob o comando do rio. São textos carregados de subjetividade e de certo saudosismo.

José Benilson E. S. Pinto (2011) em sua obra, *Danças dos Canibais*, em forma de poesia crítica, descreve a paisagem da sociedade filadelfiense às margens do capitalismo que impõe suas ações causando rupturas no modo de viver dos filadelfienses. O maior problema existente, neste contexto de fronteiras está relacionado ao desencontro do tempo e da história onde cada um tem o seu tempo histórico.

Nesse sentido, Neto (2017, p. 89) reitera que: “[...] os textos realistas são os que melhor traduzem informações sociais com alto nível de confiabilidade, eles estão bem próximos das características regionais e apresentam elementos que retratam as relações sociais”.

Pensando assim, o projeto com a metodologia proposta foi submetido ao comitê de ética da UFT, e aprovado em 23 de novembro de 2020, sob o parecer de nº 4.414.256. As entrevistas aconteceram, em certos momentos, nas residências dos

narradores e, em outros momentos, usamos o diário de campo, pois fomos convidados a passear pela cidade. As entrevistas tiveram, aproximadamente, entre 3 e 4 horas de duração, pois trabalhamos com a entrevista não diretiva e semiestruturada (roteiro de entrevista, contendo três (03) perguntas abertas) e as conduzimos de acordo com a fala dos narradores. Fizemos uso do gravador de voz e diário de campo, métodos que envolvem a metodologia da História Oral.

Em relação aos registros fotográficos que representam momentos de rupturas com a formação do lago artificial de Estreito, eles foram a nós concedidos pelos participantes da pesquisa.

Oferecemos uma proposta de pesquisa na perspectiva da devolução à sociedade local e regional, particularmente a de Filadélfia afetada por fortes impactos, com a formação do lago, com a construção da UHEE.

Os resultados da pesquisa serão garantidos e disponibilizados aos participantes da pesquisa e ao público em geral na biblioteca municipal da cidade de Filadélfia, onde será entregue uma cópia da dissertação. Outras formas disponibilizadas são por e-mail e a entrega de uma cópia impressa a cada participante da pesquisa, individualmente. Logo, como já afirmamos, trabalhamos com o método da oralidade, ou seja, com as narrativas das histórias de vida dos participantes da nossa pesquisa, algo que nos proporciona a compreensão sobre como eles pensam, sentem e, que posição social assumiram e suas representações.

O critério de inclusão foi no sentido de abarcarmos os participantes da pesquisa de diferentes segmentos sociais, assim, contamos com 10 participantes na nossa pesquisa pelo recorte temporal dos últimos 10 anos.

O critério de exclusão se aplica pelo fato de a população local da cidade de Filadélfia/TO, estimada, 8.871 habitantes e, contamos com 10 (dez) participantes para nossa pesquisa. Dos riscos que envolvem a pesquisa, compreende-se os de origem psicológica, intelectual e emocional e, em virtude do contato prévio entre a pesquisadora e os participantes. Por isso, garantimos o local reservado às entrevistas e a liberdade para não responderem ao questionário, bem como, o cancelamento da entrevista, garantindo a não violação e a integridade das entrevistas (danos, físicos, cópias e rasuras). Garantimos aos participantes total preservação de suas identidades

caso não quisessem ser identificados pelos nomes sociais⁶, bem como a não participação na pesquisa, por quaisquer motivos alegados pelos mesmos. Ressaltamos que as entrevistas se deram após a ciência dos participantes e a certeza que os mesmos desejavam participar da pesquisa.

Os benefícios da colaboração dos participantes da pesquisa estão associados à contribuição no processo de entendimento que nos leva a pensar até que ponto os impactos sofridos pela população local não estão levando-a a readaptação ao novo ambiente, misturando lembranças e perspectivas, provocando nela novas reações, percepções, mas também resistência.

Os participantes tiveram a oportunidade de falar sobre os impactos por eles sofridos, expressando seus sentimentos, anseios e perspectivas sobre sua história de vida e a experiência de viver num espaço transformado pela ação humana, ou seja, as representações relacionadas às mudanças recentes dessa paisagem, pós-formação do lago artificial da barragem de Estreito/MA nos impactos causados ao rio na cidade de Filadélfia/TO.

A metodologia de análise dos dados ocorreu com o “[...] aprofundamento da investigação numa disciplina que leva ao reconhecimento da necessidade de transcender as fronteiras disciplinares” (POMBO, 2006, p. 230). Considerando que, “[...] fazer a pesquisa de campo é ter vontade de compreender melhor os indivíduos e os processos sociais” (BEAUD e WEBER, 2007, p. 13).

Assim, abordamos os aspectos (i)materiais da paisagem territorial local dos participantes da pesquisa, por meio das falas de mulheres e homens que versam a própria história de vida, frente aos impactos sofridos por eles com a implantação da UHEE, os quais consideramos portadores de referencial quanto ao legado histórico e cultural da cidade e do município, uma vez que “[...] o lugar em que a memória é elaborada é a mente do indivíduo, e a maneira pela qual a acessamos é a narrativa individual” (PORTELLI, 2016, p. 12). Dessa forma, os resultados da nossa pesquisa

⁶ Na lista de narradores constam cinco (05) substituições dos nomes sociais, pois em razão do estado de pandemia que se instalou a nível global – COVID- 19 – decretou-se o de distanciamento social, assim, ficamos impossibilitados de retornar a campo (cidade de Filadélfia -TO) para obtermos as autobiografias de alguns narradores, além disso, em algumas situações as novas tecnologias, por exemplo, endereço de e-mail ou comunicação via WhatsApp não funcionaram neste caso. Sendo Assim, os nomeamos como sendo árvore do Cerrado representados no poema de Pinto (2011), ou seja: “Filadelfiense é como árvore do cerrado” que, por nossa compreensão, é a representação de um ser social, acima de tudo, forte que luta por seus ideais.

abordaram mais os aspectos argumentativos da subjetividade por parte dos participantes de forma mais específica pelo recorte temporal dos últimos 10 (dez) anos à atualidade.

Para obtermos outros olhares para a nossa pesquisa, abarcamos também a autobiografia dos participantes abordados na pesquisa, na perspectiva da História de vida dos mesmos, relacionando-a com a história de vida do rio Tocantins, pois “[...] o rio enchendo a vida do homem de motivações psicológicas, o rio imprimindo à sociedade rumos e tendências, criando tipos característicos na vida regional” (TOCANTINS, 1983, p. 233).

A realidade empírica foi analisada a partir das representações dos participantes da nossa pesquisa que residem na cidade de Filadélfia-TO nos períodos anterior e posterior à construção da Usina Hidrelétrica de Estreito/MA e formação do lago artificial, marcando o imaginário no espaço temporal dos últimos 10 (dez) anos até a atualidade, considerando os impactos de ordem material quanto imaterial, abrangendo os aspectos culturais, vivenciados pelos filadelfienses.

As fontes secundárias foram revisão bibliográfica que abarca a nossa proposta de pesquisa, bem como o uso de imagem de satélite para obtermos a localização da área urbana da cidade de Filadélfia/TO.

Sendo assim, a pesquisa foi organizada dessa maneira: no Capítulo I, *O rio Tocantins no contexto da formação de Filadélfia*, a princípio, evidenciamos os caminhos metodológicos que foram utilizados para pensar o objeto de pesquisa e para podermos responder ao objetivo geral ao mobilizarmos a tríade Território, Cultura e Identidade, na perspectiva da paisagem cultural.

Nesse sentido, temos como objetivo central rememorar aspectos históricos no contexto de importância do rio Tocantins na formação territorial de Filadélfia, bem como as representações sobre a navegação interiorana no rio Tocantins, sobretudo, a partir do século XVIII, apreendidas por meio das narrativas que tratam da história de vida desse rio, na perspectiva de compreendermos como se deu a construção humana dessa paisagem.

Para tanto, trazemos à luz as contribuições dos autores: Moura (1910), Rodrigues (1945), Tonini (1959), Brasiliense (1964), Flores (2006) e parente (2007). Para melhor compreender, o objetivo proposto, apresentamos o Mapa 1 demonstrando os caminhos por onde passam o rio Tocantins: Alto Tocantins, Médio Tocantins e Baixo Tocantins. E também os mapas 2, evidenciando as cidades atuais no curso do rio

Tocantins na formação de Filadélfia, e o mapa 3, demonstrando a localização do município de Filadélfia.

No Capítulo 2, *Eventos da memória e cultura no âmbito do imaginário da população filadelfiense no recorte temporal dos últimos dez (10) anos*, o objetivo central é abordar os eventos da memória e cultura local no âmbito da paisagem, a partir das narrativas que trazem consigo a História de vida dos participantes da pesquisa, no que se refere aos impactos advindos com a formação do lago artificial de Estreito.

Esses eventos incluem elementos da paisagem humanizada da comunidade filadelfiense e sua relação com as águas do rio Tocantins. Pensando assim, nos reportamos mais às reflexões de Tuan (2012), as quais nos levam a pensar nos laços afetivos que os narradores têm com o local e como se dá essa relação ser(ser)tão às margens do rio Tocantins.

Nessa continuidade, nos reportamos também às reflexões de Pollak (1992), Nora (1993) e Bosi (1994), por tratarem dos elementos que constituem a memória para buscarmos apreender por meio das narrativas, os tipos de memórias que o rio Tocantins evoca, a partir do cenário onde o pesquisador e o narrador são fronteiras. Assim, descrevemos as experiências de campo revelando a nova realidade pós-formação do lago artificial de Estreito, a paisagem modificada pela ação humana carregada de sentimentos de perdas coletivas e individuais.

No Capítulo III, *Representações da população na paisagem atual e em perspectiva como indícios de resitência socioterritorial*, o objetivo central é elencar as representações da população na paisagem e em perspectiva como indícios de resistência socioterritorial, na perspectiva de apreendermos como a população filadelfiense está se (re)adaptando frente à nova realidade, aos impactos negativos sofridos, coletiva ou individualmente, com a formação do lago artificial de Estreito, por meio das narrativas da História de vida dos participantes da pesquisa.

Neste capítulo abordamos o projeto da UHEE do ponto de vista hegemônico, de acordo com a literatura e o discurso oficial, em contraste com a real situação na cidade de Filadélfia. Logo, é consenso entre os pesquisadores da área em Estudos de Cultura e Território que a implantação da UHEE prezou pelos interesses econômicos, políticos e ideológicos dos setores ligados à hidrelétrica e este apreço representa uma sociedade altamente excludente.

Dialogando com Sieben (2012), Rocha (2016), Silva (2017) e Pitombeira (2018), os quais tratam da cobiça do capital de acumulação desenvolvido na fronteira

Amazônica num contexto de exploração medida pelo capitalismo velado na perspectiva de desenvolvimento sustentável, pois as análises revelam a paisagem violentada, na qual o capitalismo se alimenta de produções não capitalistas.

Na continuidade, elencamos as representações dos narradores frente à realidade da formação do lago artificial de Estreito as quais representam os impactos ambientais, “o rio morto”, e a realidade atual, por meio das narrativas que evidenciam a paisagem do caos, os sentimentos de perdas compartilhados, como o resgate de fatos que tratam da história de vida dessa cidade. Somado a isso, apresentamos a paisagem na representação dos participantes da pesquisa com poesias, pois acreditamos que estas podem nos revelar como eles se sentem frente à nova realidade local através do olhar crítico do ser poeta sertanejo.

CAPÍTULO I

1 O RIO TOCANTINS NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO DE FILADÉLFIA

Neste capítulo fazemos o esforço de mobilização da tríade Território, Cultura e Identidade, na perspectiva da paisagem cultural, a fim de evidenciarmos os caminhos metodológicos que foram utilizados para pensar o objeto de pesquisa e para responder ao objetivo geral. Para isso, foi necessário dialogar com outras ciências, relacionando-as com as experiências empíricas no campo da pesquisa.

Com essa metodologia, procuramos também trilhar um dos caminhos dessa pesquisa que foi a rememoração dos aspectos históricos no contexto de importância na formação territorial de Filadélfia. Para subsidiar as abordagens, apresentamos o Mapa 1 demonstrando os caminhos por onde passam o rio Tocantins: Alto Tocantins, Médio Tocantins e Baixo Tocantins.

Para tanto, mobilizamos as representações contidas nas narrativas que tratam da História do rio Tocantins, especialmente a partir do século XVIII sobre a navegação interiorana, na perspectiva de compreendermos como se deu a construção humana dessa paisagem de fronteiras e a importância desse rio no contexto de formação de Filadélfia.

Trazemos narrativas que tratam da historicidade do município de Filadélfia referente ao processo de povoamento no período do então estado de Goiás, a partir de 1857, com uma contextualização do processo de formação histórica, política e territorial deste município, e, para melhor compreensão desse processo, apresentamos a escala cronológica num quadro, e também os mapas: 2, evidenciando as cidades atuais no curso do rio Tocantins na formação de Filadélfia, e o mapa 3, demonstrando a localização do município de Filadélfia.

1.1 Território, Cultura e Identidade na perspectiva da paisagem cultural

Território, Cultura e Identidade são elementos para pensarmos sobre o nosso objeto de pesquisa, na perspectiva da paisagem cultural, que é a análise da (trans)formação da paisagem (i)material do rio Tocantins, ente significativo ao longo do processo socioterritorial local, na representação da população da cidade de Filadélfia.

Entretanto, não é nossa intenção abarcar a base conceitual que envolve a tríade, em ressalva, mas sim mobilizá-la, na perspectiva de podermos responder ao nosso

objetivo geral que é abordar as representações da população de Filadélfia, referente à paisagem do rio Tocantins, ente significativo do processo socioterritorial local, no contexto de construção do lago da Hidrelétrica de Estreito/MA.

Por essa perspectiva, inicialmente, percorremos pelos caminhos que andam o rio Tocantins, na região norte tocaninense (antigo norte goiano) na fronteira da Amazônia legal, onde pudemos contemplar a (trans)formação da paisagem desse rio, com a construção da Usina Hidrelétrica de Estreito, na cidade de Estreito/MA, que faz divisa com o estado do Tocantins, cuja lógica capitalista tem na natureza sua serviçal. Esta afirmação é justificada à medida que passamos a contemplar a paisagem da cidade de Filadélfia à margem esquerda desse rio, sendo (trans)formada pela formação do lago artificial de Estreito/MA efetivado em 2011, desterritorializando os filadelfienses, por isso, pressupõe-se que perderam o convívio de seus lugares de vivência.

Nesse sentido, somos levados a pensar como os filadelfienses estão se sentido em relação às mudanças de paisagens que representam mais perdas que ganhos, mesmo evidenciando outros aspectos a serem observados, em consonância às afirmações de Saquet (2005), para o qual “[...] há reconstrução da identidade; mudanças nas relações de poder, de vizinhança, de amigos, de novas relações sociais, de elementos culturais, ou são reterritorializados [...]” (SAQUET, 2007, p. 163). Afinal, são tramas de histórias de vida compartilhadas, experienciadas tanto coletivamente quanto individualizadas.

A historiografia ao registrar a História de vida do rio Tocantins, evidencia como esse rio de fronteira serviu e serve de alimento na construção dos múltiplos territórios, do religioso, dos vazanteiros, do barraqueiro, do pescador, do tocador de gado, do profissional da educação, da mulher sertaneja, do preto, do branco, dos filadelfienses, de todos que direta ou indiretamente têm semelhanças com essas histórias de vidas às margens desse rio, já considerando a capacidade de (re)adaptar, e por isso, podem renovar sua territorialidades e identidades, deixando traços (i)materiais nessa paisagem carregada de valores simbólicos.

Estas histórias de múltiplas e constantes intervenções humanas alicerçou uma sociedade que se serviu do rio para a construção de sua vida material e acabou por construir um imaginário lendário e mítico. Um rio dual, personificado no bem e no mal; no bom e no ruim; no alegre e triste, enfim uma natureza de múltiplas facetas engendrando um homem também dual, místico e cético; corajoso e medroso ao mesmo tempo. Um homem de múltiplas identidades (FLORES, 2006, p. 10).

São paisagens reveladoras, pois representam as complexidades das dinâmicas espaciais. No dizer de Santos (1988), a metamorfose do espaço, ou seja, são mudanças que nos levam a pensar se esse processo de (trans)formação e representação da paisagem (i)material faz parte do imaginário filadelfiense no contexto de desapropriação dos espaços habitados às margens do rio Tocantins, e se o faz como é representado, pois consideramos “[...] a possibilidade de pensar estas ações dentro de um quadro lógico, de reflexão sobre essa ordem e sobre seus sentidos.” (KINN, 2010, p. 57). Da mesma autora, temos a seguinte percepção de território: “[...] O território se encontra compartimentado por meio das características naturais e de conteúdos sociais, históricos e culturais. Pode-se considerar que territórios são espaços apropriados por determinados segmentos sociais” (Idem, p. 78).

Nesse sentido, consideramos a territorialidade, a cultura e a identidade como elementos para pensarmos, também, na transformação da paisagem do rio Tocantins, sobretudo a partir do século XVIII, com a navegação interiorana, a qual foi elemento construtor das cidades ribeirinhas, e por isso, acredita-se que essa paisagem é suscetível a (re)significações e representações, a partir da apropriação desse território de fronteiras que possibilitou e possibilita o encontro de diferentes culturas, onde o ser ribeirinho é imaginado por ter uma relação simbólica com as águas desse rio.

Além disso, “[...] a paisagem, contudo não é apenas forma material resultante da ação humana transformando a natureza. É também forma simbólica impregnada de valores.” (ROSENDAHL e CORRÊA, 2001, p. 10). Pois “[...] os elementos naturais são organizados de tal forma que proporcionam um ambiente apropriado para atividade humana” (TUAN, 2012, p. 173).

E, na perspectiva cosgroveana, compreende-se o homem atuando se adaptando, em seu modo de ser de viver, desse modo, concebe-se que a paisagem cultural é produto e processo de (trans)formação das paisagens naturais. Sendo assim, “a paisagem é registrada por marcas, ela expressa os processos históricos sociais desenvolvidos no decorrer dos tempos bem como os elementos revelados pela percepção” (PINHEIRO NETO, 2017, p. 18). Conforme assegura Kinn (2010),

Vê-se que a “paisagem social” não pode ser pensada como algo entorpecido, sem movimento, mas como uma construção humana, ativa e articulada aos enredamentos das relações sociais que possibilitam a existência de grupos humanos, da constituição e a defesa de seus territórios; portanto não de uma existência particular, mas uma inclusão com o sistema econômico mais amplo e abstrato (KINN, 2010, p. 61).

De acordo com a citação, a “paisagem social” deve ser pensada como decorrência da construção humana, no processo de construção/afirmação de seus territórios solidificado em suas dinâmicas econômicas e culturais e suas representações (i)materiais na (trans)formação dessa paisagem.

Em *Território e paisagem: da construção material à representação* publicado em 2007, Saquet faz referência ao entendimento da relação: paisagem, território e representação, a partir da renovação da Geografia no pós-1960-70, envolvendo o conceito de paisagem para além de uma visão naturalística, ou seja, pelas abordagens historicista, materialista (paisagem histórica), humanística (percepção do sujeito) e interativa (representação).

Observamos que estas argumentações sinalizam novas percepções, novas leituras e representações, que nos levam a um maior entendimento da relação dialética entre território e paisagem, como um produto histórico, sujeita a mudanças e permanências, e sua combinação resulta de fatores ambientais, históricos e econômicos que fazem parte da organização do território. (SAQUET, 2007).

Já no contexto humanístico, esse autor relata que o foco principal é a leitura da percepção dos sujeitos sociais, nas representações e em símbolos da vida cotidiana impregnada de valores. Nesse sentido, consideram a paisagem como forma simbólica, reflexões estas que fazem parte dos estudos de Dênis Cosgrove (1988) no curso da geografia cultural, no qual as pesquisas tendem a aprofundar o conhecimento da paisagem cultural. Sobre isso, temos Rosendahl e Corrêa (2011) enfatizando que:

A compreensão da paisagem enquanto produto cultural, como os seus significados em torno das relações entre sociedade e natureza implica considerá-la como expressão fenomênica do modo particular como uma específica sociedade está organizada em um dado tempo e espaço, isto é, uma dada formação econômica e social ou simplesmente formação social (ROSENDAHL e CORRÊA, 2001, p. 13).

Em Saquet (2007, p. 142), temos a abordagem interativa, abordando a objetividade e a subjetividade inerentes à paisagem como tendência significativa à representação, de quando se propõe a compreender a relação paisagem/território. Por uma definição de território, esse autor registra que: “[...] o território é chão, formas espaciais, relações sociais, e tem significados produto de ações históricas (longa duração) que se concretizam em momentos distintos e superiores, gerando diferentes paisagens”.

Sendo assim, as contribuições de Saquet (2007) ao tema são muitas, dentre elas, ao reforçar o entendimento da paisagem a partir de um conjunto de signos organizados socialmente, resultante de elementos funcionais. Então, pode-se considerar que o homem (re)cria movido pelo desejo, ao “[...] construir uma paisagem ideal, na qual possa reconhecer sua história, sua cultura” (Idem, p. 145). Por fim, dialoga com essa pesquisa sobre a relação paisagem-território.

Parece-me, nesta leitura inicial da relação paisagem-território, que ambos são processos inerentes ao movimento de apropriação e produção socioespacial, no qual a ideia e matéria estão em unidade. Um se realiza em sua relação com o outro, tanto no real como no nível do pensamento. O próprio pensamento faz parte do real e este daquele. Por isso, a paisagem pode fazer sombra e a sombra pode fazer paisagem. Território e paisagem são duas dimensões distintas do real e diferentes níveis de interpretação, mas estão em unidade (SAQUET, 2007, p. 146).

Nesse sentido, reforçamos nossa indagação: como os participantes da pesquisa estão se (re)adaptando à nova realidade local, será que estão (re)construindo uma paisagem na qual possam reconhecer sua história e sua cultura? E, se sim, como estão se organizando? Tendo em vista que “a realidade é um sistema de causalidades racionais rigorosas que podem ser conhecidas e transformadas pelo homem” (SHAUI, 2000, p. 372). Onde se pode perceber a (trans)formação da paisagem do Rio Tocantins, pós-formação do lago artificial Estreito, materializada pelo poder de um grupo hegemônico, nos moldes do capitalismo, valorizando os interesses econômicos em detrimento dos costumes e tradições das comunidades ribeirinhas, porém, não sem resistência.

Por um olhar geográfico, Freitas (2010), em suas análises sobre os impactos socioambientais causados pela construção da Usina Hidrelétrica de Estreito, descreveu a paisagem da cidade de Filadélfia, anterior à formação do lago de Estreito, já prevendo as possíveis mudanças de hábitos dos filadelfienses com a conclusão da formação do seu lago, efetivada em 2011.

[...] a beleza exuberante das paisagens é única, tem o privilégio de estar localizada a margem esquerda do rio Tocantins, entre belas montanhas. Na temporada de praia o movimento na cidade intensifica-se com o contingente elevado de turistas e filhos da terra que aproveitam para rever seus familiares e participar do festejo tradicional do município que conta com a venda de comida típicas do lugar, comércio em geral, leilões e missas. Todo esse movimento será seriamente comprometido com a barragem de estreito (FREITAS, 2010, p. 18).

Ainda embasando teoricamente, a autora reafirma a sua previsão caótica.

Com o remanejamento de ribeirinhos, perde historicidade, insatisfação com empreendimento, por deixarem seus lugares onde construíram suas histórias de vida, os sentimentos de tristeza podem ser percebidos com os depoimentos. [...] a preocupação com o futuro é evidente, após a implementação da barragem, e as perspectivas com as novas mudanças de vida (FREITAS, 2010, p. 24).

Acreditamos que toda adversidade se deu pela falta de um projeto que realmente atendesse à realidade do homem ribeirinho nesse território de fronteira que foi arbitrariamente transformado pela imposição humana em nome de “desenvolvimento sustentável”.

Desta forma, viabilizou-se a possibilidade de modernização do estado em contexto sustentável, conquistando e manipulando a opinião pública. Da mesma forma se tentou fazer com a UHE Estreito utilizando do poder de convencimento e aproveitando-se de casos particulares onde alguns atingidos conseguiram melhorar de vida (SIEBEN, 2012, p. 69).

Sobre o desenvolvimento sócio-espacial e o modo como se aplica essa mudança, Marcelo Lopes de Souza ressalta que o desafio se encontra na compreensão das particularidades inerentes às cidades. Em razão disso, esse autor faz a seguinte indagação:

Pode-se chamar “desenvolvimento” uma mudança em que se desconsideram os “efeitos colaterais” em termos sociais e ambientais de tal “desenvolvimento” sabemos que a resposta é não. Os custos sociais e ambientais de tal “desenvolvimento” são desastrosos (SOUZA, 2002, p. 179).

Indagação esta que nos remete mais uma vez às nossas indagações, ou seja, nos leva a fazer novas leituras das “mudanças” que ocorreram no período de pós-formação do lago, em especial nos espaços de convivências dos filadelfenses onde se perdeu de vista a relação homem/natureza seguindo o seu ciclo natural do rio Tocantins.

Primeiro, porque é privado aos ribeirinhos o direito de desfrutar a paisagem da vazante, com a prática da agricultura de subsistência (costume passado de pais para filhos) que era praticada no período das vazantes; o tempo de plantio da vazante era nos meses de março e abril e a colheita dos produtos de primeiras necessidades acontecia nos meses de junho e julho. Ou seja, além de abastecer a comunidade local, a prática movimentava o comércio externo com outras regiões.

Logo percebemos que, nesse território e paisagem, a identidade tinha um caráter político no sentido de organização e desenvolvimento dos mesmos, pois, como afirma Saquet (2007), “[...] a identidade significa unidade na diversidade e organização política, na tentativa de transformação do lugar e de conquista de melhores condições de

vida.” (p. 152). Por isso, a intenção de saber como os participantes da pesquisa estão se (re)adaptando e como estão se organizando, em todos os sentidos, à vida, porque a desterritorialização pressupõe perdas de território, de laços efetivos, de historicidade e até mesmo de identidade que se manifesta na presença do outro.

Outro aspecto a ser observado nesse processo de desterritorialização se aplica à prática do turismo. Na região de Filadélfia, com frequência dos turistas, nos meses de maio a julho, ou seja, por três meses, a paisagem do rio ganhava novos contornos com os acampamentos de praias e com as barracas dos turistas, mas, com o represamento das águas do rio Tocantins, as paisagens das praias naturais deram lugar à paisagem do lago artificial de Estreito, não mais tão atrativa aos olhos dos visitantes e, principalmente, aos olhos da população local.

Registra-se também que, no período de férias anteriormente mencionado já era tradição na região comemorar o festejo da padroeira da cidade, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, e o encontro das famílias da região. Dessa forma, as mudanças são perceptíveis juntamente com os sentimentos e as representações precisam ser expressas; só assim se pode compreender os impactos sentidos pelos participantes da pesquisa e, para isso, é preciso, às vezes, se colocar no lugar do outro, no esforço da construção de uma abordagem que possa contribuir no sentido de compreensão da (re)adaptação dos filadelfienses atingidos pelo lago.

Nesse sentido, a identidade é trabalhada a partir da dificuldade de adaptação de um indivíduo em situações novas ou como um modo de ser coletivo. Podem-se destacar processos individuais ou de grupo. Uma pessoa pode se adaptar e se identificar em seu novo contexto social ou um grupo social pode construir sua identidade, com relações de afetividade, confiança e reconhecimento. De qualquer forma, a identidade se refere à vida em sociedade, a um campo simbólico e envolve reciprocidade. Na geografia, significa simultaneidade, espacialidade e/ou territorialidade (SAQUET, 2007, p. 147).

Acreditamos que as representações dos filadelfienses referentes à paisagem do rio Tocantins no recorte temporal dos últimos 10 anos, envolvendo os aspectos da comunidade, identidade, cultura, memória e simbolismo, podem nos revelar modos de vida e suas particularidades, pois pressupomos que a comunidade ribeirinha sabia que perderia seu território de referência, deixaria de compartilhar experiências nos lugares vividos, mas não sabia ao certo das perspectivas que já lhe parecia incertas. As reflexões de Sieben (2012) nos ajudam pensar sobre esta questão. Para ele,

O Estado atendeu aos interesses de setores ligados à hidroeletricidade. O poder estatal promoveu o crescimento econômico, requisitando a atenção e atendendo aos interesses do capital nacional/internacional à custa dos recursos naturais e das populações expropriadas atingidas pelo lago artificial do reservatório UHEE de forma direta e indireta (SIEBEN, 2012, p. 61).

Pressupomos também, que os riscos dessa desapropriação, envolvendo, o emocional, o intelectual e o psicológico, já eram sentidos pelos filadelfienses, isso quer dizer que os sentimentos de perdas e os laços afetivos já eram compartilhados coletivamente no período anterior à materialização do projeto da UHEE. Estes riscos nos levam a pensar como “[...] as relações sociais são também criadoras de sentimentos, simbolismo e identidade particulares, que não estão restritas, unicamente, as relações de poder e de produção” (KINN, 2010, p. 78).

Nesse contexto, surgem novas percepções inerentes à paisagem do rio Tocantins, e, por meio dos relatos de testemunhas do processo de enchimento do lago de Estreito, temos a afirmação da paisagem morta, “rio morto”, mas quando os participantes da pesquisa retornam ao passado, fazem referência à paisagem viva, “o rio vivo”. As metáforas são instigantes, porque são representações do sentido, do vivido, do imaginário social. Por isso, afirmamos que essa metáfora permeia o imaginário filadelfiense e representa as tramas da complexidade cotidiana dos participantes à atualidade. São indagações que nos novem no curso da pesquisa onde “[...] a água corre sempre a água cai sempre, acaba sempre em sua morte horizontal” (BACHELARD, 1998, p. 22), transformando a paisagem esquerda do rio Tocantins onde se encontram os filadelfienses (des)reterritorializados do seu território de referência.

Por uma reflexão sobre o que é cultura e como ela se manifesta em comunidade, consideramos a seguinte afirmação:

A cultura é a criação coletiva de ideias, símbolos e valores pelos quais uma sociedade define para si mesma o bom e o mau, o belo e o feio, o justo e o injusto, o verdadeiro e o falso, o puro e o impuro, o possível e o impossível o inevitável e o casual, o sagrado e o profano, o espaço e o tempo. A cultura se realiza porque os homens são capazes de linguagem, trabalho e relação com o tempo. A cultura se manifesta como criação das obras de pensamento e de arte, como vida religiosa e vida política (SHAUI, 2000, p. 372).

Nesse sentido, a tríade território, cultura e identidade nos permite cruzar as fronteiras da ciência, sem a pretensão de anular ou propor novos conceitos, mas sim, fomentar novos diálogos, navegando por diversas vertentes com outras lentes que vão surgindo e nos revelam a possibilidade de novas leituras, nas quais podemos melhor compreender as diferentes visões e representações referentes à (trans)formação da

paisagem do rio Tocantins que comandou praticamente todos os aspectos da vida dos filadelfenses por décadas social, econômica e culturalmente, pois “[...] é no espaço habitado que se estabelece estratégias, arranjos anunciando possibilidades de um existir social objetivado e subjetivado pelos sujeitos, nos quais estão fundamentados os conteúdos e propósitos de vida” (KINN, 2010, p. 210). A partir desse pressuposto, fomos motivados a pesquisar a relação homem/natureza e território. Flores (2006) enfatiza que:

Tais preocupações são hoje, pois, fundamentais já que esses estudos e proposições e obras estão sendo levado a efeito, transformando, alterando totalmente o rio Tocantins e suas regiões ribeirinhas, mudanças de tamanha efetividade, cujos efeitos, são desconhecidos, e assim, pouco controle se tem sobre eles. Essas questões visíveis na paisagem do que é hoje o rio Tocantins, se justificam, historicamente, na medida em que é esse o papel do historiador – ir ao passado com questões e angustias do presente (FLORES, 2006, p. 3).

Corroborando, com nossa pesquisa Cormineiro (2015) reforça que:

De fato, durante muito tempo a água, e por derivação os rios, representou um tema da vida cotidiana dos homens e das mulheres que habitavam margens ribeirinhas, condicionando à necessidade da água um amplo espectro de valores, sentimentos e sensibilidades que, transformados em narrativas, deram sentido à poética dos rios (CORMINEIRO, 2015, p. 02).

Acreditamos que as impressões sobre a navegação no rio Tocantins, concebidas pelas narrativas que tratam da história de vida deste rio, são componentes na expectativa de compreendermos como se deu a construção humana desta paisagem, especialmente a partir do século XVIII. Temos as contribuições de Flores (2006), dentre outras no curso dessa pesquisa, ao considerarmos em suas narrações a importância desse rio no processo de interiorização do Brasil, principalmente para compreendermos como serviu no contexto da formação de Filadélfia na fronteira da Amazônia legal onde “[...] a navegação fluvial através do rio Tocantins deu vida e movimento às novas cidades e povoados ribeirinhos” (FLORES, 2006, p. 100).

Por esta perspectiva, voltamos ao passado, nas palavras de Flores (2006), pelos caminhos que deram visibilidade à navegação pela malha fluvial brasileira interiorana a partir do século XVIII, na perspectiva de apreendermos como ocorreu o processo de (trans)formação da paisagem do rio Tocantins e sua representação (i)material através da navegação interiorana onde “[...] o rio Tocantins e o sertão se configuram como espaço de fronteiras, fronteiras metafóricas lugar de encontro entre diferentes culturas” (FLORES, 2006, p. 48).

1.2 Século XVIII: navegação do rio Tocantins

As representações referentes à navegação do rio Tocantins que se encontram registradas nos relatos de viagens, sobretudo a partir do século XVIII, dão visibilidade para a História de vida desse rio, ao considerarmos que: “[...] os rios, como os seres humanos, têm um ciclo de vida, e conseqüentemente uma história” (RODRIGUES, 1945, p. 15). Por essa perspectiva, buscamos compreender como se deu a construção humana dessa paisagem no contexto da formação de Filadélfia.

As narrativas de Flores (2006, p. 91) evidenciam dois aspectos que nos levam a refletir sobre a importância da relação homem/rio e território. Primeiro, “[...] deixam ver, um longo período da história, em que os rios serviam de veios de comunicação principalmente com o interior do Brasil”. Segundo, revelam que navegar pelos caminhos em direção ao sertão era desafiador, porque “[...] o despovoamento das margens do rio, era a maior e deixava os viajantes a possíveis ataques indígenas, a privações de toda ordem e, sobretudo, à falta de socorro em caso de necessidade” (FLORES, 2006, p. 93).

Mas percebemos também, por meio dessas narrativas, a descrição direta da paisagem hostil, contudo, essa paisagem despertou os interesses econômicos e sociais daqueles que, na época, habitavam às margens do rio Tocantins. Como disse Flores (2006, p. 99), o rio Tocantins “[...] era um motor para o desenvolvimento e para a integração da região com as demais regiões do país [...]”. Em especial de quando os nortenses foram testemunhas oculares da desterritorialização dos mineiros, em razão da crise da mineração que se instalou na região de Goiás, em meados do século XVIII.

As narrativas de Flores (2006) revelam a paisagem dos excluídos, em razão do modo de produção de caráter capitalista desenvolvido na região interiorana, onde as vilas próximas às minas de ouro improdutivas se tornaram obsoletas, forçando a população local a buscar novas alternativas de sobrevivência, ou seja, se adaptar à nova realidade local, por isso, os nortenses viam na navegação interiorana uma possibilidade de se reerguerem econômica e socialmente.

Nesse sentido, percebemos que as narrativas evidenciam o apego da população pobre ao meio ambiente, por entendermos que: “[...] Em qualquer lugar onde haja seres humanos, haverá o lar de alguém com todo o significado afetivo da palavra” (TUAN, 2012, p. 162).

Nesse ínterim, Flores (2006, p. 99) sinaliza que um dos maiores entraves no processo da navegação interiorana foi a indiferença política por parte dos governadores, pelo fato de que, quando interviam, não ofereciam elementos concretos que pudessem atender todas as adversidades que o meio oferecia àqueles que estavam inseridos neste contexto, “[...], pois os investimentos não chegavam aos rincões”. Por isso, há os registros dos clamores por parte da população local que se arrastaram desde o século XIX e princípio do século XX.

Segundo Flores (2006), a imprensa local (o jornal Folha do Norte) desenvolveu um papel relevante nesse devir, ao dar voz à população interiorana, registrando os inúmeros casos de baixas nas viagens que se tinham notícias por toda a região, justificando as reivindicações da população, e ao mesmo tempo, denunciava também a falta de investimento por parte dos governantes. Flores (2006) argumenta que:

como se deu a ver, os queixumes de diferentes sujeitos atravessaram séculos, e por certo, a navegação fluvial, via Tocantins, a serviço do comércio foi uma atividade constituída basicamente pela iniciativa de comerciantes locais, que por todo esse tempo a praticaram, e com soluções próprias, deram vida ao rio Tocantins (FLORES, 2006, p. 102).

Da mesma autora, temos outro argumento revelando a transformação da paisagem do rio Tocantins onde as territorialidades deram visibilidade à paisagem da navegação no sertão (antigo norte goiano). Isto é:

Essa navegação fluvial, trôpega ou não, era comumente realizada e possibilitava o surgimento de um conjunto de atividades interligadas, tais como construção de embarcações e o desenvolvimento de profissões ligadas à navegação, como: pilotos, proeiros, popeiros e remadores. Além disso, foram estabelecidos alguns portos de embarque e desembarque de mercadorias que vinham de toda região (FLORES, 2006, p. 99).

Esses argumentos revelam o espaço em movimento contínuo para o qual as embarcações contribuíram no processo de transformação da paisagem interiorana desse rio, cruzando as fronteiras, unido diferentes culturas. A paisagem passou a ser representada pelas novas territorialidades, ou seja,

dava-se numa junção de experiência técnica, que agregava alguns conhecimentos mais sofisticados trazidos pelos ibéricos aos indígenas, que conheciam com profundidade as matas locais, cem como os espécimes de madeira mais adequados para cada embarcação e, sobretudo, para a técnica de fabricação. O mais certo é que o conhecimento nativo prevaleceu, pelo menos inicialmente (FLORES, 2006, p. 101).

Vê-se que foi no encontro de diferentes culturas, que as novas territorialidades se materializaram no processo que implicava na prática de construção das embarcações, do

tipo “[...] canoas de pau, entre outras, de acordo com as diferentes regiões brasileiras que também se valeram das vias fluviais para a penetração nos sertões” (FLORES, 2006, p. 100), as quais subsidiaram o comércio nas vias fluviais rumo ao sertão, em razão da desterritorialização e reterritorialização das comunidades ribeirinhas que viviam e sobreviviam dos elementos materiais e naturais que o rio lhes ofereciam.

Segundo Flores (2006), é histórico que, a princípio, a navegação interiorana foi impulsionada pelos indígenas e pelos ribeirinhos que fizeram das embarcações o lugar de morada, ou seja, foram pioneiros na arte de navegar no curso do Tocantins, e pelos caminhos que eles navegavam se despontavam como os:

chamados canoeiros. Eram eles os remadores que, além de profundo conhecimento do rio, possuíam força física e destreza para tal atividade. Além disso, sabiam extrair tanto do rio como das suas margens, os alimentos necessários à complementação da provisão, nem sempre suficientes para todo trajeto (FLORES, 2006, p. 107).

Mas, desse encontro de culturas, as narrativas descrevem a paisagem social excludente se materializando no âmbito das embarcações, por meio da hierarquia social, representada pela tripulação local onde se dava as inter-relações sociais e trocas culturais, bem descritas por Flores (2006), ao narrar que a

tripulação do barco obedecia a uma clara hierarquia, manifesta tanto nas diferenças de salários, como na possibilidade de vir a se tornar proprietário de um barco. Além disso, essas diferenças se revelaram na alimentação diferenciada, e no convívio direto com o patrão – geralmente o dono do barco. Cada barco era conduzido por um piloto que comandava o leme e, pelos remeiros. O bote exigia, no entanto, além desses, o popeiro e os proeiros (FLORES, 2006, p. 107).

Desse encontro de culturas, no curso do rio Tocantins, Flores (2006) descreve a vida material que esse rio possibilitou a partir das territorialidades com a prática da navegação interiorana, onde o território está em constante movimento. No dizer de Saquet (2005, p. 160), “[...] o velho é recriado no novo, num movimento concomitante de descontinuidade e continuidade, de superações”. Nesse sentido, Flores (2006) relata que,

ao longo da história da região, a navegação do rio Tocantins adquire ora menor ora maior importância, mas de toda sorte, sempre praticada. Essa prática constante favoreceu o nascimento de um rol de atividades relacionadas à navegação: a fabricação de embarcações, o comércio, a empresa de navegação, além das ocupações profissionais de remeiros, pilotos, e demais atividades relacionadas com o rio. Toda essa movimentação em torno do Tocantins fez nascer povoações em suas margens, que se especializaram nessas atividades (FLORES, 2006, p. 114).

Nesse contexto, Flores (2006) revela a produção do espaço com a prática da navegação interiorana representada pela vida material do rio Tocantins, a qual transformou a vida cotidiana de milhares de ribeirinhos. Além disso, a simboliza à medida que esse pensamento se desenvolve ao relacioná-la à vida em todos os sentidos.

São afirmativas que nos fazem lembrar a metáfora do “rio vivo”, pronunciada nas rodas de conversas na cidade de Filadélfia, ao fazerem referência ao passado anterior à formação do lago artificial de Estreito, pois, aos olhos de quem o contemplaram, o rio Tocantins fazia brotar nas vazantes, atraía visitantes de todos os lugares e aproximava as distâncias ao promover o encontro de familiares e amigos na temporada de praia, transformando a paisagem local.

Nesse sentido, Maximiano (2004), ao tecer considerações sobre o conceito de paisagem, afirmou que, pressupondo pela ótica do observador pesquisador, a paisagem como objeto de pesquisa é o produto das relações dinâmicas, resultado dos elementos de origem natural e humana os quais se manifestaram num determinado espaço ao longo do tempo.

Recorremos aos apontamentos propostos por Santos (1988), ao afirmar que “[...] todos os espaços são geográficos porque são determinados pelo movimento da sociedade, da produção, mas tanto a paisagem quanto ao espaço resulta de movimentos superficiais” (SANTOS, 1988, p. 1). Consequentemente, por essa perspectiva, concebemos, confoem afirma Maximiano (2004), que “[...] a noção de paisagem acompanha a existência humana desde o início, uma vez que a sobrevivência dos seres humanos sempre dependeu de sua relação como o meio” (p. 83).

Aqui reforçamos as nossas indagações, sobretudo como os filadelfienses estão se adaptando à nova realidade pós-formação do lago artificial de Estreito, em razão dos impactos sofridos por eles em torno das especulações sobre a construção da Usina Hidrelétrica Estreito/MA, pois é consensual entre os pesquisadores que tratam da construção de Usina Hidrelétrica no âmbito nacional, em especial na região Amazônica, que as populações ribeirinhas sentem, coletivamente, por saberem que perderam o convívio com o seu território familiar, que têm o presente marcado por promessas de desenvolvimento local e o futuro cercado de incertezas.

Retornando às narrativas historiográficas, estas evidenciam as pressões psicológicas sofridas, tanto por aqueles que se aventuravam seguir o curso do Rio Tocantins, quanto pela população que assistia a saída das embarcações às suas margens, na época em que se desenvolveu a navegação interiorana, pois navegar pelas vias

fluviais do antigo sertão goiano era sinônimo de despedidas e perdas, porque exigia um grande empreendimento para enfrentar um ambiente hostil, revelando-nos o quanto o psicológico dita a paisagem. Desse modo, para Flores (2006), cruzar as fronteiras do Rio Tocantins era sinônimo de aventura e de incertezas, pois

carecia de cuidados preparativos: o barco, a tripulação, mantimentos e armamentos para a população que assistia a tudo isso e, visualizava e dimensionava os riscos de cada viagem, a saída tinha um momento de duplo sabor: alegria e aflição. Por outro lado, aflição pelo destino incerto de cada um deles. Isso tudo fazia invocar os santos protetores e deixar registrado seus últimos desejos, seus pedidos, bem como o destino de cada um dos seus bens, em testamento. As perdas humanas eram comuns; não raro um barco se debatia em pedras e penhascos perdendo-se cargas e vidas (FLORES, 2006, p. 120).

Semelhantes relatos se encontram também nas narrações de Tonini (1959), ao descrever as experiências dos sujeitos sociais na região Norte, às margens do Rio Tocantins, onde no momento de embarque, todos os tripulantes,

com o coração a bater como uma locomotiva, entram no canal. A velocidade da água era vertiginosa. A barca deslizava, balançando sobre as águas espumosas como uma seta. O velho, contrariando o semblante, manobrava divinamente bem. Os outros remavam ou freavam, segundo as ordens do timoneiro. Em menos de uma hora percorriam vinte quilômetros. Os habitantes das duas margens, que presenciaram a entrada e travessia do barco no canal central, presentiram o perigo e por isso invocaram a proteção divina (TONINI, 1959, p. 75-76).

Nesse sentido as narrativas de Quinto Tonini (1959) trazem com frequência, os momentos de desafios, ruptura e perdas humanas causadas pela prática da navegação no curso do Rio Tocantins, desvelando a paisagem do medo. Como via de exemplo, ele descreve a inexperiência fatal dos missionários que se propuseram a navegar pelo trajeto: Tocantinópolis – Porto Franco, em meio ao temporal que se avistava à margem do rio onde os evangelistas,

entraram na canoa e se sentaram. O velho e um rapazinho, seu ajudante, empurraram o pequeno barco para água e iniciaram a travessia. O vento crescia, os relâmpagos e trovões se sucediam com intervalo sempre menor. Na metade do rio caiu a chuva. O vento, agora furioso, levantava as ondas contra a correnteza da água, a canoa pequena e baixa, viajava quase toda submersa. Uma orla de poucos centímetros, apenas, impedia que a água entrasse. As ondas começaram a imprimir-lhe um balançar pouco simpático; aquelas que quebravam contra a proa, lançavam fortes borrifos d'água no rosto dos viajantes. Os trovões aturdiavam, os relâmpagos ofuscavam, o pior, a outra margem ainda estava distante. [...] no escuro da cerração, ao claror dos relâmpagos, foi vista uma canoa emborcada. Os dois barqueiros e o Padre A. Alice se agarraram nas bordas. Os três gritavam a plenos pulmões, implorando socorro o padre Egíbio Addobati e o irmão Serra recomendaram a alma ao senhor, juntando as mãos e desapareceram nos profundos

remoinhos daquele terrível rio, cuja largura naquele lugar, calcula-se de aproximados mil metros (TONINI, 1959, p. 15).

Essas narrativas revelam as experiências íntimas do padre Quinto Tonini com o meio ambiente nas matas do Norte de Goiás, revelando as cenas trágicas e alegres vividas por ele e comitiva, as quais o levaram a tecer a seguinte reflexão, por sentir/ser um estrangeiro se (re)adaptando à vida em comunidade, em especial, em território filadelfiense, no ano de 1952:

O missionário que deixa a sua terra e cai em uma zona equatorial, onde a língua, usos e costumes, mentalidades, clima, alimentos, forma de vida, paisagem completamente diferente, deve em certo sentido fazer uma faxina no cérebro para começar uma nova vida. Esta metamorfose, que em parte deve operar-se substancialmente e, em parte acidentalmente, é a coisa mais difícil para um sacerdote (TONINI, 1959, p. 28).

Contudo, o mesmo registrou também a harmoniosa convivência com os filadelfienses, no tempo em que lá estabeleceu residência, além disso, registou as práticas culturais ali desenvolvidas, como a extração manual da amêndoa do coco babaçu, praticada pela comunidade indígena e o sertanejo tecendo esteira com a folha de palmeira de babaçu, revelando, com isso, as territorialidades ali desenvolvidas.

Esse sentimento de empatia em torno da paisagem do Rio Tocantins, dá visibilidade a outra paisagem de fronteiras, de encontros e desencontros, interesses e desinteresses, expressos por outras identidades, nos revelando a paisagem e representação (i)material pelas representações, a ela incorporadas pela “[...] pluralidade de sujeitos, em relação recíproca, contraditória e de unidade entre si, no e com outros lugares e pessoas; identidades (SAQUET, 2007, p. 158).

A seguir, apresentamos aos leitores o Mapa 1, sinalizando os caminhos por onde passam o rio Tocantins, no sentido de direcioná-los e situá-los no curso da nossa pesquisa bibliográfica, ao passo em que consideramos, nesse percurso, que “[...] o rio Tocantins tem importância para a região Norte, principalmente para o estado do Tocantins” (FLORES, 2006, p. 13).

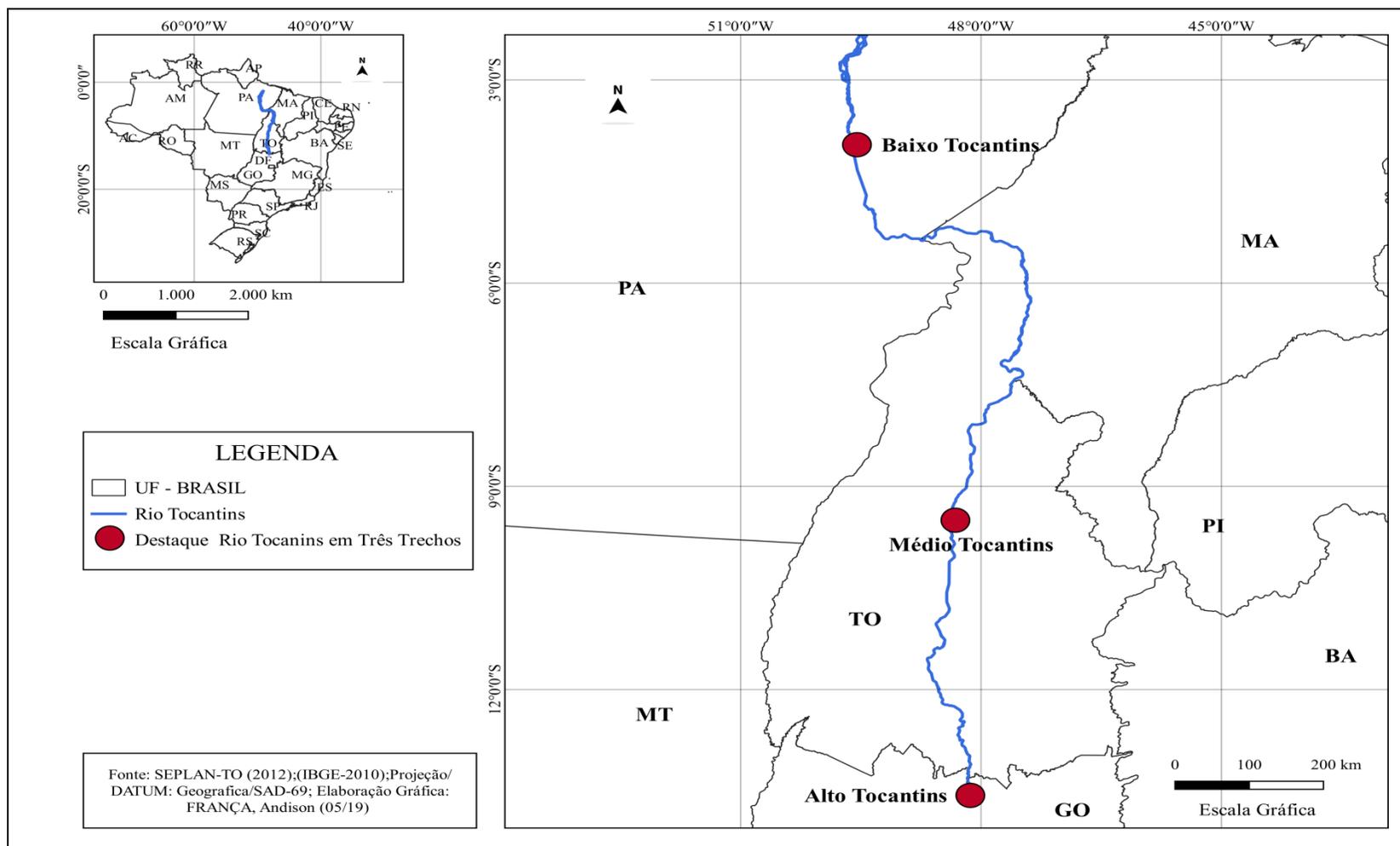
Neste contexto, o nosso olhar contempla a paisagem do trecho Médio Tocantins, na perspectiva de apreendermos as representações dos participantes da pesquisa, sobretudo a paisagem do rio Tocantins e de como se deu a construção humana dessa paisagem no contexto da formação de Filadélfia, porque, “[...] os recursos naturais podem se esgotar, mas a paisagem é transformadora em outra, ainda que numa lógica perversa, destituída de beleza e de riqueza natural.” (LUCHIARI, 2001, p. 22).

Por Flores (2006), a descrição da paisagem do Rio Tocantins nos revela a paisagem dos obstáculos naturais, que por séculos esteve presente no imaginário social das populações ribeirinhas.

O chamado Alto Tocantins vai das nascentes até a Cachoeira Lajeado, com 1.060 quilômetros de extensão, com percursos navegáveis dificultados pelas corredeiras do jacaré, do Croá, da Capivara e do Comandante e da Carreira Comprida, localizada próxima a Porto Nacional que se torna intransponível no verão. O segundo é Médio Tocantins que vai da cachoeira do Lajeado a Tucuruí, com 980 quilômetros, alterando trechos navegáveis dificultados por corredeiras. O mais sério obstáculo é a corredeira de Santo Antônio. O Terceiro é o Baixo Tocantins, que vai de Tucuruí à foz, com uma extensão de 280 quilômetros. Esse trecho é todo navegável no período da cheia (FLORES, 2006, p. 11).

De acordo com a citação, classicamente, esse rio foi dividido em três trechos, Alto Tocantins, Médio Tocantins e Baixo Tocantins. Por nossa compreensão, são fronteiras revelando modos de vida no processo de (trans)formação e representação dessa paisagem. Desse modo, a seguir, o Mapa 1 demonstra, em tese Caminhos por onde passam o rio Tocantins: Alto Tocantins, Médio Tocantins e Baixo Tocantins, segundo a Secretaria de Estado de Planejamento (SEPLAN-TO, 2012).

Mapa 1 – Caminhos por onde passam o rio Tocantins: Alto Tocantins, Médio Tocantins e Baixo Tocantins



Fonte: Adaptado de SEPLAN-TO (2012).

Observando o Mapa 1 acima, podemos ver que o quadro na parte superior do lado esquerdo retrata cartograficamente o Rio Tocantins no contexto brasileiro, evidenciando, com isso, os elementos que compõem a paisagem geográfica de fronteiras representada pelos estados de Goiás, Mato Grosso, Tocantins, Pará e Maranhão. No mesmo mapa, o quadro na parte superior direita apresenta os trechos do mesmo rio, representados pelos círculos na cor vermelha. Nesse sentido, lê-se que, no trecho do Alto Tocantins, o rio nasce no estado de Goiás, fazendo divisa com o estado do Mato Grosso. No trecho Médio Tocantins, vê-se o rio Tocantins cruzando o estado do Tocantins fazendo divisa com os estados da Bahia, do Piauí, do Maranhão e do Pará. E no trecho Baixo Tocantins, o rio Tocantins cruza os estados da Amazônia e do Pará, seguindo o seu curso desaguando no oceano Atlântico.

Agora, sinalizando as fronteiras de estado, no compasso das territorialidades, percebemos que Moura (1910), ao narrar as viagens pela via fluvial Belém e Vale do Tocantins, as descrevem como sendo o elo entre as regiões do Pará, da Amazônia e norte goiano, evidenciando a paisagem que as compõem e suas representações, por sua visão. São as fronteiras identitárias, as quais se despontam num espaço cultural híbrido, no qual a cultura local e as atividades políticas se encontram. Assim, Ignácio B. de Moura expressa que “[...] é inegável que a alma humana sente um bem-estar de alegria ao descobrir o panorama do rio” (MOURA, 1910, p. 34). Vejamos como o mesmo autor descreve o olhar do outro ao percorrer o curso do Tocantins. O fato é,

Eis como Hart descreve a parte do rio, que começávamos a percorrer na pequena lancha: para baixo, o Tocantins não é um rio; é antes uma lagôa ou estuário. As margens são de aluviões imundas, e as águas penetram por muitos canaes de ambos os lados, dando, pelo lado direito, comunicação com o Mojú, e pelo esquerdo, como o estuário que recebe as águas dos canaes lateraes do Amazonas (MOURA, 1910, p. 37).

As narrativas não apresentam um estranhamento com relação ao outro, apresentam-no pela diferença de ser, deixando transparecer uma das características comum a todos, por toda a extensão do vale, compondo a paisagem ao longo do curso d'água chamado Rio Tocantins. Nesse sentido, “as paisagens podem ser concebidas para expressar as virtudes de uma determinada comunidade política e social” (SCHAMA, 1996, p. 26). Como por exemplo,

o grau de hospitalidade da gente do Tocantins é como já dissemos sempre o mesmo em toda a extensão do grande vale. O turista pode toda a viagem sem ter um vintém na algibeira, que lhe não faltarão, para matar a fome, um pedaço de carne ou peixe e as xícaras de café rotineiras e saborosas (MOURA, 1910, p. 39).

Percebemos, nessas narrativas, a descrição da paisagem do baixo curso do Tocantins, na foz do Amazonas, a sociabilidade entre os viajantes e os ribeirinhos às margens do rio Tocantins. Moura descreveu em detalhes o cenário que compunha a paisagem às margens do Rio Tocantins, onde os viajantes pousavam, após um dia de viagem, pela via fluvial Belém e Vale do Tocantins, enaltecendo os costumes e tradições locais, e os elementos da natureza como fonte de inspiração e admiração, ou seja,

amarrámos as redes nos esteios da casa, e nos deitamos fatigados e satisfeitos por encontrar um bom lume, onde se preparou a ceia escolhida e profusa, fora o luar dava um tom melancólico à paisagem, e os bacuraus, aves noturnas, pousando na areia (MOURA, 1910, p. 42).

Essas narrativas nos apresentam o sentimento de pertencimento enaltecido pela linguagem poética, exaltando os elementos naturais que compunham a paisagem do Rio Tocantins, ao amanhecer “[...] manhãs, oh boas manhas, não há como as do Tocantins” (MOURA, 1910, p. 35).

Nesse sentido, as narrativas de Moura (1910) revelam a paisagem do Rio Tocantins se transformando no âmbito da Amazônia, à medida que os sujeitos sociais vão interagindo com outros sujeitos e novos lugares, num espaço de fronteiras, onde “[...] os indivíduos se territorializam na interconexão, na relação, no movimento, na unidade e na diversidade” (SAQUET, 2007, p. 160). De fato, “[...] Quando se aproxima o verão, o Baixo Tocantins coalha-se, quase fantásticamente, de uma esquadrilha, que se dirige daqueles districtos para os seringaes das ilhas do amazonas, ou para esse rio e seus afluentes” (MOURA, 1910, p. 35).

Percebemos, no conjunto das narrações de Moura (1910), a desterritorialização e territorialização de famílias inteiras, os forasteiros, que saíram das terras às margens do rio Tocantins, e se aventuravam na rota comercial no curso do Amazonas, onde a borracha era o produto principal desse comércio. Por isso, “[...] quantos por ali não têm passado pobres e voltados ricos, ou não regressaram mais, uns por terem falecido, outros por terem fixado residência e estabelecimentos comerciais nas ilhas e nas margens do Amazonas” (MOURA, 1910, p. 44).

Percebemos que o sentimento de empatia em torno de algo, até então desconhecido, dá visibilidade a outra paisagem na qual o Tocantins é um rio de fronteiras, de encontros e desencontros, interesses e desinteresses expressados por outras identidades, nos revelando uma paisagem em processo de (re)construção regional e local pelas representações a ela incorporadas.

Em relação às fronteiras onde as identidades se evidenciam nos encontros das águas, aqui nos reportamos às reflexões de Oliveira (2007), para quem as fronteiras adquirem múltiplos significados. Sendo assim, na sua compreensão,

Fronteira valoriza as práticas e representações culturais em diferentes temporalidades e as experiências vividas concretamente; fronteira como resultado de práticas, espaço, por excelência, das migrações; fronteiras dos diversos sentidos e em temporalidades diversas, pois as fronteiras do início da ocupação da região não são as mesmas do final do século XX; à medida que o homem vai se transformando e interagindo com o novo espaço e com o outro, acontece uma transformação, a fronteira vai se tornando mais fluida e uma nova identidade vai se construindo (OLIVEIRA, 2007, p. 31-32).

Observamos, nessa concepção, a possibilidade de compreendermos como se dão os processos de transformação da paisagem num espaço vivido, experimentado, onde as relações sociais se inter cruzam, evidenciando as singularidades e os diversos papéis desempenhados pelas práticas culturais, políticas e econômicas, produzindo paisagens. Assim, “[...] as paisagens culturais atuais do mundo refletem não apenas evoluções locais, mas também grande número de influências devido às migrações, difusão, comércio e trocas [...]” (ROSENDAHL e CORRÊA, 2001, p. 39).

As fronteiras estão relacionadas ao jeito de ser e viver dos sujeitos sociais em seu contexto histórico e temporal, porque os percebemos além da fronteira geográfica, evidenciando-se pelo encontro das águas, nas margens esquerda e direita do Rio Tocantins, a partir das singularidades. Em face desse contexto, buscamos apreender as transformações da paisagem desse rio. De acordo com Oliveira (2007), acreditamos que o Rio Tocantins é,

um rio que possui uma pluralidade de sentidos: ele une e fixa, mas também separa e divide. É uma fronteira geográfica por natureza, mas é também fronteira econômica, cultural e simbólica. É visto como barreira, mas também como via de contato, integrador de regiões e pessoas, espaço de relações sociais e de identidades culturais (OLIVEIRA, 2007, p. 30).

No dizer de Lysias A. Rodrigues, temos a paisagem do rio brasileiro, descrita nas narrativas desse viajante, que a registrou em seu caderno de anotações, pela ótica do

visitante, e assim, descreveu a personalidade que distingue o Rio dos Tocantins, pelo fato de percebê-lo,

Precipitado impetuoso, violento; aquêlé é manso preguiçoso, sossegado. Uns parcos de água expõem seu leito despudorosamente, permitindo que se os pise e atravesse em qualquer parte; outros, correntosos, profundos, desafiam que se faça o mesmo (RODRIGUES, 1945, p. 6).

As narrações de Rodrigues (1945) nos levam também a pensar nos aspectos que ditam a paisagem desse espaço, centrada nas relações sociais e práticas culturais produzidas nos caminhos por onde cruzam as águas do Tocantins, e quais as representações que se conferem a esse meio que,

No caso do Tocantins, sabe-se que esse nome foi aplicado por viver em suas margens a poderosa tribo dos índios Tocantins, daí ser conhecido a princípio como rio dos Tocantins Quem o batizou? Parece-nos que outra tribo indígena, que transmitiu-o aos franceses, que desde os últimos anos do século XVI habitavam o Maranhão. As primeiras referências que sobre êle encontramos são dadas pelos franceses, que o legaram aos portugueses. Assim, rio dos Tocantins foi o primeiro nome pelo qual êle foi conhecido (RODRIGUES, 1945, p. 24).

Acreditamos que essas representações valorizaram e confirmaram as paisagens às margens do Tocantins, paisagens fundamentais como apropriação do território, como afirma Haesbaert (2004, p. 3), para quem “[...] todo território é ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcionais e simbólicas, pois exercemos domínios sobre o espaço tanto para realizar funções quanto para produzir significados”.

Percebemos que esse narrador registrou a paisagem do rio Tocantins a partir do todo que ele contemplou às margens desse rio, evidenciando, com isso, a relação homem-rio e natureza no encontro das águas, revelando-nos também o apego pelo local, o simbolismo centrado na sua concepção de representação (i)material envolto do rio Tocantins. Como bem descreve Rodrigues (1945),

Navegamo-lo de Palma a Belém do Pará; sobrevoamo-lo desde a nascente do Paranã seu formador principal, até sua foz; varamos suas cachoeiras e sirgamos suas canoas; miramo-nos nos seus estirões espelhados; vimo-lo abraçar-se com o seu irmão o Araguaia e enfrentar o colosso que é o Amazonas; lidamos com os nossos patrícios que às suas margens vivem, lutam e intensamente amam o Brasil simbolizado neste nosso grande rio! (RODRIGUES, 1945, p. 26).

Percebemos que o curso do rio Tocantins exerceu uma forte influência na percepção desse viajante, pois, “as mais intensas experiências estéticas da natureza possivelmente nos apanham de surpresa. A beleza é sentida, como o contato repentino com o aspecto da realidade até então desconhecida” (TUAN, 2012, p. 137). Logo, as

impressões de Lysias Rodrigues (1945), que tratam da importância do povoamento às margens de um rio, nos levam a pensar na importância dos filadelfenses para o rio Tocantins.

Porque o maior povoamento das margens de um rio demonstra se êle mais e melhor conhecido. As cidades, vilas e povoações às margens de um rio, dão-lhe relevo e significação especial como fatores de comércio e comunicações maiores, que não podem ser deixadas de lado no cômputo dos valores de fixação (RODRIGUES, 1945, p. 16).

Quanto à navegabilidade de um rio, Rodrigues (1945) reforça que,

Se os rios aumentam o seu valor pelo seu poder fixador do elemento humano, não se pode deixar de considerá-lo acrescido sendo êle, como é um fator de comércio e comunicações. Assim o fator navegabilidade tem a nosso ver alta importância, porque um rio navegável é uma linha de circulação de valor indiscutível (Idem, 1945, p. 16).

Nesse dever, as narrativas reforçam o olhar do aviador Lysias Rodrigues, para os caminhos que levam o rio Tocantins, como bem de uso e valor no dizer de Flores (2006), no processo de territorialização onde “[...] nós homens (e mulheres) somos, estamos e reproduzimos natureza e sociedade, simultaneamente, produzimos o(os) território(s) e territorialidade(s)” (SAQUET, 2007, p. 173).

Desse modo, percebemos que são inúmeras as abordagens que tratam da história de vida do rio Tocantins, seja pelo viés literário, relatos de viagens ou pela historiografia, acreditamos que muito têm a nos informar sobre como, ao longo dos anos, se deu a íntima relação dos sujeitos sociais na região norte, em especial os filadelfenses, com as águas desse rio. Por isso, buscamos apreender a percepção deles sobre a paisagem do rio Tocantins e como a relacionam com a sua história de vida, pois, por um olhar mais atento ao estudar a história de vida desse rio, percebe-se, em acordo com Flores (2006), que o Tocantins é um elemento que integra e organiza territórios de fronteiras, em especial no antigo sertão goiano, atualmente tocantinense.

Vejamos como Flores (2006) descreve a paisagem sertaneja no curso da malha fluvial brasileira, para quem,

O sertão, que abriga grande parte da malha fluvial brasileira, foi então cenário do encontro dos mais diferentes tipos étnicos: os índios em seu habitat natural ou interiorizado pela força da pressão do povoamento costeiro; os africanos fugitivos ou envolvidos na exploração mineral; os bandeirantes (portugueses e brasileiros); os franceses que ocuparam o norte do território; os mestiços que foram resultados dos diversos cruzamentos étnicos. Essa combinação múltipla, contrária, às vezes, mas conformada na sobrevivência nos sertões, dava contorno a forma àquele meio (FLORES, 2006, p. 49).

Desta forma, estas impressões nos revelam a percepção sobre a paisagem pensada como territorialidade em (re)construção em volta do rio Tocantins, revelando a abundância das diversas fontes sobre os rios brasileiros, em especial a paisagem deste rio em Filadélfia, campo da nossa pesquisa. Em outras palavras,

Esta história de múltiplas e constantes intervenções humanas alicerçou uma sociedade que se serviu do rio para a construção de sua vida material e acabou por construir um imaginário lendário e mítico. Um rio dual, personificado no bem e no mal; no bom e no ruim; no alegre e triste; enfim, uma natureza de múltiplas facetas engendrando um homem também dual, místico e cético, corajoso e medroso ao mesmo tempo. Um homem de múltiplas identidades (FLORES, 2006, p. 10).

Para o momento, em face do exposto, a navegação interiorana no rio Tocantins evidenciou a transformação da paisagem por meio da relação homem/natureza e território que a representa. Além disso, evidenciou que as cidades ribeirinhas têm íntima relação umas com as outras, num processo de (re)construção do território, sujeitas a novas percepções e interpretações, levando-nos a compreensão de que “[...] as paisagens são imagens de mudanças, como produto de processos sociais, do modo de viver e produzir, sob forças econômicas, políticas e culturais” (SAQUET, 2007, p. 141). Pensando assim, na próxima seção apresentaremos uma breve contextualização sobre a formação do município de Filadélfia, na tentativa de compreendermos como ocorreu o processo de formação política do território que a envolve.

1.3 Contextualizando a formação do município de Filadélfia

As narrativas que tratam da história de vida do Rio Tocantins atestam que, desde o período colonial, a ocupação da região do Tocantins se deu com a instalação das fazendas de gado e a sua expansão se efetivou com a concessão de sesmarias formadas por longas extensões de terras que ora se tornavam improdutivas, ora eram territorializadas com a prática da pecuária (criação de gado solto) (FLORES, 2006).

Segundo Flores (2006), a história de vida desse rio revela, por meio das narrativas, a transformação da paisagem que o envolve por séculos pela ação do homem, demarcando o território, rompendo fronteiras e desenvolvendo suas relações de poder na disputa pelo território de fronteiras: o rio Tocantins.

O Tocantins foi, desde o século XVII, caminho frequente de bandeirantes paulistas em busca de ouro e préia de índios a serem cativados, e posteriormente, no século XVIII, tomou-se também fronteira de expansão das fazendas de gado que logo se espalharam por todo o Centro-oeste, norte e nordeste: da Bahia ao Maranhão. No entanto, o povoamento mais efetivo do entorno do rio Tocantins se daria somente a partir do descobrimento da primeira mina aurífera do norte do Brasil na região do Tocantins [...] (FLORES, 2006, p. 73).

As narrativas revelam também a fundação das primeiras vilas e os primeiros arraiais na região tocantina, no auge da exploração mineradora. Com isso, os registros revelam como se deu o crescimento populacional no entorno das minas de ouro que, em sua maioria, eram localizadas nos afluentes do rio Tocantins. Contudo, registra-se também que a alta produtividade de ouro nessa região não possibilitou a formação de uma população homogênea em seu entorno,

até meados do século XVIII, o rio Tocantins era quase um deserto humano, pois os índios haviam abandonado suas margens e os colonizadores continuavam a serem poucos. Por essa época, a paisagem quase despovoada era modificada apenas pelas Vilas de Pontal e Porto Real (Idem, p. 76).

De acordo com Flores (2006), os interesses que levaram a estimular o povoamento dessa região eram puramente econômicos, pois cogitavam a efetivação da comunicação comercial na rede fluvial entre os estados de Goiás e Pará, visando efetivar o comércio exterior com o escoamento de mercadorias pelo porto marítimo.

Contudo, com a crise da mineração, acentuou-se o despovoamento da região e outras medidas foram pensadas, conforme os interesses da política colonial, que visavam erguer a economia local, colocando em prática a agricultura de subsistência e o povoamento das margens do rio Tocantins. Mas somos lembrados do fato de que: “[...] se essas medidas surtiram efeitos esperados, reside aí um ponto de discordância por parte de renomados historiadores [...]” (FLORES, 2006, p. 79).

No entanto, segundo essa autora, há de se considerar os relatos da época a partir dessas territorialidades, “[...] na interconexão, na relação, no movimento, na unidade e na diversidade.” (SAQUET, 2007, p. 160), de quando as narrativas relatam que:

Começaram a dar conta, de novos moradores estabelecidos nas margens do rio Tocantins, bem como de sitiantes que viviam da pequena agricultura ou da criação de gado bovino. Estas pequenas propriedades se tornaram pontos de abastecimento dos barcos, que regularmente desciam e subiam o rio. Além disso, novas povoações surgiram, tais como: Pedro Afonso, Carolina, São João das duas Barras e Boa Vista (FLORES, 2006, p. 79).

Para Flores (2006), a região interiorana despertou outros olhares,

Com a exploração do ouro que a região do Tocantins desponta no cenário colonial com as minas ricas de Goiás, e por isso, dá-se início a um processo de ocupação que vai se efetivar de fato, com a agropecuária, atividade econômica sucedânea à mineração que vai exigir a fixação de fato de uma população, dispersa em sítios, fazendas e povoados, todos eles interligados de alguma forma a vida do rio Tocantins [...] (FLORES, 2006, p. 82).

Nesse sentido, as narrativas historiográficas são unânimes ao revelar que o povoamento do grande sertão goiano, hoje norte tocantinense, foi impulsionado pelas descobertas das minas de ouro, que deram origem aos arraiais na região de Goiás “[...] a partir do processo de ocupação econômica com base na exploração aurífera[...]” (PARENTE, 2007, p. 24), impulsionada pela política mercantilista e pela perspectiva de articular a região interiorana com as outras regiões devido ao despovoamento dessa região ser inviável para a economia mineradora. A autora bem descreve como se deu o povoamento nortense:

a princípio formavam-se os arraiais no sul onde foram descobertas as primeiras jazidas. O povoamento, à medida que surgia novos achados, acompanhou o ouro em direção ao norte, originando vários arraiais – verdadeiras ilhas, cada vez mais isoladas uma das outras. Apesar de as minas no norte existirem em maior quantidade que no sul, a sua extensão contribuía para uma menor densidade populacional [...] Uma das características da sociedade mineradora era a mobilidade populacional, de modo que tanto o aparato administrativo como o comércio acompanhavam esse fluxo e refluxos (PARENTE, 2007, p. 60).

Além disso, Parente (2007) ressalta dois fatores que marcaram a região interiorana no início do povoamento: primeiro, com a mobilidade populacional, via-se o encontro de diferentes grupos humanos nas minas de ouro, e, desse encontro, surgiu a sociedade heterogênea. O segundo motivo foi a relação de poder de caráter de servidão que ocorreu entre branco/índio e branco/preto. Esta última intensificou-se no norte de Goiás.

No âmbito da historiografia, é unânime também a afirmação de que essa relação de demonstração de poder que se efetivou no processo de escravidão, definitivamente, influenciou na organização social das cidades ribeirinhas interioranas, no curso do rio Tocantins, desvelando-nos uma paisagem permeada pelo sentimento de rejeição, que revelam também as resistências (PARENTE, 2007).

Pelo olhar de Parente (2007), a paisagem interiorana foi se transformando, segundo os interesses econômicos e políticos da época, em busca de uma saída que tirasse a região Norte da decadência social e econômica na qual se encontrava a sociedade mineradora. Por nossa compreensão, esse jeito de olhar é semelhante ao olhar

de Flores (2006, p. 81), para quem “[...] descobre-se através de buscas do Eldorado, uma malha fluvial no interior do Brasil de importância fundamental para a interpretação do interior”.

Percebe-se nas narrativas, a descrição da paisagem interiorana a partir da relação homem/rio e território, ao passo que consideramos que, “[...] com todos os elementos, a história do rio Tocantins apresenta-se como um convite de infinitas possibilidades.” (FLORES, 2006, p. 10-11), bem como a história de vida dos sujeitos sociais participantes da nossa pesquisa, os filadelfenses, inseridos às margens do rio, na região norte tocantinense, porque “as paisagens não existem a priori, como um dado da natureza, mas somente em relação à sociedade” (LUCHIARI, 2001, p. 22). Aqui é adequado nos reportar à percepção de Flores (2006), para quem,

essa relação homem/rio arquitetou uma sociedade cujo modo de vida tinha e continua a ter no rio um dos seus elementos centrais, uma vez que ele foi constitutivo de suas bases materiais de sustentação, seja fornecendo alimentos, materiais para construção de seus abrigos, seja como caminho a um longo e perseguido processo de comunicação centro – norte do Brasil (FLORES, 2006, p. 10).

Parecida percepção se encontra também nas narrativas de Rodrigues (1945, p. 108), ao descrever um breve percurso histórico da fundação das cidades marginais, tendo em vista que, para esse autor, as cidades ribeirinhas “[...] estão em via de regra, intimamente ligadas a outras, desde o seu nascimento”. A partir dessa percepção, buscamos apreender a paisagem histórica por meio dos relatos desse narrador, porque acreditamos que nos dão visibilidade à formação do município de Filadélfia.

A princípio, Rodrigues (1945, p. 104) atesta que “[...] os primeiros anos do século XVIII, quando começava a ser povoado o grande sertão goiano, atraídos pela fama das grandes riquezas ali existentes, de todos os lados afluíram aventureiros, de todas as raças, idades e nacionalidades”.

A partir de então, as narrativas evidenciam a cidade de Porto Nacional (antigo Arraial Novo Porto Real do Pontal) fundada no ano de 1738, influenciando, diretamente, no processo de ocupação da região tocantina “[...] sendo o centro da linha base da marcha para o oeste da civilização” (RODRIGUES, 1945, p. 110), vinculada à ideia visionária de integração nacional movida pelos interesses políticos e econômicos que sucedeu o período Vargas, a Marcha para o Oeste – 1930-1945. Sobre esse contexto, é importante nos reportar às narrativas de Cabral (2013), segundo o qual,

A revolução de 1930 pode não ter proporcionado mudanças sociais imediatas na zona do rio Tocantins, mas, ao trazer à luz o conceito de integração nacional que havia impulsionado antes a própria criação da república, permitiu a formulação de uma política de ocupação territorial materializada na campanha da marcha para o Oeste. Este movimento de iniciativa à imigração para o centro oeste tinha como objetivo desafogar os grandes centros populacionais dos pais e viabilizar numa região pouco habitada e com vastas porções de terra, uma economia agrícola que servisse de contraponto à industrialização do sudeste (CABRAL, 2013, p. 174).

A propósito da cidade de Pedro Afonso, Rodrigues (1945) relata que: “desde tempos imemoriais os descendentes dos ‘Brasís’, os ameríndios, habitavam o vale do rio Tocantins” (p. 111). Um espaço marcado pelo poder político territorial disputado pelas tribos dos Craôs e dos Cherente. Era um espaço territorializado também pelos missionários no processo de catequização dos indígenas, cujo objetivo era o povoamento dessa região, que habitavam o vale do rio Tocantins. Nesse sentido, as narrativas de Rodrigues (1945) revelam a paisagem religiosa.

Foi em julho de 1845 que o capuchinho italiano frei Rafael Taggia veio ao ponto onde é hoje Pedro Afonso, catequizar os índios Cherentes, trazendo em sua companhia uma escolta de dez praças para garantia da povoação que ia criar no lugar então chamado “Travessia dos Gentios” Em pouco o arraial progredia, havendo uma capelinha as barracas dos soldado e algumas casas de taipa, sendo conhecido por “Arraial do Rio Sono” (RODRIGUES, 1945, p. 111).

As narrativas revelam que o vale atraiu fazendeiros que vieram dos estados do Piauí e Maranhão, cativados pelas ricas pastagens, assim como também foram atraídos os mineiros pelos garimpos próximos ao arraial, efetivando a exploração das minas de ouro. Contudo, a intenção de povoação foi marcada por intensos conflitos políticos que, segundo esse autor, “[...] a região ficou assolada pelo banditismo até 1922 quando o governo estadual para regularizar a situação, manda com ‘carta branca’ para lá um sargento boçal e sanguinário que tornou-se um terror pior que os cangaceiros que o precederam” (RODRIGUES, 1945, p. 112).

Em relação à origem da cidade de Carolina, Rodrigues (1945, p. 113) relata que “[...] instalou-se em 1810 em uma abandonada maloca dos índios Macadamecrans, no ponto onde fica hoje a cidade de Carolina”. Cenário de disputa política pela posse territorial entre os governadores do estado do Maranhão e do estado de Goiás “[...] embora, na realidade, todo esse território fosse completamente desconhecido pelo governador do Maranhão, pois, só se conheciam os seus limites, uma resolução Imperial de 11 de agosto de 1813, confirmou a posse ao Maranhão” (Idem, p. 114). Do mesmo

narrador, segue a descrição da paisagem histórica da cidade de Carolina, a partir do olhar do visitante.

Hoje é, sem favor algum, se não a melhor cidade do Maranhão, pelo menos a mais culta. E' ali que se encontra o maior centro cultural do Estado, com muitos e bons colégios e escolas, e pessoas realmente cultas, de ambos os sexos. Não nos consta que até a presente data algum governador, presidente ou interventor do Maranhão, haja se dado ao trabalho de ir visitá-la. Estamos certos, porém, que um chefe inteligente, não hesitaria em transferir para ali a capital do Estado do Maranhão, tais são as extraordinárias possibilidades dessa zona, de riquezas estonteantes (RODRIGUES, 1945, p. 115).

Seguindo o curso das narrativas de Rodrigues (1945), chegamos à descrição da paisagem da Cidade de Boa Vista do Tocantins, um espaço que era territorializado pela instituição religiosa. Servindo-se da moral que a religião lhe dava, subjuguava a todos que residiam nesse território de conflitos, dentre eles os indígenas, ao ponto de concordar com a expressão “Boa vista antecedeu a Canudos”, analisando-a pelo alto índice de violência exercida no âmbito público desse território onde: “[...] a força militar praticou horrores; toda a comarca pega em armas insuflada pelo fanatismo, derrotando a força política em vários encontros” (RODRIGUES, 1945, p. 118).

Percebemos, na composição das narrativas de Rodrigues (1945), os elementos basilares do território interiorano “[...], ou seja, as redes de circulação e comunicação, as relações de poder, as contradições e a identidade, interligam-se, fundem-se uma nas outras numa trama relacional (mutitemporal e multiescalar) indissociável” (SAQUET, 2007, p. 158), materializando-se no curso do rio Tocantins, influenciando no processo de transformação da paisagem interiorana.

As impressões contidas nas narrativas atuais que tratam da historicidade do município de Filadélfia, nos levam a perceber que este município tem raízes profundas no processo de povoamento de Goiás, provavelmente,

[...] nos idos de 1857, no Brasil Império, quando o Sr. Filadélfio Antônio de Noronha se estabelece à margem esquerda do Rio Tocantins, para a criação de gado. O território hoje pertence ao estado do Tocantins, desde 1989, mas aquela época fazia parte da capitania de Goiás, criada em 1744 (SIMIEMA e TAVARES, 2016, p. 8).

Simiema e Tavares (2016), ao tratarem da história de vida da cidade de Filadélfia, dizem que há de se considerar alguns elementos que dão indícios da origem da formação desse município:

[...] embora boa parte do patrimônio tenha ficado submerso com o represamento das águas pela barragem, as autoras procuram resgatar por meio de uma rica literatura, a memória coletiva da população, os saberes passados aos jovens, a existência de objetos e artefatos líticos que remetem aos primeiros povos que habitaram a cidade, por meio de estudo arqueológico, e a existência de organismos, em especial os vegetais fósseis que antecederam a configuração da América do sul há milhões de anos, antes mesmo dos dinossauros. Estes últimos encontram-se materializados na unidade de conservação Integral Monumento das árvores Fossilizadas do Tocantins (SIMIEMA e TAVARES, 2016, p. 5).

Dando continuidade aos fatos que tratam do contexto histórico da cidade de Filadélfia, as autoras supõem que:

Muito provavelmente, o Sr. Filadélfio representa uma destas lavas migratórias. Fato é que não existe, pelo menos na literatura, a indicação do seu local de origem. Dando continuidade ao histórico, há necessidade de ficar atento caro leitor, pois à época do Sr. Noronha, a cidade não existia muito menos o nome Filadélfia (SIMIEMA e TAVARES, 2016, p. 8).

Das mesmas narradoras, temos a descrição da paisagem rural filadelfiense transformada pelas territorialidades,

A fazenda onde o Sr. Noronha morava com a esposa foi denominada de Filadélfia e consta que próximas à fazenda outras famílias se instalaram. O mecanismo de sobrevivência de tais famílias não está registrado, mas talvez tenham se mantido por meio da criação de gado, pesca. Com o cultivo na roça, aproveitando o período de escoamento das águas do rio Tocantins após as chuvas o dinheiro adquirido servia para suprir as necessidades básicas, para a compra de sal, fumo, etc. (SIMIEMA e TAVARES, 2016, p. 9).

Em outros momentos, as narrativas seguem o curso das memórias que foram transportadas pela história, onde as lembranças cronológicas narram a transformação da paisagem no contexto da formação da cidade de Filadélfia desde os primeiros anos do século XX, quando era vista como povoado, até o ano de 1948, quando foi oficialmente reconhecida como município.

Após um lapso de tempo, já no século XX, em 1919 consta a formação de um povoado. Além do mais há menção sobre a presença do posto fiscal Dos Paula, para arrecadação de impostos, localizado à margem direita do rio Tocantins, que na época era subordinado ao município de Boa Vista (atual Tocantinópolis) e que permitia a fiscalização das mercadorias e o comércio entre os estados de Goiás, Maranhão e Pará. O posto foi administrado pelo Sr. Otaviano Pereira de Brito, que passou a residir no povoado e atrair muitas pessoas. Tempos passados, o povoado se tornou um arraial, onde foi possível a instalação e permanência das primeiras moradias. As moradias eram simples, sendo cobertas de palha de babaçu. O arraial recebeu a denominação de Filadélfia em homenagem ao Sr. Filadélfio. Ainda hoje, as casas simples são encontradas em muitos povoados e assentamentos no estado. O arraial passa à condição de vila no ano de 1933. Através da Lei Estadual nº 154 de 08 de outubro de 1948, o distrito de Filadélfia foi elevado à categoria de município, e instalado oficialmente em 1º de janeiro de 1949 (SIMIEMA e TAVARES, 2016, p. 10).

A afirmação “Ainda hoje, as casas simples são encontradas em muitos povoados e assentamentos no estado” (Idem p. 10) nos remete às abordagens e concepções de território por Saquet (2007) para quem,

os elementos principais da territorialização estão presentes na desterritorialização: há perda, mas há reconstrução da identidade, mudanças nas relações de poder, vizinhança de amigos, de novas relações sociais, de elementos culturais que são reterritorializados (SAQUET, 2007, p. 163).

Por este olhar, as autoras apresentam a escala cronológica, ilustrando os eventos históricos que culminaram na formação política do território de Filadélfia, a partir da criação do seu distrito no ano de 1924. Por nossa interpretação, as autoras descrevem a transformação da paisagem histórica territorial desse município que compõe as lembranças dos participantes da pesquisa ao fazerem referência, desde o ano de 1966, à formação territorial filadelfense que, ao longo dos anos, contabilizou perdas sociais, políticas e econômicas.

As autoras narram que no ano de 1938, a cidade de Boa Vista do Tocantins deixou de usar a dominação “do Tocantins” e passa a ser denominada apenas Boa Vista. E Filadélfia permaneceu sob jurisdição de Boa Vista por um período de quatro anos, ou seja, de 1939 até o ano de 1943. No ano de 1943, a cidade de Boa Vista passa a ser denominada Tocantinópolis.

Seguindo o curso das narrativas, percebemos que, passados cinco anos, Filadélfia é elevada a município, no ano de 1948. De acordo com a Ata de Instalação do Município de Filadélfia, Estado de Goiás; “[...] Ato contínuo, determina ao Escrivão que procedesse a leitura do texto legal que cria o referido município, o que foi feito, baseado na Lei nº 154 de 8 de outubro de 1.948 [...]” (FILADÉLFIA, 1948, p. 1).

Na sequência dos fatos narrados, temos: no ano de 1949, Iviti passa a ser distrito de Filadélfia; no ano de 1953, Iviti passa a ser denominada Palmeirante e, pela Lei municipal nº 86, de 30 de setembro de 1953, cria-se o distrito de Araguaína, conseqüentemente, lê-se que, no ano de 1955, Araguaína e Palmeirante se tornaram distritos de Filadélfia. Logo, no de 1958, Araguaína deixa de pertencer ao território de Filadélfia e é elevada à categoria de município. Pela Lei municipal nº 127, de 11 de novembro de 1963, é criado o município de Nova Olinda, e este passa a pertencer à jurisdição de Filadélfia. Assim, Filadélfia é composta por dois distritos, Palmeirante e Nova Olinda.

Já na década de 80, registra-se a criação do município de Nova Olinda, e, na década de 90, precisamente no ano de 1991, cria-se o município de Palmeirante, que, do mesmo modo, desmembrou-se do território de Filadélfia. No ano de 1994, cria-se o distrito de Bielândia, o qual é anexado ao município de Filadélfia, pela Lei nº 502, de 06 de maio de 1994.

Como podemos observar, toda essa formação política e territorial fez surgir outros territórios onde se observa “[...] as forças econômicas políticas e culturais que condicionam o território e a territorialidade, geram as desterritorialidades e as novas territorialidades, num único movimento, complexo e heterogêneo” (SAQUET, 2007, p. 164). Por esse olhar, percebe-se também que “[...] as paisagens são imagens da mudança [...]” para quem “[...] o território é um espaço natural, social e historicamente organizado e produzido e a paisagem é o nível, visível e percebido deste processo” (Idem, p. 149).

Vejam os a seguir a demonstração, por meio da escala cronológica, dos eventos históricos inerentes à formação política territorial do município de Filadélfia, transformando a paisagem filadelfiense, os quais atribuíram valor e sentido ao meio, pois “[...] a produção de um novo contexto material altera a forma/paisagem e introduz novos objetos, funções, valores e intencionalidades” (LUCHIARI, 2001, p. 14).

Quadro 1 – Cronologia da formação política do território da cidade de Filadélfia/TO

1924	Criação do distrito de Filadélfia.
1933	Filadélfia como distrito de Boa Vista do Tocantins.
1938	Boa Vista do Tocantins passa a ser denominada de Boa Vista.
1939-1943	Filadélfia distrito do Município de Boa Vista.
1943	Boa Vista passa a ser denominada Tocantinópolis.
1948	Filadélfia é elevada a Município.
1949	Ivítii passa a distrito de Filadélfia.
1953	Ivítii passa a ser denominada Palmeirante. O distrito de Araguaína é criado.
1955	Distritos de Filadélfia: Araguaína e Palmeirante.
1958	Araguaína se desmembra de Filadélfia e é elevada à categoria de Município.
1963	Criado o distrito de Nova Olinda, assim a cidade de Filadélfia é composta pelos distritos de Palmeirante e Nova Olinda.
1980	Nova Olinda é elevada a categoria de município e se desmembra de Filadélfia.
1991	Palmeirante é elevada à categoria de Município.
1994-2016	Criado o distrito de Bielândia que é anexado ao município de Filadélfia.

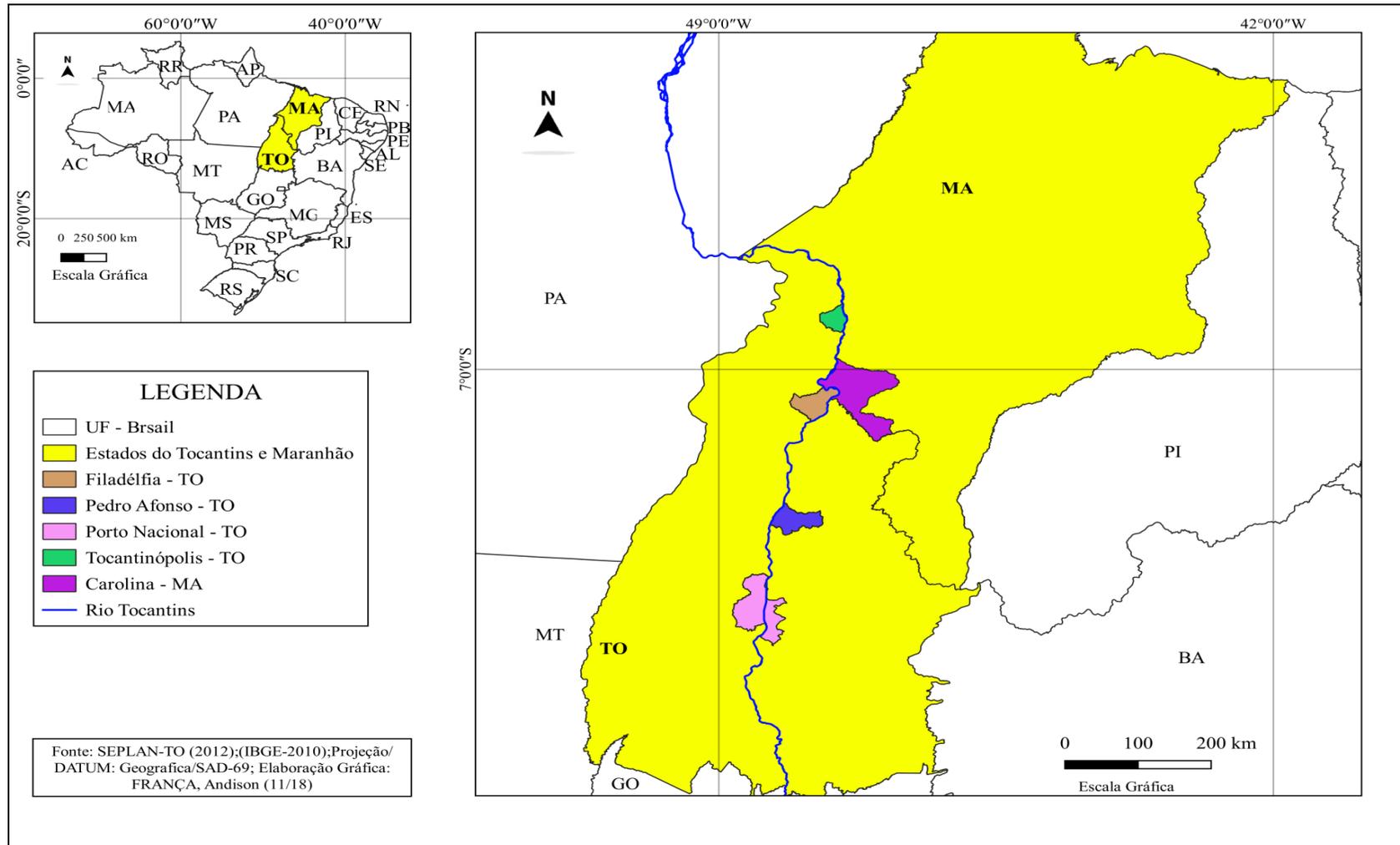
Fonte: Adaptado de Simiema e Tavares, 2016.

As narrativas que fazem referência à formação do município de Filadélfia apontam que a história de vida desse território e suas territorialidades estão intimamente interligadas com a história de vida do Rio Tocantins, pois ao caminhar pelos caminhos que andam esse rio, percebe-se a construção dessa paisagem histórica a partir do século XVIII, através dos elementos culturais, políticos, sociais e técnicos representados por diferentes maneiras, que deram vida a esse contexto, e que às vezes não é percebida por ser imaterial.

Representações estas que nos levam a pensar na nova configuração territorial do município de Filadélfia, após a formação do lago de Estreito, sobretudo a partir das representações dos participantes da pesquisa que evidenciam em suas narrações, a íntima relação com a história do Rio Tocantins, bem como as relações sociais que eles estabeleceram ao longo dos tempos com as cidades atuais no curso desse rio, ao passo que consideramos, nesse caminhar, que “[...] com todos os elementos, a história do rio Tocantins apresenta-se como um convite de infinitas possibilidades” (FLORES, 2006, p. 10-11).

A seguir o Mapa 2 revela a paisagem desse rio de comunicação entre as cidades ribeirinhas, em especial na região Norte interiorana.

Mapa 2 – Localização das cidades atuais no curso do rio Tocantins na formação de Filadélfia



Fonte: Adaptado de SEPLAN-TO (2012).

Como pudemos observar, o Mapa 2 sinaliza os caminhos por onde passa o rio Tocantins, serpenteando por entre os estados do Tocantins e Maranhão, na configuração nacional de um espaço de fronteiras e comunicação com as cidades atuais de Porto Nacional/TO, Pedro Afonso/TO, Filadélfia/TO, Carolina/MA e Tocantinópolis/TO. Historicamente, estas cidades ribeirinhas estão ligadas às atividades de construção/afirmação de seus territórios.

Nesse sentido, no Mapa 2, o quadro localizado no lado superior direito apresenta os Estados do Tocantins e Maranhão em destaque na cor amarela, como espaço de fronteiras no Território UF – Brasil. Enquanto no quadro superior esquerdo em destaque na cor amarela apresenta o Rio Tocantins por uma linha na cor azul, cruzando os estados do Tocantins e Maranhão em direção ao Oceano Atlântico.

Neste contexto, o município de Carolina no estado do Maranhão está representado pela cor lilás claro, o município de Pedro Afonso/TO está representado pela cor azul-escuro, o município de Porto Nacional/TO está representado pela cor lilás escuro, o município de Tocantinópolis/TO está representado pela cor verde e o município de Filadélfia está representado pela cor marrom.

Focalizamos a cidade de Filadélfia, na perspectiva, de estarmos em campo e poder ouvir histórias de vida dos participantes da pesquisa, pois buscamos apreender, por meio das narrativas destes, as representações, que eles tecem, sobretudo, referente à (trans)formação da paisagem do rio Tocantins no contexto de formação do lago artificial de Estreito, na perspectiva de compreendê-los como um texto em seu contexto territorial, sujeitos às mudanças, novos arranjos, novas percepções, porque “[...] o olhar lançado sobre o meio elege e inventa paisagens em uma construção social que não cessa” (LUCHIARI, 2001, p. 22). Além disso, conforme assegura Saquet (2007),

a abordagem territorial é uma forma de compreensão desses processos, pode contribuir na superação de aspectos das dicotomias natureza/sociedade e ideia/matéria e subsidiar a elaboração de propostas de desenvolvimento, valorizando as relações sociais entre os sujeitos, destes, com os seus lugares e destes com outros lugares, (i)materialmente. Nesse sentido, é fundamental que os homens, organizados politicamente, como defendera Antônio Gramsci, criem uma nova forma ético-política, tentando amenizar a dominação econômica, cultural e dos partidos políticos que não correspondem às aspirações, aos desejos e às necessidades da massa popular (SAQUET, 2007, p. 177).

Em acordo com esse autor, a seguir apresentamos características da formação do município de Filadélfia, bem como, o Mapa 3, demonstrando a localização dessa cidade

para que tenhamos uma melhor compreensão do processo de formação territorial que a envolve.

1.4 Características da formação do município de Filadélfia

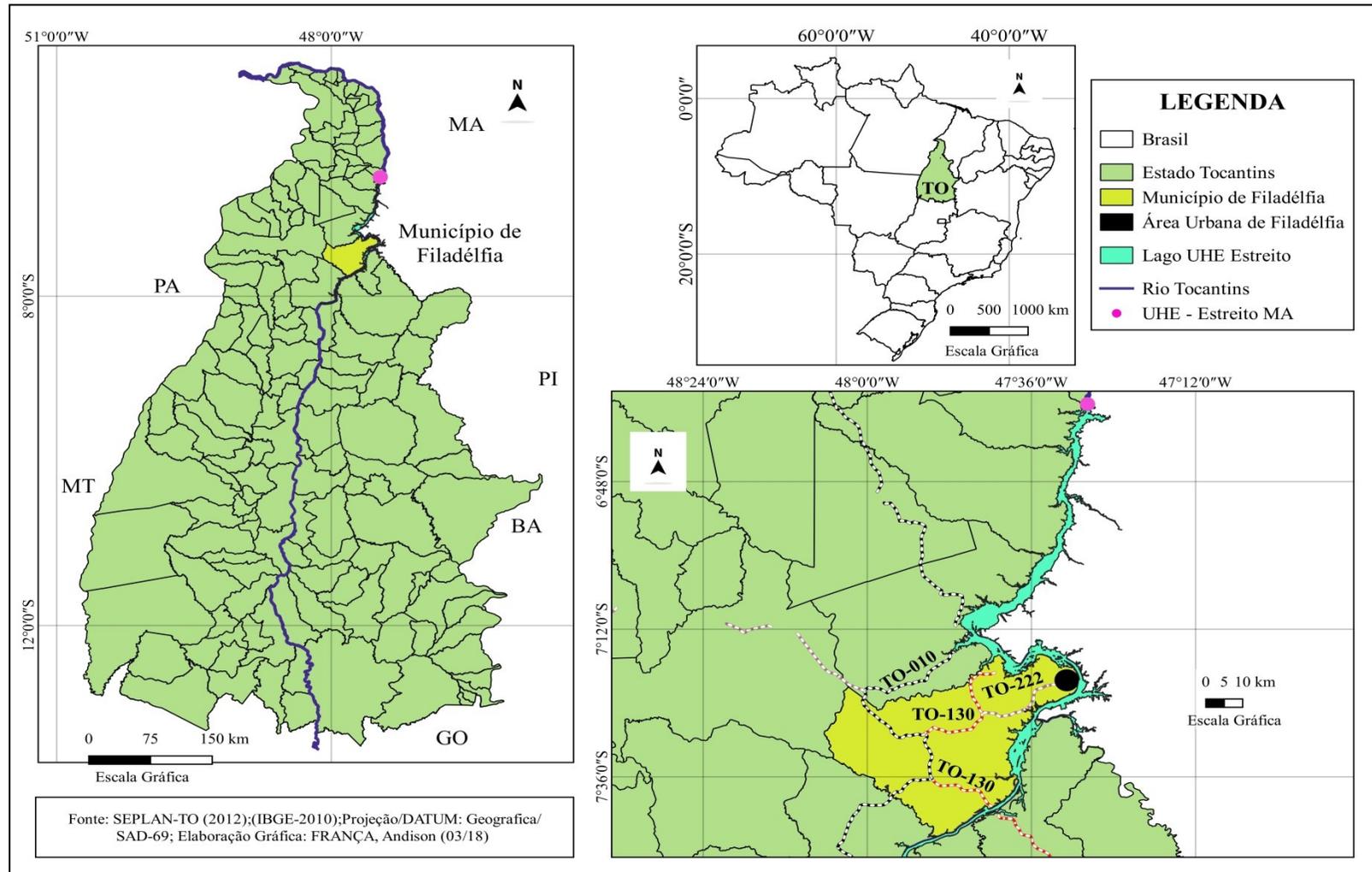
Nesta seção, temos como objetivo tecer algumas considerações referentes às características da formação do município de Filadélfia, segundo os dados de pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e para subsidiá-las apresentamos, a seguir, o Mapa 3 demonstrando a localização dessa cidade.

A princípio, é possível perceber, no Mapa 3, o quadro na parte superior do lado direito em destaque, na cor verde, a representação do estado do Tocantins, o mais novo estado da configuração brasileira, estabelecido em 1988.

Nesse sentido, o quadro na parte superior do lado esquerdo mostra a localização desse estado na região Norte: faz divisa com o estado do Maranhão a nordeste, com o estado do Pará a noroeste, com o estado do Piauí ao leste, com o estado da Bahia a sudeste, com o estado de Goiás ao sul e com o estado do Mato Grosso a sudoeste. Tem uma área de 277.620,914 km, sua capital é Palmas. Ainda nessa representação, vê-se em destaque a linha na cor azul representando, o curso do rio Tocantins, que nasce no estado de Goiás, estende-se pelos estados de Goiás, Tocantins e Pará, desembocando no rio Amazonas.

Além disso, vê-se nesse conjunto, ao Norte do país, mesorregião ocidental do estado do Tocantins, na divisa com o estado do Maranhão, em destaque na cor amarela, a representação do município de Filadélfia à margem esquerda do rio Tocantins, com área territorial de 1.995 km, população estimada em 8.871 habitantes; densidade demográfica 4, 28 hab./km e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) é 0,621. Situa-se a 479 km, em linha reta, da capital Palmas/TO; os limites intermunicipais são: ao norte, o município de Babaçulândia/TO e o estado do Maranhão, ao Sul, as cidades de Goiatins/TO e Palmeirante/TO; ao leste, o Estado do Maranhão e ao Oeste, as cidades de Araguaína/TO e Nova Olinda/TO (IBGE, 2010). E, no Mapa 3, vê-se também em destaque, na cor rosa, a representação da UHE de Estreito, localizada na cidade de Estreito/MA, na divisa dos estados do Maranhão e Tocantins, efetivada no ano de 2012.

Mapa 3 – Localização do município de Filadélfia no Tocantins e no Brasil



Fonte: Adaptado de SEPLAN-TO (2012).

No Mapa 3, o quadro na parte inferior do lado direito, apresenta a paisagem cartográfica do município de Filadélfia, em destaque na cor amarela, sinalizando as rodovias estaduais TO-110, TO-130 e TO-222 que dão acesso a esse município, sendo esta última a principal via de acesso à cidade de Filadélfia. O Mapa 3 demonstra também, a área urbana da cidade de Filadélfia/TO, representada pelo círculo na cor preta.

Além disso, o mapa 3 demonstra o lago artificial de estreito, na cor verde claro, contornando toda a extensão desse município. O total de área afetada com a inundação é 18,4%, inundação esta que nos leva a refletir/persistir no curso dessa pesquisa sobre os impactos causados pelo empreendimento CESTE, envolvendo a desterritorialização/retorrialização da comunidade filadelfiense por eles atribuídas ao processo de (trans)formação da paisagem do rio Tocantins nesse contexto de implantação da UHEE.

No próximo capítulo desta dissertação, abordaremos eventos da memória e cultura no âmbito do imaginário da população filadelfiense no recorte temporal dos últimos 10 anos.

CAPÍTULO II

2 EVENTOS DA MEMÓRIA E CULTURA NO ÂMBITO DO IMAGINÁRIO DA POPULAÇÃO FILADELFIENSE NO RECORTE TEMPORAL DOS ÚLTIMOS DEZ ANOS

Neste capítulo, abordamos os eventos da memória e cultura local no âmbito do imaginário da população filadelfiense no recorte temporal dos últimos dez anos, a partir das falas dos participantes da pesquisa no conjunto de suas narrativas, no que se refere aos impactos advindos da formação do lago artificial da Hidrelétrica de Estreito.

Esses eventos incluem elementos da paisagem humanizada da população de Filadélfia para com o rio Tocantins e a cidade. A dimensão espacial é referente ao cotidiano, numa trama de sensibilidade aguda, como lhe é natural. Neste sentido, é pertinente o tom poético que aflora tão espontaneamente, cuja expressão é de inspiração natural dos moradores locais, que, de alguma forma, são guardiões natos dessa memória e cultura como manifestações de suas resistências diante do grande projeto econômico modernizador que lhes legou inúmeras mazelas, não somente físicas, mas, sobretudo, na alma.

2.1 Memória em Estudos de Cultura e Território

Mobilizamos a temática Memória em Estudos de Cultura e Território, na perspectiva de compreendermos os aspectos que a envolvem, a partir da nossa base empírica, ao concebê-la como maleável lacunar e parcial, bem como acreditamos que as lembranças a compõem e são os gatilhos das lembranças que evocam a memória. Pressupomos que toda memória tem um núcleo duro, e ele é o princípio da realidade que faz com que evoquemos nossa memória.

Dessa maneira, passamos a estudar os elementos que evidenciam a construção do fenômeno memória, em busca de respostas que possam nos ajudar a responder as indagações no curso da nossa pesquisa ao abordarmos os eventos da memória e cultura local no âmbito do imaginário da população filadelfiense no recorte temporal dos últimos dez (10) anos. Corroborando com nossa pesquisa, Bosi (1994) reforça que:

Não há evocação sem uma inteligência do presente, um homem não sabe o que ele é se não for capaz de sair das determinações atuais. Aturada reflexão pode preceder e acompanhar a evocação. Uma lembrança é diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho da reflexão e da localização, seria uma imagem fugida. O sentimento também precisa acompanhá-la para que ela não seja uma repetição do estado antigo, mas uma reparação (BOSI, 1994, p. 81).

Desse modo, a realidade empírica é analisada a partir das narrativas da história de vida dos participantes da pesquisa, os quais residem na cidade de Filadélfia correspondente ao período anterior e posterior à construção da Usina Hidrelétrica de Estreito e formação do lago artificial, marcando o imaginário no marco temporal de 2010 até a atualidade (2020).

Segundo Nora (1993, p. 7), “[...] Fala-se tanto de memória porque ela não existe mais”, porque, para esse autor, vê-se o fim das sociedades-memórias, o fim das ideologias-memórias, a partir da modernidade, conseqüentemente, a ruptura das identidades. Em razão disso, Pierre Nora (1993, p. 8) sinaliza que as memórias foram transportadas pela história, logo, o que se tem hoje, são os lugares de memória, pelo fato de não mais habitarmos a nossa memória, uma vez que, “[...] o mundo inteiro que entrou na dança pelo fenômeno bem conhecido da mundialização, da massificação, da mediatização”.

De fato, foi nesse compasso acelerado onde se perdem as memórias que transmitem e conservam os valores da igreja, da escola, das famílias, até mesmo do Estado, bem como as memórias que refletem sobre o passado numa perspectiva futura. Assim, observamos nesse percurso, a distância entre a memória e a história, e estas categorias não são sinônimas. Além disso, percebemos que esses elementos “[...] são acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer” (POLLAK, 1992, p. 201).

Estes acontecimentos tornam-se parte do imaginário social constituído, além disso, os acontecimentos vividos por tabela, segundo esse pensador, se unem a todos esses acontecimentos, independente ou não de fazerem parte do espaço-tempo do sujeito social ou dos grupos sociais implicados. Podemos tratar da memória quase que herdada, e esta memória pode surgir através do “[...] fenômeno de projeção, por meio, da socialização política ou histórica” (Idem, p. 201).

Outros pontos destacados, por Pollak (1992) no processo de construção da memória, vão além dos acontecimentos já citados. Ela pode ser constituída também por pessoas e personagens, e esse processo, pode ocorrer por transferência, ou seja, não

precisamos pertencer ao tempo-espaço da pessoa ou personagem envolvido na ocorrência dos acontecimentos.

Pollak (1992) enfatiza que os lugares de memória estão ligados a uma lembrança tanto no plano pessoal como no cronológico que “[...] pode ser, por exemplo, um lugar de férias de infância, que permaneceu muito forte na memória da pessoa, muito marcante, independentemente da data real em que a vivência se deu” (Idem, p. 202).

Assim, a memória pública, segundo Pollak (1992) se encontra nos lugares de apoio dessa memória, os lugares de comemoração, além disso, o autor afirma que os locais longínquos agem no processo de construção da memória de grupo e da pessoa em si tanto por tabela quanto por se sentir parte desse grupo. Mas, como somos informados por esse pensador, aqui cabe tratarmos também das projeções a partir da memória familiar (pai/mãe).

Esses três critérios, acontecimentos, personagens e lugares conhecidos direta ou indiretamente, podem obviamente dizer respeito a acontecimentos, personagens e lugares reais, empiricamente fundados em fatos concretos. Mas pode se tratar também de projeção de outros eventos (POLLAK, 1992, p. 202).

Aliado a essa problemática, há o problema dos vestígios, ou seja, “datados de memórias”, os quais são, segundo Michael, evidenciados pelas datas precisas de acontecimentos, e esses vestígios ocorrem em função das vivências em sociedade, isto é, na “vida pública”, uma vez que as datas de âmbito privado e público tendem ora a serem assimiladas, ora separadas, mas longe de serem interpretadas, como sendo “[...] uma sobre construção política da personagem [...] o que importa saber é a ligação real disso com a construção da personagem. Sobretudo em relação às datas públicas [...]” (POLLAK, 1992, p. 203).

Mediante o exposto, as transferências dessas datas podem ocorrer pelas intensidades a elas atribuídas, como por exemplo, pelas memórias mais traumáticas ou pela significação atribuídas a elas, isto é, históricas. Além disso, conforme Pollack (1992, p. 203), a memória se impõe sobre a cronologia política. Assim, “[...] temos uma primeira caracterização, aproximada, do fenômeno da memória. A memória é seletiva. Nem tudo fica gravado, nem tudo fica registrado”.

Consideramos os impactos vivenciados pelos filadelfienses, tanto de ordem material quanto imaterial, abrangendo os aspectos culturais, as lembranças traumatizantes que “[...] esperam o momento propício para serem expressas” (POLLAK, 1989, p. 5). Assim, em acordo com esse autor, não existem memórias

silenciadas, mas sim as memórias que se mantêm em silêncio, e estas afloram nos momentos de disputas de memórias.

“[...] uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória [...]” (Idem, p. 5). Dessa forma, acreditamos que as memórias subterrâneas estão invadindo ou estão ensaiando invadir o espaço público filadelfiense. Nesse sentido, Pollak (1989) relata que:

A fronteira entre o dizível e o indivisível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor (POLLAK, 1989, p. 8).

Em acordo com esse pensador, em campo, mantivemos a relação de proximidade e confiança com os participantes da pesquisa na perspectiva de identificarmos onde as narrativas podem se entrecruzadas, sobretudo, na relação deles com as águas do Tocantins, ao narrarem suas Histórias de vida desde os tempos de infância, logo, “[...] a visão que uma criança tem da natureza já pode comportar lembranças, mitos e significados complexos, muito mais elaborados é a moldura através da qual nossos olhos adultos contemplam a paisagem”. (SCHAMA, 1996, p. 17). Acreditamos que as lembranças de infância revelam partes das nossas vivências entre pares, e do sujeito social que nos tornamos ao longo do tempo.

Acreditamos que a arte da escuta nos possa possibilitar perceber e conhecer além das fronteiras nesse território da oralidade onde somos pesquisadores e narradores. Como Portelli (2016) nos assegura,

A história oral nos oferece acesso à historicidade das vidas privadas – mas, mais importante ainda, ela nos força a redefinir nossas noções preconceituosas sobre a geografia do espaço público e do espaço privado, e do relacionamento entre eles (PORTELLI, 2016, p. 17).

Assim, trabalhamos com História de vida, por meio das narrativas orais, concebidas pelas entrevistas não dirigíveis, sendo o participante da pesquisa da ação histórica, o narrador, nos revelando, de acordo com os seus valores, suas escolhas, seu modo de viver, suas trajetórias de vida: rastros de onde vem, por onde passou. Como ressalta Perazzo (2015),

As narrativas orais de Histórias de vida constituem-se em um método para se trabalhar com o passado dos indivíduos, com o cotidiano e com os micros experiências sociais. Mas também é um método que nos permite

compreender como as pessoas pensam, porque fazem ou fizeram suas escolhas na vida, que posição social assumiram. Por isso é um método que nós permite compreender as subjetividades (PERAZZO, 2015, p. 129).

Nesse sentido, reforçamos que os resultados dessa pesquisa obedecerão mais os aspectos argumentativos de constatação, de subjetividades, por parte dos participantes da pesquisa.

2.2 Os tipos de memória que o rio Tocantins evoca

Nesta seção, temos como objetivo abordar os tipos de memórias que o rio Tocantins evoca por meio das narrativas dos participantes da pesquisa, mulheres e homens que escrevem a sua própria história de vida, os quais consideramos pessoas portadoras de referencial quanto ao legado histórico e cultural na cidade de Filadélfia e do município.

Desse modo, sujeitos às surpresas significativas quando se aborda o campo, registramos no nosso diário de campo, o nosso encontro com o primeiro narrador, o senhor José Aldo Aires Carneiro que, à nossa primeira impressão, uma face morena, serena, marcada pelo tempo de experiência, com o olhar fixo em nossa direção nos revelando um jeito simples de mostrar a memória nostálgica. Logo, para nós foi uma surpresa, devido à espontaneidade desse narrador, ao se reportar a nós da seguinte maneira: “por que querem saber da minha história de vida? O que quer registrar sobre Filadélfia?” (CARNEIRO, 2020).

Antes que pudéssemos responder aos questionamentos, o mesmo nos convidou a segui-lo pelas ruas da cidade de Filadélfia. Próximo ao seu corpo franzino, estava a sua bicicleta envelhecida pelo tempo de uso. Logo fomos apresentados a ela como sendo “a companheira diária.” Caminhamos lado a lado por dois quarteirões. A passos lentos, José Aldo empurrava a bicicleta, ora de cabeça baixa, ora contemplando a sua volta, até que, inesperadamente, se dirigiu a nós pedindo-nos que observássemos a paisagem a nossa volta, dizendo expressões como: “veja como ficou a nossa cidade, aqui é pequeno; a cidade parou” (CARNEIRO, 2020).

Assim, apreendemos que a visão é seletiva e reflete experiência do vivido, do banal, que na impressão do narrador significa uma totalidade de sentido da vida. Tuan (1983) sugere-nos entender que não teríamos o quê e nem o porquê registrar a história de vida do município de Filadélfia, talvez, porque é consenso na sociedade local o relato

da História superlativa dos grandes eventos oficiais, não dos eventos dos homens e mulheres comuns.

Mas a expressão de que a cidade parou nos motivou e passamos a refletir: Como parou e por que parou? Mas isso sugere pensar se, por outro lado, a população também tem essa percepção de algo parado; se isso faz parte do imaginário da população filadelfiense, e se isso é verdade, em que sentido é verídico.

Dando continuidade ao trabalho de campo, chegamos à residência desse narrador e fomos apresentados aos seus familiares e, mais uma vez, surpreendentemente, o mesmo narrador diz em sua entrevista que, não nos contaria sua história de vida, e acabou oferecendo um legado rico suficiente, conforme expressa em suas palavras:

Eu não vou contar a minha história de vida, para vocês não, porque, ninguém teve uma história de vida melhor que a minha, porque meus pais eram bons. Para tudo tinha a hora certa. Eu conheci a beira do rio desde criança, tinha cinco anos de idade e vivia correndo por aí, conheço tudo, até a “mangueira velha” na beira do Tocantins. Cresci olhando para ela (CARNEIRO, 2020).

A narrativa expressa o sentimento de resistência desse narrador ao narrar a sua história de vida em razão de ter vivenciado a melhor infância que alguém poderia viver. Dessa forma, dá a entender, que as lembranças de infância assumiram seu individual subjetivo, não coletivo explícito.

Para Yi-Fu-Tuan (1983, p. 151), “[...] as experiências íntimas fazem enterradas no mais profundo de nosso ser, de modo que não apenas carecemos de palavras para dar-lhes forma, mas frequentemente não estamos sequer conscientes delas”. Neste sentido, a “mangueira Velha” representa a vida desse narrador e faz parte do imaginário filadelfiense também, pois, como já havíamos afirmado, as metáforas são instigantes, porque são representações do sentido, do vivido, do imaginário. Logo, “a identidade está profundamente envolvida no processo de representação” (HALL, 2006, p. 53.).

Então, no curso dessa pesquisa, essa metáfora nos leva a pensar também na força da tradição local ribeirinha e sua representação à margem esquerda do rio Tocantins, sendo esse lugar familiar e vivido àqueles que lá viviam ligados diretamente aos ciclos da natureza os quais comandavam a vida ribeirinha. Logo, esse rio era visto pelos ribeirinhos, como fonte de água e alimento. Para Hall (2006), esse lugar é o ponto de práticas específicas que modelam e formam os sujeitos sociais com os quais as identidades estão familiarizadas.

Pressupomos que foi nesse meio cultural e tradicional que os participantes da pesquisa foram socializados por décadas, compartilhando saberes. Por isso, acreditamos

que as Histórias de vida deles compõem a paisagem do patrimônio (i)material da comunidade filadelfiense, por registrarem saber, tradição e hábitos.

O poder simbólico da mangueira é um dos elementos que representa o território ribeirinho e suas territorialidades. Mas com o alagamento desse território, os participantes da pesquisa nos revelam, por meio das suas narrativas, o sentimento de perda, por exemplo, o momento em que se deu o corte dessa mangueira no processo de enchimento do lago artificial que, aos olhos dos narradores significa morte. Nesse sentido, “[...] representação é uma ponte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura” (HALL, 2016, p. 15).

As lembranças de infância dos participantes da pesquisa relevam como a história de vida do “pé de manga⁷” representado pelas metáforas “mangueira velha” e “mangueira centenária” está intimamente ligada à história de vida da comunidade filadelfiense, ou seja, ponto de referência de lugar, de pertencimento, de origem, pois “[...] era um remanescente do início da cidade, encravado, na ribanceira do rio Tocantins, especificamente, na rampa de acesso onde ocorria a travessia de veículos e pessoas através de balsas para a cidade de Carolina/MA” (AIRES, 2020).

As narrativas revelam, também, que a copa dessa mangueira por décadas foi ponto de referência local, servindo de abrigo a todos que ali se encontravam e, com o passar dos tempos, tornou-se lugar de vivências onde os filadelfienses e os visitantes tinham o costume se sentarem à sua sombra e contemplar a metamorfose da paisagem do rio Tocantins e/ou como dizem, poeticamente, “[...] jogar conversa fora no balanço das águas desse rio” (FREITAS, 2020). Dessa maneira, as lembranças revelam também a paisagem sonora. No nosso entender, as lembranças dos participantes da pesquisa nos revelam como viviam em comunidade, pois “[...] há que perceber que a cultura é modo de vida e isso se revela em muitos aspectos da vida” (SILVA, 2017, p. 109).

Nosso percurso continua em busca de respostas que possam abranger nossas indagações, assim, retornamos nossas vivências a campo, aceitando o convite do Sr. José Aldo Aires Carneiro, para continuar o nosso “passeio” pelas ruas de Filadélfia, numa manhã de sol agradável. A cada compasso de nossos passos, éramos saudados e

⁷ De acordo com as pesquisas, a mangueira (gênero mangifera da família das Anacardiáceas) é originária da Ásia Meridional e foi trazida pelos portugueses (século XVI) e introduzida na América Latina através do Brasil. (Fonte: Manga - Mundo Educação - uol.com.br).

apresentados para a população local, pois o narrador, por ser filho da região, afirma: “todo mundo aqui me conhece” (Idem).

Percorremos uns quatro quarteirões, paramos em frente a uma residência, no setor central da cidade de Filadélfia, e o Sr. José Aldo Aires Carneiro serenamente nos informou: “[...] Eu não tenho instrução, meu conhecimento é de olhar, é a minha vivência por conhecer toda a região, por isso, eu quero apresentar a pessoa, que tem instrução, que tem tudo registrado em papel, desde a primeira vez que aqui chegaram” (CARNEIRO, 2020).

Aquele que “tem instrução”, que tem tudo registrado em “papel” segundo a fala concebida pelo senhor José Aldo Aires Carneiro, nos fez lembrar a história positivista universal e explicativa, que, de acordo com Nora (1993), trabalha na perspectiva de anular a memória espontânea em nome de uma historiografia singular esboçada pelos restos da memória, por seu dizer, são os lugares de memória que “[...] nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notaria atas, porque essas operações não são naturais” (NORA, 1993, p. 13).

Retornando às anotações de campo, o senhor José Aldo Aires Carneiro nos apresentou, ao senhor Hermísio Alecrim Aires, e, prontamente, esse narrador deu-nos a entender que já nos aguardava para a entrevista, assim, convidou-nos a entrar em sua casa e sentamos à mesa. Mais uma vez fomos surpreendidos, quando este narrador nos perguntou: “[...] querem saber da minha história de vida? Por mim tudo bem, mas primeiro, eu quero ouvir a sua história de vida” (AIRES, 2020). Ao mesmo tempo, respondemos que sim. Mas, aqui não a registraremos, pois o importante foi que para ambas as partes o diálogo fluiu cordialmente. Desse modo iniciou o diálogo: “[...] eu nasci aqui, sou o primeiro filho de uma família simples e humilde com tradições em trabalho no campo (atividade rural)” (AIRES, 2020).

As narrativas evidenciam a subjetividade do sujeito social, evocada pelas lembranças e sentimentos, nos revelando a importância de pertencer ao lugar, ou seja, ser filadelfiense lhe proporcionou novas reflexões, a partir da memória familiar (pai/mãe). Temos aqui “[...] uma transferência por herança” (POLLAK, 1992, p. 202). “[...] Porque quando criança eu ouvia minha mãe contar histórias de quando tudo aqui começou”, entre outros momentos, como: “[...] eu sou da região; meu avô chegou aqui no início do povoamento. Algo que me surpreendeu muito foi ver a assinatura dele na ata de instalação do município, a ata da criação de 1949 [...]” (AIRES, 2020). Nesse

sentido, “[...] são acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente a pertencer” (POLLAK, 1992, p. 201).

O senhor Hermísio Alecrim Aires espontaneamente, nos mostrou a cópia da ata original de criação do município de Filadélfia-TO e, orgulhosamente, sinalizou o registro da assinatura de seu avô, entre outras. Mas “[...] com a enchente do rio Tocantins, na década de 80, perdemos boa parte da memória dessa gente, foi tudo embora nas águas, alguma coisa que sobrou está espalhada por aí” (AIRES, 2020).

Sendo assim, nas saídas de campo, esperamos encontrar esses registros, quem sabe eles se encontram em algum lugar à espera de serem folheados e assim, poderem revelar as memórias que vão além dos acontecimentos, memórias constituídas por pessoas e personagens que, por sua vez, estão ligados a uma lembrança, tanto no plano pessoal como no cronológico.

Por essa perspectiva, voltamos à Filadélfia, em pleno verão tocantinense de 2020, e fomos apresentados à senhora Maria do Socorro Marinho da Cunha Aires. Passado o primeiro momento das apresentações, observamos que, aos olhos dessa narradora, a paisagem filadelfiense é carregada de outros valores e emoções, devido à familiaridade com o local, desde o tempo de criança, onde a territorialidade é evidenciada pelas relações sociais, no processo de (re)construção de identidade no território.

Minha infância, aqui, foi muito boa, tranquila, brinquei muito, daquelas brincadeiras de roda, de boneca, de tudo que eu tinha direito. Brinquei com os colegas, com os vizinhos, brincava muito na rua. Eu nasci aqui em plena primavera. Ir para a fazenda e banhar no balneário cunhãs (AIRES, 2020, 50 anos).

Da mesma narradora, temos o seguinte:

Tínhamos as praias naturais, agora, o que temos é a artificial. Então, depois que veio a questão da barragem, a nossa praia natural acabou, e construiu, assim, essa praia de última hora, a praia artificial. A natural era assim, um ponto turístico que nós tínhamos um dos únicos, praticamente, aí nós perdemos, né? Mas tudo bem, agora tem essa praia aí, mas a gente sabe que não é igual à outra, né? (AIRES, 2020).

Essas narrativas evidenciam a memória traumática na qual os sentimentos de dor e perda nos causam fortes impressões, porque “[...] quando uma coisa morta volta a viver, há dor” (PORTELLI, 2016, p. 52). Por isso, buscamos compreender como a comunidade filadelfiense está se adaptando à nova realidade, pois é preciso entender o sentido que a praia natural tinha para essa comunidade, e qual a função na história de

vida dessas pessoas, porque “[...] mal termina a percepção, as lembranças já começam a modificá-la: experiências, hábitos, afetos, convenções vão trabalhar a matéria da memória” (BOSI, 1994, p. 415).

Como nos relatou o senhor João Viane Ribeiro da Silva: “[...] então, a gente tinha uma vida ligada a questão da paria do rio. O rio proporcionava a pesca, o lazer, tanto na cheia como na vazante. E depois que a barragem chegou, a pesca ficou escassa, o lazer ficou, assim, só na questão da praia que é artificial” (SILVA, 2020). Neste caso, a leitura que fazemos aqui é de “[...] uma atitude complexa devida da sua imersão na totalidade de seu meio ambiente” (TUAN, 2012, p. 98). Percepção expressa pela tradição local:

Quando criança tenho lembranças boas, eu nasci em Carolina/MA, mas desde bebê vim pra cá, também tínhamos atividade na praia, a gente mexia com café da manhã, e eu também ficava lá ajudando outros barraqueiros e vinha fazer compras na cidade. Então, assim, a gente tinha uma vida ligada ao rio. Lá tinha barraqueiros que trabalhava lá há mais de vinte anos (20) (SILVA, 2020).

Nesse sentido, no dizer de Tuan (2012) o rio Tocantins servia para reunir as pessoas quanto para os aspectos agradáveis da vida, como a pesca, o lazer, neste caso, hoje, aos olhos dos narradores é a representação da realidade desagradável. Além disso, a semelhante percepção de meio ambiente se encontram nas narrativas, já citadas, vejamos como o senhor Silva (2020) descreve a paisagem do rio Tocantins, anterior a construção da barragem:

Nós tínhamos uma praia natural que era bem frequentada, bem vista no Estado, todo verão, era frequentada por muitos turistas por toda parte do país, não só da região, mais de outras estados mais longe. Era uma praia diferenciada porque ficava às margens do rio Tocantins, fazia fronteira com o maranhão (SILVA, 2020).

Nesse sentido, as expressões: “tínhamos uma praia” e fazia “fronteira” nos levam a pensar na metáfora “rio morto” de certa forma está relacionada ao sentimento de perdas de territorialidades, de território e de identidade com o local em coletivo evidenciando, com isso, a memória traumática.

Vejamos a inferência dos narradores revelando-nos a paisagem de comunicação entre fronteiras: “[...] eu nasci em Carolina, mas minha mãe criou a gente aqui. É importante saber como estão do outro lado, também porque Carolina tá na mesma situação” (FREITAS, 2020). Além disso, temos aqui a memória ligada ao plano pessoal

e cronológico, quando outro narrador assim lembrou a importância do rio na formação política territorial das cidades ribeirinhas:

As cidades eram construídas em função do rio; e a nossa televisão vinha de Goiânia, de lá eles mandavam pra Carolina e de Carolina mandava aqui pra nós. Filadélfia, aqui eu conheço um pouco, quando eu cheguei aqui em Filadélfia foi no dia 28 de dezembro de 1966, Filadélfia era muito pequena (LUIZ, 2020).

Pronunciando, no dizer de Flores (2006), infinitas possibilidades, bem como conhecer a História de vida da cidade de Filadélfia e suas particularidades que, segundo o relato do poeta e professor José Benilson, ao narrar histórias que os mais velhos contavam sobre os viajantes que deram início ao povoamento desse território de fronteiras, “[...] muitos são maranhenses que chegaram pobres, pobres, pobríssimos e analfabetos, geralmente os maranhenses vieram analfabetos, já os piauiense vieram com recursos, dinheiro e compravam terras, foram os latifundiários. Os cearenses também (PINTO, 2020). Estas narrativas evidenciam a memória de transferência, narrativas de infância auxiliando-nos a compreender, segundo este narrador, “[...] a árvore genealógica” de todos os filadelfienses, o tronco, a raiz de tudo” (PINTO, 2020).

Ainda em verão filadelfiense, nos encontramos com a senhora Audineide Mota Freitas, e, no momento da entrevista, esta narradora narrou, serenamente, a “magia de lembranças” a partir das vivências que lhe conferem sentido desde os tempos de criança, tanto no âmbito familiar quanto no âmbito social, evidenciando, com isso, o sentimento topofilico por serem ambientes afetivos que lhe acolheram na infância.

Desde que me entendo já morava em Filadélfia onde cresci com minha família; tenho muitas memórias de infância como brincar, correr, nadar no balneário cunhãs onde era maravilhoso, tomava banho e lavar roupas no balneário cunhãs, diversão e obrigação, mas era maravilhoso. Também amava nesse período catar frutas típicas da época, buriti, caju, oiti, mangaba, pequi e Maria preta, bruto tucum, que magia de lembranças (FREITAS, 2020).

Nas palavras de Pollak (1992, p. 204), “[...] podemos, portanto dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva”, nesse desvelar memorial contínuo onde consideramos que “a história é responsável pelo amor à terra natal” (TUAN, 2012, p. 144). Assim, continuamos no curso da pesquisa, na perspectiva de ouvir a história de vida do senhor Coelho.

Com as leituras das narrativas que se seguem, podemos observar que os laços de família evocaram a vida privada no contexto sertanejo tocantinense, (antigo Norte Goiano), evidenciando o vínculo que ata o narrador à sua família e com o local também,

e observamos, ainda, que as suas lembranças giram em torno da alimentação. Apesar disso, desvelam também a memória traumática, de quando muito jovem, deixou para trás as suas raízes sertanejas por resistir ao modo de vida da vaqueirice: “criador de gado alheio” levando-nos à interpretação do modo de vida dos sertanejos pobres que viviam no vale do Araguaia e Tocantins submetidos ao trabalho de exploração⁸. Assim, este narrador contou as suas experiências de menino do sertão, que o levaram a percorrer outros caminhos, e com isso, pode escrever a sua própria história de vida, como diz Tuan (2012), na luta por uma vida independente.

A minha história de vida é comum, comum, que eu digo assim, toda pessoa da sociedade é considerada, assim: de classe média baixa, né? Que tem média alta e tem a média baixa, então é uma história de vida comum. Sou filho de vaqueiro, meu pai semianalfabeto, só sabia assinar o nome mesmo, não sabia outra coisa era a profissão que ele encontrou para criar a família e desempenhar foi de vaqueirice: criador de gado alheio e essas coisas assim. Basicamente, a minha história de vida começa aí e, quando por 13 a 14 anos eu não quis aquilo para mim, aquela vida, eu achei que não dava para mim, eu tinha que partir pra uma aventura maior e, foi quando eu abandonei meu pai, minha mãe, todo mundo; fugi de casa. Naquela época tinha que fugir, porque os pais não tinham recursos, mas eles cuidavam muito bem, com muito carinho, e o básico naquele tempo era ter comida, não tinha muita exigência, era ter comida, meus pais diziam: aqui não falta nada, tem tudo, então, se sair não volta mais. Mais com 14 anos eu não queria mais aquela vida de vaqueiro que era o que ia sobrar pra mim. Toda vida tive vontade de ser livre. Já completando 16 anos, eu já era profissional, mecânica de automóvel, foi minha primeira profissão (COELHO, 2020).

Então, passados alguns minutos do término dessa fala, o senhor Coelho (2020) olhou em nossa direção, e nos declarou que: “[...] hoje a minha relação é de amor com Filadélfia, entendeu? Assim eu vim pra ficar e não tenho plano de sair, entendeu? [...]”. E entendemos, pois consideramos que “[...] a familiaridade engendra afeição” (TUAN, 2012, p. 144).

Percebemos também que a história de vida da cidade de Filadélfia se encontra registrada em suas lembranças por dois momentos, a saber: “[...] a Filadélfia foi uma da barragem pra traz e outra da barragem pra frente” (COELHO, 2020), anterior à formação do lago. Dessa maneira, as lembranças desse narrador fazem referência à familiaridade e afeição pelo lugar,

⁸ Ver sobre o assunto na obra de Cormineiro (2010), intitulada *Trilhas, veredas e ribeiras: os modos de viver dos sertanejos pobres nos vales dos rios Araguaia e Tocantins (séculos XIX e XX)*. A autora investiga “os modos de viver e trabalhar dos sertanejos pobres que viveram nos vales dos rios Araguaia e Tocantins desde meados do século XIX, tendo-se como objetivo reconstruir as experiências destes homens, mulheres e crianças que tiveram significados de resistência, acomodação, transgressão e negociação dentro das disputas sociais pela vida no sertão” (CORMINEIRO, 2010, p. 8).

Então, a gente veio pra cidade depois, já eu fui ficando garotinho de 10 anos [...] hoje minha relação é de amor mesmo com Filadélfia, entendeu? E aqui tenho feito de tudo pra ela não acabar, porque nós tínhamos aqui as vazantes, elas eram mais de 200 vazantes, na verdade, elas eram mais de 200 vazantes, na verdade eram quase 400 vazanteiros que tinham espalhados em todo município (COELHO, 2020).

Nesse sentido, para Bosi (1994), “[...] os vínculos podem persistir mesmo quando se desagregou o núcleo onde sua história teve origem. [...]” (p. 423). Fomos indagados por esse narrador com a seguinte pergunta: “[...] você já imaginou o que é famílias levando os seus filhos, para se entender nessa área, que era a nossa cultura? Olha meu filho, hoje você tem que limpar aquele arrozinho, lá; a legislação de hoje não aceita” (COELHO, 2020). Mas, antes que nós o respondêssemos, ele descreveu a paisagem das vazantes a qual a nova realidade local lhe causou novas impressões que o levaram a fazer a seguinte reflexão:

Mas era assim que viviam, era uma cultura que nós tínhamos; aquele menino ia sem gostar, assim como eu fui várias vezes, mas hoje, eu sinto que aquilo me influenciou. Aquele momento que eu ia limpar arroz, era o momento que ele não tinha trabalho o colégio para fazer, não era momento de aula dele, não era o momento de educação física dele, não era momento de trabalho de escola dele não, era o momento de nada, era o momento que ele estava vagando por aí (COELHO, 2020).

Como o mesmo participante da pesquisa narrou, “[...] Eu fui um dos grandes colaboradores de políticas públicas aqui para o município de Filadélfia, porque sabia do impacto ambiental, social, fiscal e financeiro, que teríamos, então, eu fiz parte de quase todas as comissões” (COELHO, 2020).

De fato, “[...] as especulações sobre a construção da UHEE foram muitas, como de outras hidrelétricas ao longo do rio Tocantins, o que não se sabe ao certo é qual tipo de ambiente que surgiu e surgirá após a construção dessas hidrelétricas” (SIEBEN, 2012, p. 15).

Por isso, buscamos apreender as impressões da comunidade filadelfiense, na perspectiva de compreendermos como estão se adaptando à nova realidade local, sobretudo quando voltam ao passado motivada pelos sentimentos de dor e perda, ao perceberem que as políticas públicas do município não abarcam as perdas sentidas, e a resistência a toda adversidade local é vista como algo isolado, porque conta apenas com a comunidade da igreja católica. Como nos relatou o participante da pesquisa, sobre o descaso político na cidade de Filadélfia/TO, o mesmo é sentido porque

a própria prefeitura abandonou. Vê que aquelas ruas estão todos esburacadas, totalmente abandonadas. Agora que o padre com muita luta, dependente dele conseguiu recuperar aquela praça, aquela reforma toda, do padre, uma vitória do próprio, que vai a público e escroteia e chama prefeito de vagabundo que não se preocupa. Foi a luta dele que conseguiu aquela praça ali, aquela reforma daquela praça, ali, só isso nos últimos anos (COELHO, 2020).

Nesse ponto, observamos outro elemento para nos ajudar a responder nossas indagações em campo, com a continuidade das pesquisas, que se encontram em andamento, sobretudo como a religião em Filadélfia desenhou na paisagem sua presença nesse processo de formação do lago de estreito, e, se há resistência, como se organiza em relação à sociedade. Além disso, será que essa percepção, relacionada ao sentimento de medo e perda faz parte do imaginário social filadelfiense?

A face desse contexto, a senhora Maria do Socorro A. Cunha, em tom aflitivo, enfatizou que: “[...] Ave Maria se a Igreja acabar, aí Filadélfia morre de vez”. Levando à interpretação que: a cidade em si está morrendo aos poucos, e a sua existência depende da permanência da Igreja católica. Passados alguns meses, a mesma narradora nos relatou que:

A Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, da qual sou exímia devota, é um dos cartões postais da pequena cidade de Filadélfia. Nada se compara à praça onde a Igreja descansa, cercada de antigas e exuberantes carnaubeiras. Muitas são as histórias para contar! A Igreja tem um grande valor sentimental para toda a comunidade. Além de ser um local de encontro das famílias, que ali se socializam após o término da Santa Missa, e na época dos festejos, foi ali que nossos avôs, bisavôs, tataravôs, nossos pais e filhos, receberam os mais diversos sacramentos. É ali que constantemente vamos pedir e agradecer a Deus, a Nossa Senhora! Lembro-me quando criança das missas aos domingos, das procissões, dos animados festejos! (CUNHA, 2020).

Aqui temos um relato carregado de sentimentos, evidenciando que a igreja católica é um lugar de reminiscências onde as lembranças de criança dessa narradora revelam todos os laços afetivos estabelecidos com o espaço, ou seja, a sua relação amorosa com o meio ambiente religioso que lhe acolhe desde criança, em momentos de comunhão, fê e diversão na vida em comunidade.

A seguir, a fotografia 1 demonstra a Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, localizada na praça da Bandeira, no bairro Setor central, na cidade de Filadélfia, rodeada pelos pés de Carnaúba⁹ (ou carnaubeiras). Segundo as narrativas, a paróquia é uma das quatro mais antigas da diocese na região, foi fundada em 1957, logo, comemoram

⁹ Nome científico – *Copernicia prunifera* da família Arecaceae. Etimologia – provêm do tupi Karana’iwa, “árvore da caraná” conhecida na região Nordeste como a “arvore da Vida”.

sessenta e sete anos de festejo oficial. No dizer de Raffestin, é um território de referência.

Fotografia 1 – Igreja Nossa Senhora Perpétuo Socorro – Filadélfia/TO



Fonte: Acervo pessoal de Hermísio Alecrim (2011).

Nesse sentido, as lembranças de crianças evocam, no dizer de Tuan (1983), as mais íntimas experiências com esse lugar, porque, ali, estavam “[...] acostumados com o descer do batente no quintal da casa deles” (AIRES, 2020). Nesse sentido, “[...] a paisagem é uma estrutura visível, na qual a mensagem que nela se escreve em termos geossimbólicos reflete o peso do sonho, das crenças dos homens e de sua busca de significação” (ROSENDAHL, 2007, p. 215).

Algo que nos leva a pensar também na história de vida do grupo de mulheres organizado pela igreja católica na cidade de Filadélfia. Como estas mulheres veem e estão se sentido, sobretudo, frente às mudanças de paisagem na cidade de Filadélfia, pois, como nos relatou a senhora Rosa:

Faço parte do grupo da Igreja Católica, grupo das mulheres, aqui em Filadélfia. Tínhamos umas 200 mulheres, algumas desistiram, mas continuamos. Mas hoje eu não estou me sentido muito bem para a entrevista, tudo tem que ser feito com paciência (ROSA, 2020).

Passados alguns dias, retornamos à residência dessa narradora na perspectiva acalmar nossas indagações sobre o grupo de mulheres acima mencionado, mas

brevemente fomos informados de que: “[...] Estão desmotivadas. É isso, as coisas mudam” (ROSA, 2020).

Será que o estado de desânimo dessas mulheres está relacionado às coisas que se modificaram? Mas quais mudanças? Assim, ficamos no campo das suposições, e nossas indagações persistem, porque “[...] nas culturas em que os papéis dos sexos são fortemente diferenciados, homens e mulheres olharão diferentes aspectos do meio ambiente e adquirirão atitudes diferentes para com ele” (TUAN, 2012, p. 94).

Na próxima seção, abordaremos eventos da memória correlacionados, sobretudo, à desapropriação da área beira rio, urbana e rural, na cidade de Filadélfia-TO. Lembrando que “[...] até hoje muitos que vivem à margem do rio Tocantins não foram indenizados” (AIRES, 2020).

Sendo assim, reforçamos nossas indagações sobre a nova realidade social filadelfiense, ou seja, como os filadelfienses estão se sentido em relação às mudanças de paisagens que representam mais perdas que ganhos.

2.3 A desapropriação dos ribeirinhos

O tempo passou, e hoje, sabe-se que os impactos na região Norte do Tocantins, na fronteira Amazônica, atingida direta ou indiretamente pelas águas da represa, são incalculáveis e irreparáveis, tanto nos aspectos ambientais, físicos, econômicos, sociais, quanto nos aspectos imateriais (SIEBEN, 2012), em especial, com as rupturas dos laços afetivos das comunidades ribeirinhas com os seus lugares de origem, lugares onde as pessoas ditas e vistas comuns, mulheres, crianças, jovens e adultos escrevem a sua história de vida. Na nossa compreensão, são pessoas que vivem e fazem história, que os próprios valores da história oficial as desconhecem.

As reflexões contribuem, em certo sentido, para desmascarar a ideologia de homogeneidade, pois, se buscarmos os caminhos que andam os ribeirinhos, reconheceremos a paisagem do caos, ao problematizarmos a História do Brasil, no âmbito de desenvolvimento da fronteira Amazônica atrelada a concepção de isolamento, visando a integração da região norte ao litoral, segundo os interesses econômicos e políticos ora fundamentados pela ideia de ordem e progresso no curso do rio Tocantins (FLORES, 2006).

“[...] é imperativo o uso não predatório das fabulosas riquezas naturais que a Amazônia contém e também do saber das suas populações ribeirinhas que possuem um

secular conhecimento acumulado para lidar com o tropico úmido” (BECKER, 1982, p.72). Então, passados dez anos do processo de desapropriação na cidade de Filadélfia, a senhora Maria do Socorro A. Cunha nos informou que foi testemunha ocular de todo o processo inicial referente à desapropriação dos filadelfenses e dos ribeirinhos, período anterior ao represamento das águas do rio Tocantins.

E, ao falar desse momento, podemos observa na leitura das narrativas, que as lembranças evidenciam o quanto foram atingidos pela barragem, afetados emocionalmente, pois evidenciam traumas, rupturas, “[...] incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente natural” (TUAN, 2012, p. 136). Os quais de acordo com a sua percepção:

Nossa! Tinha muita gente, quantas famílias; pessoal mais velho, que tinha 40 anos, 50 anos que moravam na beira do rio. O ribeirinho também da mesma forma. Ah! gente sabe, que muita gente adoeceu com isso, com essa saída. A gente morava ali, na nossa casa. Começar tudo de novo (CUNHA, 2019).

Nesse sentido, Tuan (2012, p. 136) reforça que: “[...] Mais permanentes e mais difíceis de expressar são sentimentos que temos para com o lugar, por ser o lar, o lócus de reminiscência e o meio de se ganhar a vida”. “[...] porque muitos moravam na beira do rio, tinham a sua casinha bem humilde de palha. E a riqueza maior nós perdemos, as vazantes, as praia natural” (CUNHA, 2020). Com muito pesar “[...] é o que restou pra nós, e agora é cada um aprender a conviver nessa situação, porque pelo que nós estamos vendo, parece que não vai ter mais remédio não” (CARNEIRO, 2020).

De acordo com os relatos do senhor Pinto (2020), ele vivenciou e compartilhou coletivamente os sentimentos e emoções, com a formação do lago artificial, em razão da desapropriação daqueles que viviam e sobreviviam às margens do rio Tocantins, desenvolvendo o trabalho de modo artesanal, sejam nas olarias ou nas vazantes. Assim, relatou-nos que:

Aqui tínhamos as olarias abastecendo toda a região, antes da barragem em pleno funcionamento. Do lado de lá existia a comunidade, famílias inteiras que viviam de fazer tijolas, telhas, tudo era artesanal. Todos foram obrigados a deixarem as suas terras, que foram tomadas pelo lago, quando a água subiu, do mesmo jeito aconteceu com as famílias que plantavam melancia, feijão nas vazantes do rio; daqui saí caminhão carregado de melancia; tudo era artesanal, o barranco era muito alto e não tinha como descer as técnicas (PINTO, 2020).

No nosso entender, as mudanças cotidianas na cidade de Filadélfia-TO pós-barragem, fazem surgir outras paisagens, outras territorialidades e outros lugares e estes são (re)construídos, além disso, leva à interpretação das improbabilidades sobre

reterritorialização, a vista que, “[...] algumas famílias foram embora, mas ninguém sabe para onde elas foram, outras foram trabalhar nas olarias mecanizadas e outras estão por aí tentando a sorte, porque não é fácil” (PINTO, 2020).

Levando-nos também à interpretação da dissolução dos laços comunitários, por isso, pressupomos que a forte presença do sentimento de perda nas narrativas é justificada porque “[...] para ocorrer a reterritorialização há a necessidade do sentido de lugar ser recriado. A noção de lugar, por sua vez dificilmente aparecerá, pois acompanhado deste também tem a paisagem” (SIEBEN, 2012, p. 184). Do mesmo narrador, temos o seguinte relato:

Você não vê ninguém falando sobre isso, ninguém questionando, esse questionamento seu. Então há um perigo, há um medo das pessoas de falar sobre a História, parece que tudo aqui é muito nebuloso, parece que tudo passaram pela uma fase é de..., Mas na verdade, eu até digo pra esse povo: que a questão do regime, do regime militar, a cidade sofreu muito com essa questão, tá. Aqui foi bases, base de muita tortura, então, o pessoal tem que, obedecê-lo, e usou que as crianças obedecessem sempre, as autoridades (PINTO, 2020).

É certo que não ouvimos outros falando sobre os impactos sofridos por eles após a construção da barragem de Estreito, mas ouvimos, sim, muitos refletindo sobre esses impactos em outras áreas urbanas, desapropriando comunidades tradicionais, ribeirinhos e pescadores por onde passam as águas do rio Tocantins. Dentre as abordagens, face a esse contexto, as (trans)formações da paisagem do rio Tocantins, no âmbito do desenvolvimento da fronteira Amazônica, temos as de Freitas (2010), Sieben (2012), Rocha (2016) Silva (2017) e Pitombeira (2017).

Voltando às pesquisas de campo, fomos convidados pelo senhor José Benilson E. S. Pinto para conhecer de perto a área urbana do entorno da Praça da Bandeira no centro da cidade de Filadélfia, e assim, seguimos em direção ao antigo centro da cidade. Ao chegarmos ao destino programado, este narrador relatou que: “[...] Muitos aqui já foram indenizados e voltaram pra cá, aqui funciona o comércio, até inaugurou há pouco tempo uma loja de eletrodoméstico e logo ali montou outra loja com produtos agropecuários” (PINTO, 2019). Assim, perguntamos como esses sujeitos sociais voltaram a residir numa área desapropriada, e como estão vivendo numa área considerada de risco pelo CESTE. Ou melhor, como estão (e se estão) se (re)adaptando a todo esse processo.

Acreditamos que estas informações precisam ser (re)pensadas, analisadas e compartilhadas com outros pesquisadores, na perspectiva de trazer novos olhares para a

nossa pesquisa e assim podermos compreender melhor todo esse processo, porque a fala que se segue nos leva a parar para pensar nesse processo de desterritorialização imposto pelo CESTE. Do ponto de vista dos narradores, “[...] Se eles estão ali é porque o próprio grupo os abandonou... todo mundo louco pra receber e vazar também” (COELHO, 2019).

Sendo assim, temos como objetivo abordar o projeto da UHEE do ponto de vista hegemônico no que aborda a literatura e o discurso oficial em contraste com a real situação na cidade de Filadélfia, no capítulo três (03) desta dissertação, já pressupondo que o processo de desterritorialização imposto pelo CESTE no referido município não abrange a reterritorialização dos ribeirinhos.

Observando a mobilidade nesse território, vê-se também a paisagem coadjuvante religiosa filadelfiense como um elemento de referência na cidade de Filadélfia, com grandes possibilidades de nos ajudar a apreender as representações da sociedade local, referentes à paisagem do rio Tocantins, ente significativo ao longo do processo socioespacial local, que, de forma mais específica, está marcada pelo recorte temporal dos últimos 10 anos.

Assim, temos como objetivo verificar como a igreja católica pode contribuir para o fortalecimento da identidade e desenvolvimento socioterritorial. Nesse sentido, o senhor Luis (2020) nos relatou que pode perceber nestes últimos anos o quanto as práticas religiosas nesta cidade evidenciaram novos contornos nesta paisagem nos últimos tempos, em razão das territorialidades religiosas as quais nos levam a pensar que estas práticas “[...] significa o conjunto de práticas desenvolvido por instituições ou grupos no sentido de controlar um dado território” [...] (ROSENDAHL, 2007, p. 195).

Então, buscamos compreender como o trabalho religioso ganhou visibilidade na paisagem histórica da cidade de Filadélfia, a partir do ponto de vista desse narrador, para quem:

Quando eu cheguei aqui, só existia: a Igreja Católica e a Igreja Batista. De evangélico só os batistas, apesar do nosso município não chegar a 9.000 mil habitantes. Também houve um vazamento, a nossa cidade também tá inserida nele, e aqui temos uma variedade de denominações evangélicas, pelo tamanho da cidade. É extraordinário, eu até admiro a quantidade de igrejas de confissão diferente que tem aqui na nossa cidade. Tem aqui umas 20. Aqui, só a Assembleia de Deus nós temos aqui de 8 a 10, se eu não me engano. Aí nós temos a igreja de Cristo, a igreja Congregaçãõ Cristã no Brasil, que se chama do véu, temos aí testemunhas de Jeová, tem Adventista, tem a Universal, tem a Mundial Quadrangular e assim por diante, além dos afros brasileiros (LUIS, 2020).

Somos persistentes em ressaltar que o nosso foco abarca as representações inerentes às (trans)formações na paisagem do rio Tocantins, pois ela é a protagonista no curso dessa pesquisa, mas, pelos caminhos por onde andamos às margens do lago artificial de Estreito, contemplamos outros elementos coadjuvantes que fazem parte da história de vida da cidade de Filadélfia, dentre eles, a paisagem da igreja católica.

Como nos relatou a senhora Sebastiana: “[...] eu cheguei aqui em Filadélfia, ainda mocinha, com 17 anos, em 1958, aqui fazia a travessia do rio com canoa. Filadélfia era um arreião mais horrível do mundo. Mas quando mistura prefeito, pade, demarcando tudo, isso vira um angu mais horrível do mundo, não vai acabar nunca” (PINTO, 2020). Sendo assim, as indagações surgiram: como a paisagem religiosa é apreendida neste contexto, onde a paisagem do rio Tocantins, pós-formação desse lago, é percebida pelos participantes da pesquisa como “o rio morto”, na fronteira amazônica que “[...] tomada pelo indivíduo é forma e aparência”? (LUCHIARI, 2001, p. 13).

Em especial na região norte tocantinense, “[...] a região entregue a própria sorte, à custa de homens e mulheres esperou que este espaço fosse desvirginado para que o Estado, motivado por interesses econômicos, se servisse de suas riquezas. Esta é a situação de um Estado que, invés de prover, é provido” (SEIBEN, 2012, p. 68).

Em conclusão, acreditamos que a paisagem filadelfiense está se transformando, por meio das práticas sociais, atribuindo-lhes novas representações e estas refletem diretamente no imaginário social, o qual a representa, porque, “[...] as paisagens podem ser conscientemente concebidas para expressar as virtudes de uma determinada comunidade política e social” (SCHAMA, 1996, p. 26).

Nesse sentido, reforçamos nossas indagações sobre como os filadelfienses estão se adaptando ao novo ambiente, e se estão, como estão fazendo. Assim, seguimos com as pesquisas e fomos a campo em busca de ouvirmos outras histórias de vida, pois acreditamos que estas podem nos ajudar a responder nossas indagações. Na próxima seção abordaremos eventos da memória local que trazem perdas simbólicas.

2.4 A Mangueira centenária

Antes do registro da imagem que reforça as lembranças, o imaginário e um forte elo de identidade local que de forma naturalmente violenta foi tirada, numa alusão à própria violência ao direito ambiental, a imagem da Mangueira Velha, que fazemos questão de nomeá-la com nome próprio, é mais que paisagem artificial, visualizada pela

amenidade que sua sombra oferecia, servindo como lazer e descanso, além dos frutos como alimento.

Sua história de vida se encontra registrada em forma de versos e nas lembranças dos sujeitos participantes da nossa pesquisa. De acordo com os relatos, a mesma compunha a paisagem filadelfiense até o ano de 2010, e era o cartão postal da referida cidade, lugar de encontros e desencontros.

Fotografia 2 – A “Mangueira centenária” às margens do rio Tocantins, antes da formação do lago artificial de Estreito em Filadélfia



Fonte: Acervo de Hermísio Alecrim (2006).

Como narrou o poeta Zequinha (2020), “[...] com o alagamento, eu vi cortarem a mangueira centenária [...]”. Logo, por alguns instantes, esse narrador silenciou-se, olhando para a paisagem em seu entorno; virou-se calmamente para a nossa direção, e narrou, a poesia “Mangueira velha”. Segundo o mesmo, escrever a poesia foi o jeito que ele encontrou para guardar a memória da mangueira centenária. Nesse sentido “[...] a história é responsável pelo amor à terra natal” (TUAN 2012, p. 144).

Na compreensão desse poeta filadelfiense, “[...] o poeta não precisa de instrução, ele vê e faz a poesia. Assim registrei, para sempre a história de vida da velha mangueira.” (CARNEIRO, 2020). Esse narrador relatou-nos também que “[...] as pessoas mais velhas estavam habituadas até com o descer do batente de casa na beira rio, com o quintal, com as plantações, com os animais.” (CARNEIRO, 2020), ou seja, com a natureza que eles tinham. Desse modo, o narrador expressou a sua familiaridade e

afeição em relação à paisagem da mangueira velha à margem esquerda do rio Tocantins em meio ao processo de desapropriação da população local e dos ribeirinhos do rio Tocantins, por meio da literatura filadelfiense.

Algo que nos leva a perceber também, no curso dessa pesquisa, que as representações poéticas do participante da pesquisa na paisagem fornecem sentido ao espaço vivido, lembrando-nos que este espaço era o lugar de encontros e hoje tornou-se um território de conflitos com a formação do lago artificial de Estreito.

Sendo assim, elencaremos estas representações no capítulo três desta dissertação, pois pressupomos que, por meio delas, compreenderemos como se desenvolvem as relações sociais frente à nova realidade na cidade de Filadélfia.

Logo, ao evocarmos o pé de manga, percebemos que de um momento de euforia à nostalgia, os sentimentos de dor e perda foram evidenciados pela memória perturbadora, em razão do “[...] rastro de uma ruptura” (PORTELLI, 2016, p. 50) ocasionada pela formação do lago artificial de estreito. Sentimento este que se encontra presente na fala do senhor Carneiro (2020) ao dizer que o corte da Mangueira centenária representa a morte. E, no dizer de Tuan (1983), são perdas simbólicas e estas, por sua vez, estão relacionadas aos laços afetivos com o lugar, com a natureza e com os saberes tradicionais.

No conjunto das narrativas, percebemos os sentimentos de perdas em todos os sentidos, que revelam as experiências vividas pelos participantes da pesquisa neste contexto de desapropriação, revelando, em parte, as lembranças de uma comunidade forçada a deixar suas casas, suas plantações, suas criações, seus amigos, seu lazer, sua vida na íntima relação com a natureza às margens do rio Tocantins.

Fotografia 3 – Corte da “Mangueira centenária” no processo de enchimento do lago artificial de Estreito em Filadélfia



Fonte: Acervo pessoal de Hermísio Alecrim (2010).

Retornando às lembranças da professora Audineid Mota Freitas, observamos na leitura das narrativas o quão “[...] a consciência do passado é um elemento importante no amor pelo lugar” (TUAN, 2012, p. 144), pois, em sua fala, percebe-se a descrição da paisagem histórica de Filadélfia, onde a mangueira velha é a mangueira centenária que, ao seu modo de vê-la, é símbolo da cidade, e este, por nossa interpretação, reflete os sentimentos, as ideias e os valores dos filadelfienses, estabelecendo raízes profundas com as águas do Tocantins.

Quando eu tinha tempo, quando eu saía da escola eu ia tomar sorvete debaixo da mangueira sentada, olhando a balsa chegar, as pessoas saindo e chegando; ah se ela falasse quantos segredos ela contaria para nós. O posto, o hotel, ela é símbolo da cidade, alguns restaurantes, posto fiscal (FREITAS, 2020).

De acordo com a mesma narradora “[...] tem muito menino travesso, né? que ainda gosta de falar que estava lá no pé da mangueira, jogando caniço, assim eles dizem: eu estava banhando lá no pé de manga” (FREITAS, 2020).

Como podemos observar, a narrativa dessa narradora evidencia o elo que une a relação desses sujeitos sociais à natureza, elegendo a mangueira velha como símbolo da cidade, porque, “[...] apesar de não há nada, é algo vivo na memória dos meninos que nem vivenciou a centenária. Eles exprimem a memória dela, a mangueira é encontro, mesmo sem seus galhos, sua copa esplendorosa (FREITAS, 2020).

“[...] Essa força geralmente se esconde sob camadas e camadas de lugares comuns” (SCHAMA, 1996, p. 25). Então, será que essa relação, homem-natureza-Mangueira Velha faz parte do imaginário filadelfiense? Porque, ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, observamos que a paisagem em si pode ser um meio poderosíssimo que os filadelfienses conceberam-na, para representar a sua cultura local, e, por isso, buscamos apreender outras visões, pois, “[...] a memória não registra apenas bucólicos piqueniques” (SCHAMA, 1996, p. 28).

Nesse sentido, reforçamos nossa intenção de verificar como estão se adaptando à nova realidade, uma vez que toda desapropriação dessa natureza pressupõe mudanças no modo de viver em comunidade. E “[...] as paisagens são construídas socialmente, elas não se esgotam: o que se esgota ou degrada é um determinado recurso natural ou uso da paisagem” (LUCHIARI, 2001, p.21). “[...] Enfim, tudo isso dá lugar a atual ‘Orla de Filadélfia’ resumindo-se num cenário paisagístico totalmente modificado com grandes prejuízos para o ambiente local” (AIRES, 2020).

Além disso, as lembranças dos participantes da pesquisa revelam que a “mangueira centenária” ora representa a paisagem, à vida ora representa a paisagem à morte, algo que nos leva a pensar também, na metáfora do “rio morto”, proferida nas rodas de conversa na cidade de Filadélfia. Pressupomos que esta representação faz referência à área de risco demarcada pelo CESTE para dar lugar à formação do lago artificial de Estreito.

A seguir, temos a Fotografia 4, a qual faz referência à paisagem da área urbana na cidade de Filadélfia anterior ao processo de formação do lago artificial de Estreito. Conforme os relatos, esta paisagem faz parte das lembranças traumáticas dos participantes da pesquisa e daqueles que lá residiam compartilhando por décadas seus saberes em comunidade ou com os visitantes que ali se encontravam em busca de lazer na temporada de praia.

A partir da leitura dessa paisagem à sua frente, vemos o processo de limpeza da área de abrangência da UHEE, e, ao fundo o conjunto de residência e as copas das árvores em sua maioria frutíferas e nativas da região. Ou seja,

Eles derrubaram tudo, os cocais na beira rio, de 100% se perdeu mais de 70% das palmeiras. Teve lugar que só derrubou por maldade, porque a água não chegou lá. Eles fizeram um serviço de degradação, entende, eles destruíram muito, muita floresta (SILVA, 2020).

À nossa interpretação, a narrativa revela a expressão emocional formada pelas emoções de tristeza e alegria, por todas as saudades sentidas, ou seja, a memória nostálgica. Além disso, revela como a narradora se reconheceu como autora do ato de registrar fatos que fazem parte da História de vida da cidade de Filadélfia.

Fotografia 4 – Área urbana em Filadélfia anterior ao processo de enchimento do lago artificial de Estreito



Fonte: Acervo pessoal de Hermísio Alecrim (2010).

Por nossa interpretação, conforme as narrativas, esta paisagem representa os sentimentos de perdas que foram compartilhados em coletivo na cidade de Filadélfia, tanto pela demolição das casas quanto pela desterritorialização problemática das pessoas que lá viviam, ou seja, pela destruição de um bairro onde se prendiam lembranças da infância desses narradores, pois “[...] algo de si morre junto com as paredes ruídas [...]” (BOSI, 1994, p. 452) e inundadas pelas águas do rio Tocantins represadas pela barragem.

Vejamos como a senhora Audineid Mota Freitas descreveu suas emoções, ao narrar o momento em que a mesma fez o registro referente à Fotografia 5, após uma década da efetivação do lago artificial de Estreito: “[...] me senti uma protagonista, me senti bem tirar as fotos, mas veio à lembrança de como eram as casas que existiam, as ruas, as escolas, que não existem mais, né, ao mesmo tempo um sentimento de alegria e tristeza. As recordações” (FREITAS, 2020).

Nesse sentido, Bosi (1994) afirma que, neste momento, “[...] o sujeito não se contenta em narrar como testemunha histórica ‘neutra’. Ele quer também julgar, marcando bem o lado em que estava naquela altura da história, e reafirmando sua posição ou matizando-a” (p. 453).

Aqui cabe ressaltar, a título de compreensão e comparação, que a paisagem urbana na cidade de Filadélfia, modificada pela ação humana, demonstrada na Fotografia 5 faz referência à Fotografia 4. Por nossa interpretação, temos em registro a (trans)formação da paisagem que representava os aspectos socioculturais num espaço de conflitos.

Do ponto de vista da geografia cultural, temos a representação da cultura dominante no processo de implantação da UHEE, agindo de acordo com a sua percepção de mundo. A seguir, a Fotografia 5 representa a área urbana em Filadélfia posterior ao processo de enchimento do lago artificial de Estreito.

Fotografia 5 – Área urbana em Filadélfia posterior ao processo de enchimento do lago artificial



Fonte: Acervo pessoal de Audineide Mota Freitas (2020).

Pois “[...] com o alagamento muitos animais perderam seu habitat natural e ficaram vagando, por aí sem direção” (AIRES, 2020), conforme a observação elencada pelo poeta ribeirinho: “[...] sem contar, dona, que os pássaros deixaram de cantar” (CARNEIRO, 2020). Nesse sentido, perderam também “[...] a paisagem sonora típica de uma época e de um lugar” (BOSI, 1994, p. 444).

A seguir, a Fotografia 6 representa os momentos vivenciados pela população filadelfiense no processo de enchimento do lago artificial de Estreito inundando a área urbana na cidade de Filadélfia, nesse sentido, aos olhos dos narradores é a representação e a confirmação da degradação ambiental nesta cidade com a implantação da UHEE.

Fotografia 6 – Inundação da Área Urbana de Filadélfia no processo de enchimento do lago artificial de Estreito



Fonte: Acervo pessoal de Hermísio Alecrim (2010).

A partir das leituras de paisagens, observamos a presença de moradores que parecem estar observando a (trans)formação dessa paisagem, ou melhor, vivenciando, de fato, como a comunidade perdeu os lugares de referência. No nosso entender, essas modificações paisagísticas representam a transformação de um espaço urbano em espaço alagado, tornando-se um território de conflitos. Nesse sentido, acordamos com Bosi (1994) para quem, “[...] as histórias que ouvimos referem-se, do início ao fim, a velhos lugares, inseparáveis dos eventos neles ocorridos” (BOSI, 1994, p. 447).

A via de exemplo, se encontram representados na Fotografia 7 a desapropriação em área urbana de Filadélfia, ao fazer referência à demolição do prédio do Posto fiscal de recolhimento de tributos do estado do Tocantins (posto de divisa), na cidade de Filadélfia onde “[...] tínhamos a divisa de fronteira e a arrecadação de imposto para melhorar o município. Faltou gestão, mas a vida continua e estamos aqui” (PINTO, 2020).

Levando-nos à interpretação da perda de território, de identidade com o local e de territorialidades onde se prendiam lembranças da organização do e no território. No entanto, compreendermos que a expressão “a vida continua”, sugere que a comunidade filadelfiense está se (re)adaptando frente à nova realidade na cidade de Filadélfia. Mas, se está se movimentando, como está se organizando? Seguimos, pois, como disse Flores (2005), pelos caminhos que anda o rio Tocantins, nos quais há muitas histórias e estas nos ajudam a compreender suas particularidades.

Fotografia 7 – Desapropriação em área urbana de Filadélfia



Fonte: Acervo pessoal de Hermísio Alecrim (2010).

Assim, por meio dos registros fotográficos, podemos compreender que os impactos negativos ambientais na cidade de Filadélfia vão desde a demolição de bairros residenciais à degradação da natureza, e estão relacionados à desterritorialização imposta pelo empreendimento, junto à comunidade local, pois impactou o jeito de viver da população local, e, atualmente, está envolvida no processo de (des)construir vínculos de identidade, vínculos estes relacionados a perdas materiais e simbólicas (HAESBAERT, 2006).

2.5 Aspectos da cultura local

Aqui buscamos abordar alguns aspectos da cultura Filadelfiense, apreendidos através das narrativas a nós concebidas pelos participantes da nossa pesquisa. Partimos

do pressuposto que a cultura filadelfiense é o resultado da interação da comunidade local alterando a paisagem natural em seu entorno, em especial às margens do rio Tocantins, produzindo bens de uso e valor.

Assim, acreditamos que “[...] é uma herança de um longo período de evolução natural e de muitas gerações de esforço humano” (ROSENDAHL e CORRÊA, 2007, p. 10). “[...] aqui eu cresci vendo na beira desse rio, o pescador, o barqueiro, o barraqueiro, os vazanteiros; tudo dependia desse rio” (AIRES, 2020). É nesse contexto de relação homem-natureza que nos pautamos na paisagem ao tratarmos da natureza, cultura e representações na paisagem a partir da tríade natureza, cultura e paisagem proposta por Gomes (2001) para quem,

O estudo da paisagem é suas representações sob diversas linguagens, relatos, poesias, icnografias etc., é uma fonte de registros dos olhares sobre suas práticas e culturas que subvertem a racionalidade científica pelo valor intrínseco da subjetividade que comportam, sem deixar de ser imprescindível para a legibilidade do mundo, em qualquer recorte histórico privilegiado (GOMES, 2001, p. 61).

E, por outros olhares condicionantes, segundo Gomes (2001, p. 56), “[...] A paisagem como representação resulta da apreensão do olhar do indivíduo, que por sua vez, é condicionado por filtros fisiológicos, socioculturais e econômicos, e da esfera da rememoração e da lembrança recorrente”. Nesse sentido, compreendemos a percepção dos filadelfienses em seu contexto histórico e temporal.

Nesse sentido, passamos a refletir sobre a vivência e sobrevivência dos filadelfienses à realidade local, pois, no conjunto das suas falas, observamos o sentimento de perda em todos os aspectos da vida cotidiana, perdas estas já previstas nas análises apresentadas por Freitas (2010), com a desterritorialização da comunidade ribeirinha. Em outras análises, Sieben e Pitombeira (2017) afirmaram que “[...] o empreendimento energético privou as pessoas atingidas do seu modo de vida, costumes, afazeres e da ligação com a natureza” (Idem, 2017, p. 5).

Nesse sentido, Coelho (2020) nos relatou que “[...] muitos perderam tudo, saíram sem direção, perderam a cultura local”. Nesse sentido, intensificamos as nossas indagações, sobretudo, em relação à adaptação da comunidade filadelfiense à nova realidade local.

Como disse o senhor Silva (2020), “Antigamente, nós tínhamos as quebradeiras de coco, aqui na cidade. O pessoal, as mulheres produziam o azeite e, com o bagaço fazia a ração para os animais. “Mas depois que o lago encheu acabou”. Nesse sentido, o

senhor Pinto (2020) relatou que: “Acabou as olarias, os artesanatos também”. Ou seja, a produção agroextrativista foi interrompida com a implantação da UHEE.

Para Sieben (2012, p. 152), “[...] estas são populações que não dependem, de produtos industrializados e tecnológicos e, sim, dos recursos naturais de forma mais direta”, além disso, confirma que as quebradeiras de coco que se encontravam na área de abrangência da usina Hidrelétrica de Estreito, foram atingidas diretamente, com isso, perderam o modo de subsistência sustentável e ficaram à margem do empreendimento.

Aos olhos de Freitas (2010), a estreita relação dos filadelfenses com as águas do rio Tocantins se expressa nas práticas culturais, econômicas e sociais, assim, ao todo, a região em si

É uma região onde as condições propiciam um clima tropical úmido e exuberantes paisagens naturais que é aproveitada para atividade de lazer e turismo, e na temporada de praia o movimento na cidade intensifica-se como contingente elevado de turistas e filhos da terra que aproveitam para rever seus familiares e participar do festejo tradicional do município que conta com a venda de comida típicas do lugar e comércio local, contudo todo esse movimento será seriamente comprometido com a barragem de estreito (FREITAS, 2010, p. 25).

Mas, passados alguns anos, de acordo com a Dona Maria do Socorro A. Cunha, “[...] perdemos a praia natural, mas temos a praia artificial, mas o turista não vem como vinha antes da barragem”. O que nos leva à interpretação da dissolução da relação homem-natureza, por isso, parece que os participantes da pesquisa buscam se (re)adaptar à modificação da paisagem natural, mas a consciência de um passado de glórias os leva a reconhecer que a paisagem atual não é agradável aos olhos da comunidade nem aos olhos dos visitantes.

Em relação ao festejo da padroeira da cidade de Filadélfia, nossa Senhora Perpétuo Socorro, a senhora Rosa, a senhora Maria do Socorro Aires Cunha, e a senhora Audineid Mota Freitas, em entrevista, compartilham em comum a seguinte observação: “Há dois anos que voltaram a comemorar o festejo na cidade, porque estava tudo parado, mas é forte essa tradição, porque o padre não saiu da Igreja que foi desapropriada também”. Ou seja, os filadelfenses, com a formação do lago artificial de Estreito, perderam o território de origem e, conseqüentemente, perderam a continuidade dos costumes e práticas culturais que os envolvia por décadas à margem esquerda do rio Tocantins. No entanto, as falas levam à interpretação de resistência ao processo de desterritorialização imposto pelo CESTE.

As reflexões surgem a todo o momento devido às surpresas em campo, como a comunidade filadelfiense está se (re)adaptando aos impactos sofridos por eles, devido os traumas causados com a formação do lago artificial de Estreito. Em campo, o senhor Coelho nos relatou que “[...] ficamos assim aleatórios, sem perspectiva nenhuma, os impactos foram enormes” (COELHO, 2020).

Semelhante percepção se encontra nas narrativas que se seguem. São lembranças que fazem parte da História de vida dos barraqueiros da cidade de Filadélfia, anterior e posterior à formação do lago artificial de Estreito, desvelando perdas (i)materiais, territorialidades e identidade com o local, como nos relatou o senhor João Viane Ribeiro da Silva,

Ante do lago tenha uma associação de Barraqueiros, eles trabalhavam, tudo temporário, né. Tinha barraqueiro que tinha mais de 20 anos de atividade. Então, perderam as atividades ficaram dois anos sem trabalhar, e isso causou um impacto na vida deles, tanto emocional, porque todo ano, eles tinham aquela mesma rotina, e no financeiro que faltou, porque tinha pessoas que a atividade mesmo forte era a praia, eles passavam o ano todinho sobrevivendo do que eles conseguiam dos três meses de verão e ficou inviável para alguns conseguir outra atividade, uns pela idade, pela questão de não ter outra profissão. Assim, eles foram, posso dizer: sucumbido (SILVA, 2020).

Segundo a senhora Judite Rocha, representante do MAB, dos atingidos na cidade de Filadélfia os afetados mais diretamente foram os Barraqueiros. Hoje a associação conta com dezessete associados.

Face ao exposto, perguntamo-nos como esses Barraqueiros estão se (re)adaptando à nova realidade da Praia do Coco, a praia artificial, e, se estão, como estão se organizando, pois os relatos que se seguem levam à interpretação mais de perdas que ganhos, e surgem, neste caso, do ponto de vista geral. Vejamos:

[...] A minha experiência dentro da associação começou como associado, vice-presidente, e de lá pra cá, a gente tá vendo é uma praia boa né, mas nunca chega aos pés da antiga né, a natural. Com a questão da barragem a gente perdeu muito né, como é uma praia artificial (SILVA, 2020).

Mas as indagações ficaram sem respostas, pois, com o quadro epidêmico do Novo Coronavírus (COVID-19), não foi possível agendar a entrevista com outros associados, ficando, assim, com agenda aberta a ser marcada para outra oportunidade.

Para o senhor Aires (2020), a paisagem atual o faz lembrar das memórias que foram perdidas na enchente do rio, na década de 80, que inundou o centro de Filadélfia, atingindo as residências, lojas comerciais, a igreja e as repartições públicas. Segundo esse narrador, “[...] parte do acervo histórico da cidade de Filadélfia foi levado pelas

águas; eu vi boa parte dessa documentação espalhada por aí, outras partes não sabem por onde anda” (AIRES, 2020). Na Fotografia 8, a seguir, a paisagem das cheias do rio Tocantins, no ano de 1980.

Fotografia 8 – Um pouco da memória que se foi nas águas



Fonte: Acervo pessoal de Hermísio A. Aires (1980).

Segundo o senhor Aires (2020), a foto em evidência foi tirada “[...] quando a água estava abaixando, e já tinha levado muita coisa”. A esse respeito, o poeta Pinto (2020) contou-nos que “as águas subiram muito, e andar no centro da cidade só se fosse de canoa; muitas coisas de Filadélfia estão guardadas na casa das pessoas”. Nesse sentido, a senhora Cunha (2020) ressaltou que “[...] em Filadélfia não tem uma rua com o nome das famílias que aqui chegaram primeiro, e a gente sabe que tem pessoas dessa família, os Noronha, para guardar a memória de quando tudo começou.” Sendo assim, por nossa interpretação, observamos que os participantes da pesquisa reconhecem a importância e a necessidade de preservar a memória filadelfiense.

Portanto, buscamos novos olhares na perspectiva de nos ajudar a responder nossas indagações sobre a paisagem e sua representação (i)material na percepção da comunidade filadelfiense, pois, como afirma Simmel (2009, p. 11), “A descrição da paisagem é carregada de subjetividade”. No Capítulo III, serão elencadas as representações da população na paisagem e em perspectiva como indícios de resistência socioterritorial.

CAPÍTULO III

3 REPRESENTAÇÕES DA POPULAÇÃO NA PAISAGEM ATUAL E EM PERSPECTIVA COMO INDÍCIOS DE RESISTÊNCIA SOCIOTERRITORIAL

A proposta central neste capítulo, é elencar as representações da população na paisagem atual e, em perspectiva, como indícios de resistência socioterritorial na tentativa de apreendermos como a população filadelfiense está se (re)adaptando frente à nova realidade, aos impactos negativos sofridos, coletiva ou individualmente com a formação do lago artificial de Estreito.

A princípio, abordamos o projeto da UHEE do ponto de vista hegemônico, no que trazem a literatura e o discurso oficial, em contraste com a real situação na cidade de Filadélfia. É consenso entre os pesquisadores da área em Estudos de Cultura e Território, que a implantação da UHEE prezou pelos interesses econômicos, políticos e ideológicos dos setores ligados à hidroelétrica e este apreço representa uma sociedade altamente excludente.

Sendo assim, elencamos os impactos ambientais segundo as representações da população filadelfiense, pois as representações contidas nas narrativas dos participantes da pesquisa nos levam à interpretação de profundas rupturas na sustentabilidade socioambiental, socioeconômica e dos laços comunitários na cidade de Filadélfia/TO.

Nesse sentido, elencamos as representações da população filadelfiense na paisagem de formação do lago artificial da UHE de Estreito: “o rio está morto”. Nessa perspectiva, pensaremos a representação a partir da percepção dos participantes da pesquisa, desvelando uma possível realidade em que se encontram inseridos coletiva ou individualmente.

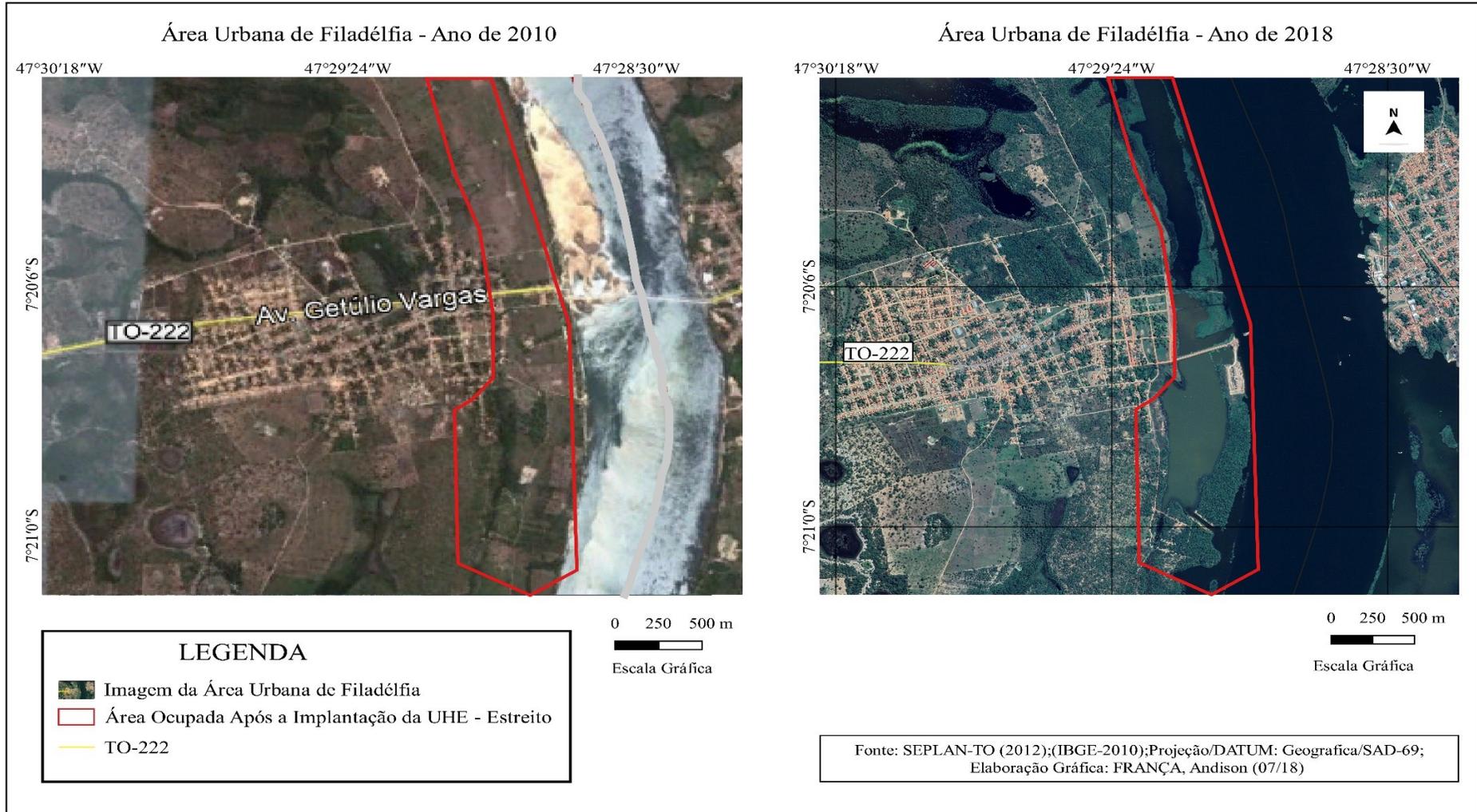
Por conseguinte, elencamos a paisagem na representação dos participantes da pesquisa com poesias, pois acreditamos que estas podem nos revelar como eles se sentem frente à nova realidade local.

Nessa continuidade, trazemos as representações da população filadelfiense na paisagem atual frente à nova realidade local, porque pressupomos que, por seus olhares contemplam a paisagem do rio Tocantins como sendo essencial e estruturante do território em suas múltiplas territorialidades vivenciadas, emoções e perspectivas.

Para melhor compreensão dessa representatividade, apresentamos o Mapa 4, o qual demonstra, em tese, os dois momentos descritos nas narrativas dos narradores, ou

seja, no ano de 2010, anterior à implantação da UHEE, e no ano de 2018, posterior à formação do lago artificial de estreito.

Mapa 4 – Área Urbana da cidade de Filadélfia – Anos 2010 e 2018



Fonte: Adaptado de SEPLAN – TO (2010).

Como se pode observar por meio da leitura da legenda do Mapa 4, o lado superior esquerdo, apresenta a imagem (via satélite) da área urbana de Filadélfia no ano de 2010, anterior à formação do lago artificial de Estreito, e, ao fundo dessa imagem, a mancha na cor branca representa a paisagem natural do leito do rio Tocantins em seu curso normal. Ainda no Mapa 4, o lado superior esquerdo apresenta a imagem da área urbana de Filadélfia no ano de 2018, posterior à formação do lago artificial de Estreito efetivada em 2011. E a área contornada pela linha na cor vermelha representa a área de abrangência com a implantação da UHEE. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Filadélfia foi o segundo mais impactado com a formação do lago artificial de Estreito, tendo em vista que perdeu 18% de seu território original.

3.1 O projeto da UHEE em contraste com a real situação na cidade de Filadélfia

Para o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), desde o início da implantação da Usina Hidrelétrica de Estreito, o que se observa é uma relação conflituosa entre atingidos e o empreendedor, pois o compromisso do CESTE foi somente com as empresas consorciadas. Por essa razão, evidenciou-se o descaso do empreendimento com as comunidades ribeirinhas e as populações da área urbana e rural que se encontravam, na época, na área de abrangência do projeto da UHEE, pois “[...] os territórios tem vida expressa pelas histórias de pessoas e lugares, pela cultura, pelos movimentos sociais e ações políticas também pelos ecossistemas [...], daí sua conotação de identidade e subjetividade coletiva” (MAB, 2011, p. 30).

Desse ponto de vista, constatou-se em momentos de reuniões que, “[...] na maioria das vezes, o CESTE se recusou a dialogar com as famílias negando os esclarecimentos das dúvidas e omitindo informações” (MAB, 2011, p. 49). Isso pode ser observado no conjunto das narrativas dos participantes da pesquisa afirmando que muitos ribeirinhos, na ocasião dessas reuniões, já pressentiam as perdas (i)materiais com a implantação da UHEE, justamente pela dificuldade de comunicação entre a comunidade ribeirinha e o CESTE.

Para o CESTE, julho de 2002 foi o mês que o empreendimento registrou o Programa de Comunicação Social (PCS) o qual contemplava as seguintes ações: a criação do centro de informação, a distribuição de material impresso sobre o empreendimento, a realização de reuniões com a comunidade e suas instituições

organizadas objetivando-se, com essas estratégias, demonstrar junto às comunidades da área de abrangência que A UHEE “[...] representa mais energia e desenvolvimento para o Brasil e para a região onde a usina está inserida sob o compromisso da responsabilidade social e ambiental, com a implantação que visam ao desenvolvimento sustentável da área de abrangência da empresa” (CESTE, 2002).

Contudo, Sieben (2012), na perspectiva de compreender a atuação do Estado e da política energética na desterritorialização da comunidade de Palmatuba, pela Usina Hidrelétrica de Estreito, escreve que “[...] os atingidos pelas águas das barragens perdem sua territorialidade e sua identidade com o local” (SIEBEN, 2012, p. 14). Para esse pesquisador, o discurso oficial e as justificativas do poder federal estão “[...] atendendo aos interesses do capital nacional/internacional à custa dos recursos naturais e das populações expropriadas atingidas pelo lago artificial do reservatório da UHEE de forma direta e indireta” (SIEBEN, 2012, p. 61).

Assim, o discurso oficial envolto na bandeira do desenvolvimento sustentável “[...] é um discurso em moda com grande apelo social e ambiental. No entanto, abrindo-se as cortinas observa-se que este termo deve ser analisado com muito cuidado” (SIEBEN, 2012, p. 66), já que o termo desenvolvimento sustentável pressupõe-se erradicar a pobreza, melhorar a qualidade de vida da população, satisfazer as necessidades básicas, como por exemplo, educação, saúde, moradia e frente de trabalho.

Em consenso, os pesquisadores, Sieben (2012), Rocha (2016), Silva (2017) e Pitombeira (2018) asseguram que as estratégias discursivas adotadas pelo CESTE são persuasivas, pois buscam conectar a ideia de que as comunidades são atrasadas e o projeto da UHEE representa o desenvolvimento, a modernidade. Vejamos as semelhantes percepções: “[...] A barragem surgiu para substituir o processo de exclusão na qual estes sujeitos já se encontravam” (SIEBEN, 2012, p. 93). Uma vez que, “[...] a hidrelétrica de Estreito desde o licenciamento se faz à custa da discriminação e da marginalização dos atingidos pela obra negando o básico que é a informação” (ROCHA, 2016, p. 45). Nesse sentido, “[...] compreende-se que o poder do Estado foi executado a partir da dominação e da contra vontade dos impactados e dos demais moradores da cidade [...]” (SILVA, 2017, p. 91). Em conclusão, “[...] transgrediu os direitos dos cidadãos ribeirinhos, que, em função da violência simbólica estatal magistralmente articulada, tiveram que abrir mão de seus territórios original”. (PITOMBEIRA, 2018, p. 83).

O conceito social “violência simbólica” elaborado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (1989), segundo o que expõem Pitombeira (2018, p. 48), “[...] manifesta-se quando o dominado concebe como natural a dominação à qual se submete, por não dispor de conhecimentos necessários para pensar-se dentro de sua relação com o dominante”. Assim, para este sociólogo, “[...] a cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante. E para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto estabelece as distinções (hierarquias) legitimação da ordem estabelecida” (BOURDIEU, 1989, p. 11).

Curioso notar que semelhante condição de permitir/ser dominado se encontra no desvelar das narrativas, quando muitos vazanteiros ficaram eufóricos, em reunião com o CESTE, com a possibilidade da nova vida, afirmando, com isso, que eles não tinham consciência da riqueza que tinham em suas mãos. Além disso, não conheciam a linguagem técnica, teórica, ou seja, a linguagem marginalizadora adotada pelo empreendimento nos documentos elaborados pela EIA-RIMA, os quais foram apresentados junto às populações atingidas (ROCHA, 2016).

As ações deliberadas pelo consorciado, em pauta, fazem menção ao “[...] grupo dominante que impõe seu modo de produção e impõe a sua linguagem [...] faz parte da lógica do poder que se fundamenta na ideia do poder descendente, isto é, do poder que vem do alto e que deve mediatizar tudo” (RAFFESTIN, 1993, p. 183).

As percepções já citadas, convergem ao afirmarem que a construção do discurso oficial, ao longo do tempo, foi se construindo independente de qualquer relação com o real dos modos de vida dos sujeitos sociais interagindo com a natureza em seu entorno, às margens do rio Tocantins, pois, nessa relação de poder, “[...] a água é então um trunfo tão precioso quanto à vida que ela cria” (RAFFESTIN, 1993, p. 232).

Sieben (2012) expõe que as comunidades ribeirinhas, de modo em geral, são alvos de disputas políticas, e estas, por sua vez, as exploram de maneira econômica e emocional. Com efeito,

Observar-se que as próprias disputas políticas entre grupos políticos servem de certa forma de alento a estas comunidades carentes atingidas. Se por um lado certos políticos exploram a situação de forma econômica e política em proveito próprio, outros, no entanto, se aproveitam do desconforto destas populações também (SIEBEN, 2012, p. 92).

Dando continuidade ao nosso embasamento teórico,

Presume-se que tal fato se explica sob duas maneiras: a população reduzida do estado do Tocantins comparada a outros estados e também pela política coronelista e assistencialista que serve de angariamento de votos em todo o Brasil, contudo mais intenso nas regiões Norte e nordeste. Embora, tal proximidade não necessariamente implica em melhores condições de vida para a população (Idem, p. 92).

Contextualizando os fatos, Filadélfia contava, até o último censo (IBGE, 2017), com 8.856 habitantes. Além disso, segundo os participantes da pesquisa, a participação da comunidade filadelfiense em projetos sociais não é notável com a implantação da UHEE. Mas é notável o poder público municipal direcionar e gerenciar projetos sociais para gerir os seus próprios interesses.

De acordo com Sieben (2012, p. 98), “[...] de forma geral, a implantação da UHE de Estreito na perspectiva do Estado, percebeu-se um rol de justificativas em prol de sua implementação”. Podemos perceber que, pela lógica do empreendimento, as justificativas em prol do projeto da UHEE vão desde a aprovação das licenças ambientais¹⁰, uma vez que o empreendedor é assegurado pelas leis ambientais dessa forma: “[...] No licenciamento ambiental são definidas as condições para que o empreendimento cause o menor impacto ao meio ambiente e as comunidades ribeirinhas” (CESTE, 2002), como se as narrativas que apontam que a visão da comunidade filadelfiense não fossem consideradas no processo de desterritorialização que a forçou a sair de seus territórios de origem.

Pesquisando a Empresa de pesquisa Energética (EPE), que é vinculada ao Ministério de Minas e Energia do Governo Federal, o relatório do EIA/Rima informa que o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) confirma ter considerado, na época, as características “[...] físicas, biológicas e socioeconômicas da região onde se pretende implantar o empreendimento. São apresentados os impactos que poderão ocorrer e recomenda as medidas e programas ambientais para solucioná-los. [...]” (EPE, 2020). Mas, como dizem os participantes da pesquisa, se eles tivessem as considerado, a comunidade filadelfiense não teria sido impactada bruscamente.

10 Legislação Federal – Lei nº 6.938/81 a Resolução 237/ 97 do conselho do meio ambiente - CONAMA que estabelecem a competência do órgão licenciador, bem como os créditos para o licenciamento Ambiental.

Legislação Estadual Maranhão sistema Estadual do Meio ambiente – SISEMA formado por órgãos e entidades da administração estadual direta e indireta, que tem por finalidade a execução da política Estadual do meio Ambiente conforme a Lei Estadual nº 5.405/92 e o decreto nº 13494/93.

No estado do Tocantins, o controle ambiental é executado pelo Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS, autarquia criada pela Lei Estadual nº 858 de 26/07/96.

Recentemente, o CESTE noticiou a expressiva marca superior a 200 milhões de reais que foram repassados aos municípios de sua área de abrangência por meio da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos (CFURH), ou seja, os chamados Royalties, que é a forma de compensação pela exploração dos recursos hídricos na geração de energia elétrica. Conforme o CESTE, foi repassado ao município de Filadélfia nos meses de junho de 2011 a setembro de 2020, os valores equivalentes à somatória de R\$ 11.894.892,19.

Contudo, as narrativas revelam que a comunidade filadelfiense está à margem dessa compensação financeira. Nesse sentido, confirmando as pesquisas, segundo Pitombeira (2018), o empreendimento impactou diretamente dez municípios¹¹. Logo, o município de Filadélfia/TO perdeu 18% de seu território com a formação do lago artificial de Estreito. Ao pesquisar como são feitos os cálculos da compensação financeira por uso dos Recursos Hídricos e como esse recurso é rateado entre os municípios atingidos, considerou-se a distribuição dos Royalties insuficiente, “[...] visto que o processo de construção das UHEs, do início da implantação até o seu desenvolvimento, ocasiona grandes efeitos negativos aos meios bióticos, antrópicos, econômicos” (PITOMBEIRA, 2018, p. 103).

Outra contradição se evidenciou com as pesquisas de Silva (2017)¹², com base nas projeções disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro do meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis IBAMA (2001) que apontaram que o número de famílias atingidas na cidade de Filadélfia, é de dez famílias e o número de pessoas afetadas é de quarenta e uma 41. Contudo, pressupõe-se que as informações à disposição dos pesquisadores não correspondem à real situação dos municípios impactados.

O processo de licenciamento de implantação da UHEE representa a marginalização social das populações atingidas, a saber, os ribeirinhos, os assentados, os povos indígenas, os pescadores, os barraqueiros, as populações urbana e rural, e os camponeses em geral, e esta marginalização é demonstrada “através de inúmeras barreias impostas a esse público, em especial, minimizaram a importância dos impactos negativos decorrentes do empreendimento” (ROCHA, 2016, p. 46). Ainda “[...] cabe

11 Ver sobre o assunto na obra: PITOMBEIRA, Graziane de Araújo Pitombeira Carvalho. **UHE Estreito e os atingidos pela barragem** In: Da Ilha de São José ao Reassentamento coletivo Baixão: alterações nos modos de vida após a implantação da UHE/Estreito/MA, em 2012. Araguaína/TO, 2018.

12 Ver sobre o assunto na obra: SILVA, Súsie Fernandes Santos. A usina Hidrelétrica de Estreito e os municípios impactados. In: **A reterritorialização dos barqueiros de Babaçulândia/TO atingidos pela Usina Hidrelétrica de Estreito/MA.**

registrar que agravos à saúde associados aos impactos socioambientais geraram nessa população, sentimentos de frustração, medo, sofrimento e impotência,” (ROCHA, 2016, p. 100). Sentimentos estes que se encontram nos relatos a nós concebidos pelos narradores, em campo, confirmando que o processo de “desenvolvimento sustentável” imposto pelo empreendimento, representa ruptura na cultura e nos hábitos cotidianos dos filadelfienses.

Mantivemos o contato com o poder municipal filadelfiense, com o objetivo de obter o percentual de famílias atingidas neste município com a formação do lago artificial de Estreito, mas, em resposta, disseram-nos que não consta tal informação no arquivo municipal e quem poderia repassá-la seria o CESTE, mas este já tinha desativado o escritório de atendimento na cidade de Filadélfia.

O MAB afirma que o percentual de famílias atingidas informado pelo CESTE contradiz com a realidade dos municípios que foram altamente impactados pelo projeto da UHEE. Em outras palavras:

Segundo o CESTE, dos 2000 imóveis afetados, aproximadamente, 954 estão situados na margem do rio Tocantins. Porém o MAB tem registro de que são mais de 5000 mil as famílias atingidas. Considerando-se que a agricultura de subsistência está presente em quase todos os imóveis, estima-se que os impactos serão sentidos por todos aqueles que moram nas margens do rio (MAB, 2008, p. 3).

A senhora Judite da Rocha¹³, no momento da nossa conversa, nos informou que muitas famílias foram atingidas no município de Filadélfia, com a construção da UHEE. E muitas dessas famílias há quase 7 anos residem nos acampamentos Dom Bosco (município de Filadélfia/TO) e Inhumas/TO (zona rural do município Araguaianã/TO). Conforme a mesma, em média, cada grupo é formado por 35 (trinta e cinco) famílias filadelfienses.

Segundo a representante Rocha (2016), esses grupos de famílias representam resistência ao processo de implantação do projeto da UHEE, em razão dos impactos negativos sofridos por eles, como por exemplo, a perda de seus territórios de origem. “[...] Com isso, as comunidades vêm se organizando num processo de luta para construir uma pauta conjunta em defesa da vida e contra a construção desse projeto de morte” (ROCHA, 2012, p. 34). As pesquisas preliminares apontam que os grupos de famílias desterritorializados pela UHEE expressam a vivência do processo de

¹³ Representante do Movimento dos Atingidos pelas barragens no Estado do Tocantins.

desterritorialização, disputa pela terra, pela segunda vez, sugerindo novos estudos e pesquisas.

Em campo, observamos os participantes da pesquisa questionando o jeito de se fazer política na cidade de Filadélfia, e, para isso, usam a poesia como um instrumento de crítica social, para reivindicar os seus direitos enquanto cidadãos, pois, do ponto de vista deles, a comunidade filadelfiense é alvo do poder de persuasão “no jogo das compensações”, articulado pelos poderes estatal, federal, estadual e municipal. Logo, veem como uma das sequelas a manipulação do convívio social. Assim, para eles, “nesse jogo de interesses”, o rio Tocantins passou a ser um bem político, onde se perdeu a significação à vida cotidiana. Nessa relação de poder, o que se observa é:

A violência simbólica que, por força das ações do CESTE na e para a instalação da UHEE, sobreveio sobre os atingidos consubstanciou-se por investimento maciço na circulação de informações pedagógicas mobilizando simpatizantes para o empreendimento (PITOMBEIRA, 2018, p. 84).

Via de exemplo, tem-se a imagem da maquete da Orla de Filadélfia, a qual se encontra fixada na parede do gabinete do prefeito nas dependências do prédio da prefeitura municipal da cidade de Filadélfia, representando uma proposta de projeto desenvolvido em parceria com o CESTE e o poder público municipal.

Buscamos compreender o porquê desse projeto não ter se efetivado, mas fomos informados pelo poder público municipal que a proposta desse projeto faz parte dos programas e planos de gestões anteriores. Como se pode ver, neste contexto, os interesses capitalistas se sobrepõem aos interesses da comunidade filadelfiense, causando não somente os impactos sociais, ambientais e culturais no município de Filadélfia, mas, sobretudo, emocional. Em outras palavras,

Compreende-se que o poder do Estado, exercido pelo consórcio construtor através das empreiteiras que atuaram na região, foi executado a partir da dominação e do controle dos impactados e dos demais moradores da cidade, inclusive dos gestores públicos, representados pelos prefeitos e vereadores que pouco interferiam em prol da população impactada (SILVA, 2017, p. 91).

Como podemos observar, em todas as fases de aplicabilidade do projeto da UHEE, a exclusão se fez presente. Uma dessas fases foi o Programa de Comunicação Social, articulado pelo empreendimento.

A seguir, a fotografia apresenta a representação da proposta de projeto Orla Filadélfia. Lembrando que estes projetos compõem a paisagem da memória

traumatizante dos participantes da pesquisa em razão da desterritorialização sofrida por eles, como foi registrado no Capítulo 2 desta dissertação.

Esta exposição de projeto foi justificada em nome do desenvolvimento sustentável e da modernidade, mas, aos olhos dos participantes da pesquisa, a mesma representa a desapropriação indevida da beira rio das áreas urbana e rural no município de Filadélfia, causando tensão emocional na população afetada. E, no que diz respeito aos impactos ambientais, representa a supressão vegetal, perda da cobertura vegetal, perda de habitats naturais e afugentamento da fauna no município de Filadélfia.

Fotografia 9 – Projeto Orla Filadélfia



Fonte: Duarte, 2020.

A implantação do Projeto da UHEE e a ineficiência das políticas públicas, tanto Federal, quanto estadual e municipal, neste contexto, gerou perdas insuperáveis junto à comunidade filadelfiense, pois o ideal de desenvolvimento sustentável tão divulgado pelo consorciado, esteve, está e estará sempre na contramão frente à realidade filadelfiense.

Assim, pressupomos que, por não terem uma política efetiva em todas as esferas do governo, que possa, no mínimo, lhes garantir e/ou investir em infraestrutura social, urbana e cultural, os participantes da pesquisa guardam na memória as lembranças de um tempo em que viam e viviam compartilhando costumes e tradições à margem do rio Tocantins.

A partir de então, buscamos apreender as representações dos filadelfienses inerentes aos impactos ambientais sofridos com a formação do lago artificial de Estreito, tendo em vista que fazem parte da paisagem da Amazônia Legal, na perspectiva de compreendermos como a comunidade filadelfiense está se (re)adaptando à nova realidade paisagística em seu entorno, tendo em vista que “[...] nosso cotidiano é composto de lugares que nos transmitem emoções, eles estão presentes nos nossos passeios, nas nossas pausas, eles fazem parte das nossas lembranças” (PITTA, 2013, p. 22).

Ademais, as representações inerentes às fronteiras amazônicas revelam que “[...] A Amazônia tem como nova função a monocultura das águas para a produção de energia elétrica. E como todas as monoculturas brasileiras, esta é mais uma que atende aos interesses capitalistas” (SIEBEN, 2012, p. 80).

Então, sabemos que a paisagem filadelfiense está se transformando, por meio das práticas sociais, pós-formação do lago da Usina Hidrelétrica de Estreito, atribuindo-lhe novas representações e estas refletem diretamente no imaginário social o qual a representa. Sendo assim, por meio das narrativas, elencaremos na seção seguinte as representações dos participantes da pesquisa, sobretudo, os impactos ambientais causados com a materialização do projeto da UHEE.

3.2 Os impactos ambientais segundo as representações da população filadelfiense

Aos olhos dos participantes da pesquisa, a paisagem das águas do rio Tocantins represadas com a implantação da UHEE traduz o comprometimento tanto da sustentabilidade socioambiental como socioeconômica dos filadelfienses. Por isso, conforme os relatos testemunhos, os filadelfienses compõem a paisagem dos atingidos, pois os interesses capitalistas, em detrimento dos interesses dos ribeirinhos e das populações urbana e rural no município de Filadélfia, fizeram surgir outra paisagem num espaço onde “[...] a comunidade mantinha uma relação social, econômica e ambiental correta com a natureza” (SIEBEN, 2012, p. 67).

Conforme o relato do senhor Silva (2020), presidente da associação dos barraqueiros na cidade de Filadélfia desde 2014, com o represamento das águas do rio Tocantins,

O pessoal que vivia do extrativismo, o pessoal que colhia murici, o buriti, então, foi um impacto muito grande para as pessoas que sobreviviam de extrativismo ficaram parados, porque muitas pessoas viviam da estação das frutas para sobreviver, vendiam, então não tiveram mais e tiveram que ir embora, assim, a cidade ficou né um pouco parada no tempo (SILVA, 2020).

Para Simon Schama (1996, p. 23), a história do meio ambiente por vezes nos apresenta quadros desanimadores, e para que se bem os compreendam, “[...] expõe o mesmo quadro desanimador: Terras tomadas, exploradas, exauridas; culturas tradicionais que sempre viveram numa relação de sagrada reverência com o solo e foram desalojadas pelo individualista displicente, pelo agressor capitalista”.

Nesse sentido, Silva (2020) descreveu, em detalhes, a paisagem da degradação ambiental às margens do rio Tocantins causada pela construção da HUEE:

Eles destruíram muito, muita floresta de árvores nativas que tinha na beira do rio que fazia a contenção do vento; antes ventava quase não chegava aqui na cidade, agora, dá uma chuva vem derrubando tudo na cidade, porque a barreira natural foi destruída. Ficou difícil, até a questão do calor, a cidade não era tão quente, hoje, ela tá do tipo de Palmas, porque além da vegetação que eles destruíram tudo, o espelho da água também reflete muito quente aqui para cima, quando dá meio dia tem a sensação de quase 40 graus, você fica quase cozinhado (SILVA, 2020).

Semelhante percepção se encontra no conjunto das narrativas a nós concebidas pelos participantes da pesquisa, revelando-nos o quão é desanimadora a paisagem ambiental repugnante em que se encontram inseridos, devido os impactos ambientais sofridos por eles, com a formação do lago artificial de Estreito.

Esta percepção é explicada pelo fato de que, “[...] todo o conhecimento de que temos do mundo, o temos da percepção, por meio dos filtros dos sentidos, e da atividade cerebral, sob a influência de diversos aspectos como a cultura, a religião, as experiências prévias etc.” (SOUZA, 2013, p. 39). Experiências essas compartilhadas em meio à comunidade filadelfiense pós-formação do lago artificial de Estreito, no ano de 2015, em busca de uma solução que pudesse solucionar os problemas ambientais causados com a formação do lago de Estreito. Vejamos como foram registradas e divulgadas pelo canal de comunicação, T1 Notícias de Palmas/TO, em 2015:

Moradores de Filadélfia do Tocantins, entraram em contato com o T1 notícias para reclamar da situação instalada no município após a implantação da usina Hidrelétrica (UHE) de Estreito. A população cobra soluções para situação crítica em que se encontra a cidade (T1 NOTÍCIAS, 2015).

A seguir, a imagem que foi veiculada pela empresa T1 Notícias reforçando as cobranças feitas pela população filadelfiense, em busca de soluções em relação aos impactos socioambientais.

Fotografia 10 – Paisagem urbana da cidade de Filadélfia no ano de 2015



Fonte: Extraído de Bonifácio T1 Notícias – 2015.

Vê-se as imagens da paisagem insalubre à nova realidade. Como podemos observar, o olhar que a fotografou focou um espaço onde as casas de construções simples e os seus moradores, de modo em geral, estão expostos aos impactos ambientais sofridos com a formação do lago artificial de Estreito. Assim, por um olhar jornalístico, temos um recorte da paisagem urbana da cidade de Filadélfia, pós-formação desse lago, que, ao deleite do poder estatal, coloca à margem os excluídos, porque perderam seu chão e suas territorialidades onde se relacionavam de forma mais sintonizada com a natureza.

No que aborda o jornalismo, o projeto da UHEE informou que: “[...] o Instituto do Meio Ambiente e dos recursos Naturais e dos Recursos Naturais (IBAMA) afirmam que: pediu um estudo hidrogeológico, e o Consórcio Estreito Energia (CESTE) disse que: o canal de comunicação com a população está aberto” (T1 NOTÍCIAS, 2015). Contudo, as narrativas revelam e reforçam o quanto o Programa de Comunicação Social, decidido pelo CESTE efetivou-se excludente.

Conforme as representações dos participantes da pesquisa, o senhor Coelho apontou que a cidade de Filadélfia sofreu um impacto ambiental de grandes proporções,

o qual deixou a população local apreensiva. Inquietudes estas narradas pela senhora Audineid Mota de Freitas, ao relatar o cotidiano da população filadelfiense diante dessa paisagem invasiva:

Em relação aos animais na praia artificial, peixes, cobras, que não existiam, não eram tão frequentes; o povo tem reclamado mais das piranhas, às vezes tem dez (10) casos por dia; a última vez que estive lá, eu vi um sair com o pé bem estragado; já que é da comunidade faz parte. São coisas que a gente houve corriqueiramente, porque antes da barragem não tinha (FREITAS, 2020).

Além disso, conforme a mesma narradora, “[...] O pessoal fala muito do lençol freático, aqui não vai nem um metro pra dá água, casas que racham as fossas, que realmente, sobe muito rápido a água. Culpa a barragem, porque antes da barragem não tinha” (FREITAS, 2020). Semelhantes às reclamações encontram-se nos relatos testemunhos, como o do senhor José Aldo Aires Carneiro:

Realmente, aqui, Dona, um dos maiores problemas do nosso povo, na nossa cidade, é o lençol freático, principalmente, no tempo de chuva, o povo reclamando; tem muita gente que mora lá, por não ter recursos, e o CESTE, e nem a prefeitura faz nada pra ajudar essa gente. As casas tudo com rachadura; quando vão dá descarga, não vai não, volta tudo e aquela água toda lavando a rua. E a gente sabe que tudo isso aconteceu depois da barragem (CARNEIRO, 2020).

A falta de comunicação entre a comunidade filadelfiense e o CESTE se encontra descrita nos relatos que se seguem, revelando, com isso, a relação conflituosa entre as partes interessadas, no que diz respeito, às indenizações referentes aos impactos ambientais nas áreas urbanas na cidade de Filadélfia. Observemos o que dizem os relatos:

O CESTE veio fez reunião com a comunidade. A prefeitura às vezes chamava assim: convocava, assim, pra fazer reunião, mas de uma época pra cá não tive mais acordo, não. Eles falam que: o que tinha pra indenizar já tinham feito, mas esses problemas das rachaduras, tem um advogado Paulo Roberto, ele é filho da cidade, mora em Palmas. Ele também é um dos que toma frente, pra ver se consegue pelo mesmo, assim, que o CESTE dê alguma coisa para as pessoas reformarem a casa, né? Arrumar aquelas rachaduras (AIRES, 2020).

Além disso, as narrativas fazem referência à perda das territorialidades como, por exemplo, o pescado, pois “[...] em relação aos peixes; o povo diz: Ah, eu não quero mais comer desse peixe, porque o peixe está estragado, agora eu vou comer só peixe do reservatório” (FREITAS, 2020). Na sequência, as narrativas revelam também o sentimento de perdas causado pelos enganos ditos pelo discurso do poder estatal,

evidenciando, com isso, a representação da paisagem do caos social local. “[...] o CESTE disse que ia trazer progresso, que íamos melhorar que teríamos emprego. E você vê cada vez mais o povo indo embora, famílias indo embora; a culpa é da barragem” (FREITAS, 2020).

Outra narrativa reforça as representações das perdas coletivas, ou seja: “[...] a pesca foi impactada grandemente, a alimentação de subsistência acabou, ela não existe mais, e isso abriu um buraco terrível para nós, terrível, a fome aqui no nosso município é grande, ela é surpreendente” (COELHO, 2020). Em seguida, esse narrador fez a seguinte inferência: “Hoje nós sofremos um impacto muito grande, há luta realmente, até recuperar isso, talvez ainda tenha perspectiva dessa recuperação” (COELHO, 2020).

Efetivamente, o sentimento de culpa atribuído ao empreendimento da UHEE surgiu a partir das experiências dos participantes da pesquisa com o território em movimento, como, por exemplo, em relação aos problemas relacionados ao lençol freático povoando o imaginário filadelfiense com a paisagem do caos frente aos impactos ambientais. Assim, a narradora compartilha semelhante percepção com os outros participantes da pesquisa na cidade de Filadélfia:

Em relação ao lençol freático, a Filadélfia, toda, aqui, a maioria das casas tá com problemas de rachadura, inclusive a minha casa, aqui, que fica mais de 2 mil metros do rio. Todas as casas, aqui estão com problemas de rachadura, a gente acha que é por causa do lençol freático. A gente tem quase certeza. E eles já mudaram e deixaram a casa lá, porque não tinha mais condição, os banheiros com problemas a água voltava, as fosses enchendo, as rachaduras, os problemas de bicho, não davam mais conta de tanta cobra que entram em casa. Mas aí tem outros, que até hoje estão lá, aguardando a indenização (AIRES, 2020).

Percebemos que a relação conflituosa entre o poder público filadelfiense (municipal), o poder privado (CESTE) e o poder religioso filadelfiense, é descrita nas narrativas da participante da pesquisa, do momento em que se reporta ao passado filadelfiense (semelhante percepção já se encontra registrada no Capítulo 2 dessa dissertação) se faz presente à realidade atual, ou seja: “[...] da prefeitura pra baixo que eles fizeram a indenização mesmo, o pessoal teve que sair, mas a praça continua a igreja, a prefeitura também continua no mesmo lugar, mas sabemos que a área lá é do CESTE” (AIRES, 2020).

Logo, se há divergência entre os representantes do poder energético e político, certamente, há uma parcela da sociedade contabilizando os prejuízos dessa relação de poder. Assim, perguntamos qual é o papel da Igreja Católica, neste contexto, e se ela o

desenvolve além dos atendimentos paróquias, como o faz, pois, quando estivemos em visita ao interior da igreja na cidade de Filadélfia, fomos informados que o pároco estava a campo visitando a população do sertão, ou seja, “[...] vendo a situação desse povo, ouvindo falando [...]” (PINTO, 2020).

Retornando ao ato dessa relação conflituosa, fomos informados que “[...] inclusive no ano passado o CESTE tinha pedido o prédio ao prefeito, mas não o desocupou; a prefeitura continua lá; eles são proprietários dessas terras, da praça ali pra baixo o CESTE, é o dono” (AIRES, 2020).

Para compreender melhor esse conflito, registramos aqui, de acordo com a fala da senhora Maria do Socorro M. C. Aires, um fato ocorrido entre os sujeitos sociais que se encontravam às margens da sociedade filadelfiense (famílias desapropriadas de seus territórios, com a formação do lago artificial de Estreito), e o poder estatal, o CESTE, ocasionado pela disputa de territórios onde se encontram terras produtivas em desuso no município de Filadélfia.

É tem umas terras aqui pra baixo, acho que construíram né, para plantar e agora mais ou mesmo no início do ano eles mandaram tirar todo mundo, já tinha gente um tempinho morando, construíram barracão, estavam plantando feijão, melancia; a gente sabe que eles mandaram recolher todo mundo. Teve lugar, que eles chegaram passando por cima de tudo mesmo; com os carros, passando trator em tudo, derrubando barracão; as pessoas tiveram que sair, porque agora as terras agora são do CESTE, mesmo. Então, como se as pessoas tivessem invadido, mas as terras ficam sem uso, né? Não tinha ninguém morando, as pessoas mais carentes que foram pra lá, mas eles mandaram sair todo (AIRES, 2020).

Aqui reforçamos que “[...] a percepção ambiental trata de um sujeito que age sobre o ambiente, explorando-o ou se adaptando a ele, porque já o apreendeu como correlato à realidade, por meio de sua experiência com o mundo vivido” (SOUZA, 20213, p.38). Por exemplo: “[...] a barragem trouxe muitas complicações, a população fala que: não vou mais construir nada aqui. Não, vale a pena, construir em Filadélfia; depois dessa barragem tudo acabou” (FREITAS, 2020). Na sequência, a mesma narradora tem outra percepção sobre os impactos no modo de vida da comunidade filadelfiense:

Não é bem assim, também tivemos muitas coisas boas; tem gente que nunca ia comprar uma casa morando de inquilino na beira do rio; comprou uma casa, como muita gente que era dono de terra, que resolveu tanger gado com moto, e hoje não tem moto e nem terra, e nem nada. Teve gente que soube aproveitar da perda (FREITAS, 2020).

Mas, inesperadamente, há a percepção da paisagem transformada pela ação humana, despertando o sentimento de tristeza, isto é: “[...] o motoqueiro, o barqueiro; muito triste” (FREITAS, 2020), pois as narrativas ditam que ficaram sem o seu território, assim, como os ribeirinhos, e a parte da população urbana filadelfiense que teve que abandonar suas casas, seus costumes, seus amigos, suas plantações e animais de estimação. Por outras palavras, perderam suas territorialidades, e hoje os sonhos se encontram submersos nas águas do lago artificial de Estreito.

Em outros momentos, as falas evidenciam a divergência de percepção e compreensão entre o sujeito de fala e os sujeitos evidenciados pela fala que os representa, ou seja, “[...] mas tem muita gente que é preguiçoso que vivi a reclamar antes da barragem, aí usa a barragem como válvula de escape, para dizer que, não tem como crescer, porque não trabalha, aí falam assim: é porque tu tens trabalho” (FREITAS, 2020).

Por outras experiências com o lugar, e de mundo, onde muitas expectativas se tornaram pesadelos, o narrador descreve a paisagem das lamentações quando afirma:

[...] eu quem encabeçava, que existia suporte durante uns quatro ou cinco anos, eu fui ficando sozinho e acabou as forças, hoje, não existe resistência contra o grupo na região, eu resolvi calar a boca porque criei uma rede de inimizade muito grande, corria o risco de vida também (COELHO, 2020).

Ainda segundo esse narrador,

A sociedade semianalfabeta não lhe dá apoio, nesse sentido, não há entendimento. Eles vão chegando, cooptando outro, e dá uma fagulha pra um aqui, outra fagulha por outro ali. Como uma sociedade, muito pobre e como uma sociedade primitiva e semianalfabeta pode ajudar, e é muito fácil cooptar, então, eles chegam e vão se introduzindo (COELHO, 2020).

Nesse contexto, as narrativas revelam o jeito de fazer política no município de Filadélfia. Como disse o poeta Zequinha: “[...] aqui, costuma um partido político desfazer, o que a outra vez, durante o seu mandato, quando o outro ganha a política. E o povo não aguenta mais isso não” (AIRES, 2020).

Em relação a esse jeito de agir politicamente, ao descaso político, via de exemplo, a Fotografia 11 apresenta uma obra pública inacabada na cidade de Filadélfia, posterior ao processo de enchimento do lago artificial de Estreito. Sobre isso, vejamos o que as narrativas nos revelam a partir das experiências dos participantes da pesquisa com o espaço.

Fotografia 11 – Obra pública inacabada na cidade de Filadélfia



Fonte: Acervo pessoal de Freitas (2020).

Conforme o poeta José Benilson, esta obra foi projetada para o atendimento educacional, a qual se encontra na Avenida Jesus de Alencar. Como mostram os relatos: “[...] Era para funcionar aí uma creche integral [...] Aqui tem muita coisa começada e abandonada” (AIRES, 2020). Freitas (2020) diz: “[...] Olha professora, aqui era para funcionar uma creche, mas a confusão, aqui é grande.” Pereira ainda reforça que “[...] Aqui sobra espaços abandonados na cidade, a creche nunca vai terminar, mas porque já foi concluída no papel”. (PEREIRA, 2020). Nesse sentido, as narrativas levam à interpretação de que, quem paga a conta, neste contexto, é a população local. Do ponto de vista do pároco da cidade de Filadélfia, temos a seguinte reflexão:

Se formos analisar em lugar nenhum do mundo, ninguém doa um patrimônio desse aqui, de mão beijada. Aí não..., mas nós vamos desenvolver a cidade, nós vamos gerar projetos, nós vamos gerar emprego. Aí quando vieram trabalhar aqui... que não estão mais trabalhando, se gerar três empregos é muito (PEREIRA, 2020).

Semelhante percepção se encontra nas narrativas dos participantes da pesquisa, no momento que narram sobre os impactos ambientais sentidos em coletivo, em especial, ao fazerem referência ao projeto Orla de Filadélfia, o que corrobora com a interpretação de que “[...] o povo caiu num desânimo” (PEREIRA, 2020).

A seguir, a Fotografia 12 apresenta a paisagem atual referente à Orla de Filadélfia. Como nos relatou a professora Audineide M. Freitas (2020), “[...] à noite não é uma área tão iluminada, né? Esse espaço, ele é usado para caminhada, para

comemorar o dia da criança, pra corrida. Mas quanto ao momento de lazer, de sentar, os Hott's, tá observando a natureza não tem”.

Fotografia 12 – Paisagem Orla de Filadélfia



Fonte: Acervo pessoal de Freitas (2020).

Na continuidade, o pároco, ao fazer uma retrospectiva dos fatos que antecederam a formação do lago artificial de Estreito, nos relatou que:

Eles apresentam um projeto lindo maravilhoso, todo um marketing, eles têm também uma maquete linda; olha como realmente ficou o lago, o que tá gerando para a cidade, como tá funcionando? [...] o lago é lindo. Tá aí o lago lindo, muito lindo, mas é inviável. Quem usa aquilo ali, ninguém, não tem como usar (PEREIRA, 2020).

Será que essas percepções fizeram surgir, nas rodas de conversa na cidade de Filadélfia, a metáfora “o rio está morto”, ao ponto de nos ajudar a compreender as representações da população filadelfiense na paisagem de formação do lago artificial da Usina de Estreito? Pensando assim, na perspectiva de responder nossa indagação, na próxima seção elencaremos estas representações.

3.3 As representações da população filadelfiense na paisagem de formação do lago artificial da Usina de Estreito: “o rio está morto”.

Nesta seção, nosso objetivo é elencar as representações da população filadelfiense na paisagem da formação do lago da Usina de Estreito, as quais levam à

interpretação do “Rio morto”. Nesse sentido, pensaremos a representação a partir da percepção dos participantes da pesquisa, desvelando uma possível realidade em que se encontram inseridos coletiva ou individualmente.

Logo, pressupomos que as (trans)formações da paisagem do rio Tocantins, no âmbito do desenvolvimento da fronteira amazônica, possibilitaram novas percepções sobre a paisagem pensada como territorialidade em (re)construção. Por isso, acreditamos que foram atribuídos outros valores, a partir do ponto de vista daqueles que contemplavam a paisagem do “rio Tocantins vivo”, anterior ao empreendimento que materializou uma paisagem de concreto, a UHE de Estreito.

Sieben (2012) e Silva (2017) nos ajudam a pensar sobre essas transformações paisagísticas com a formação do lago artificial de estreito. Sieben (2012, p. 181) chega a afirmar que “[...] a perda do território e do sentido de lugar, representou a morte, pois muitas lembranças morreram com a destruição de elementos e símbolos”. Passado algum tempo, Silva (2017, p. 93) acrescenta que o processo de enchimento desse lago, fez despertar muitos olhares, via de exemplo, a percepção da população local, dos turistas, dos pesquisadores, entre outros que queriam registrar as alterações do lugar, pois “[...] para os que conheciam há anos a paisagem ribeirinha, as alterações impostas pela formação do lago representavam o fim de tudo”.

Neste contexto, de acordo com as narrativas, na percepção dos participantes da pesquisa, pensar a natureza envolta à cidade de Filadélfia, anterior à formação do lago artificial de Estreito, é remeter à natureza onde se contemplava a paisagem natural, ou seja, o curso do rio Tocantins seguindo o seu leito normal, desvelando as territorialidades efetivadas pelos vazanteiros, onde se praticava a agricultura de subsistência. Além disso, os participantes ressaltam em suas falas a paisagem das praias naturais atrativas aos olhos da população e dos visitantes à pacata cidade de Filadélfia.

Sendo assim, supomos que, aos olhos dos participantes da pesquisa, a paisagem local se tornou desagradável aos olhos deles à medida que as águas do rio Tocantins foram represadas. Além disso, nas rodas de conversa, eles dizem que “o rio está morto”. Em nosso entender, desvelam o sentimento de dor e perdas irreparáveis, como perdas humanas. Assim, a pesquisa já citada, conduzida por Sieben (2012, p. 14), corrobora no sentido de que essa concepção se revela porque “[...] as águas de uma Hidrelétrica encobrem toda uma história de vida”. Seguimos no curso dessa pesquisa, em acordo com Tuan (2012, p. 136), para quem “os lugares pelos quais possuímos afeição,

sentimentos, não precisa necessariamente estar visíveis [...] podem inclusive estar apenas na memória e nas lembranças individuais ou coletivas”.

Na continuidade, temos as reflexões de Luchiari (2001, p. 17) sobre a “morte da paisagem” que se aportam em duas posições: a primeira, a partir da ação do homem contemporâneo destruindo as paisagens tradicionais, pois “[...] a intensificação da ocupação humana sobre a superfície do planeta teria destruído degradado ou deteriorado muitas paisagens”; e a sua segunda posição “[...] É a inexistência de um modelo visual que nos permita apreciar e sublinhar a permanência (ou reprodução) de paisagens que temos à nossa disposição no mundo contemporâneo” (Idem, p. 17). Contudo, para essa autora as paisagens não morrem, pois,

A paisagem é ao mesmo tempo, ancorada no solo, modelada pelas transformações naturais e pelo trabalho do homem e, acima de tudo, objeto de um sistema de valores construídos historicamente e apreendido diferentemente no tempo e no espaço, pela percepção humana (LUCHIARI, 2001, p. 19).

Para Hall (2006), a tomada de consciência do eu se reforça na medida em que o outro se evidencia, e, nesse encontro de identidades, a identidade é mediada na relação do eu com a sociedade, surgindo, com isso, o sentimento de pertencimento ao lugar. Nesse sentido, este rápido aporte amplia o campo nas falas dos narradores: José Aldo Aires Carneiro e Hermísio Alecrim Aires que trazem em suas falas um diálogo onde as lembranças, os sentimentos de perdas, as rupturas são evidenciadas, ao fazerem comparações com o contexto histórico filadelfiense, relacionando-o ao passado, presente e em perspectiva. O senhor Zequinha (2020) iniciou o diálogo lembrando da paisagem natural do rio Tocantins.

A seguir, a Fotografia 13 apresenta a paisagem do verão no rio Tocantins, anterior à formação do lago artificial de Estreito. Observando, ao fundo da imagem, vê-se a Chapada das Mesas¹⁴ e, à sua direita, vê-se a cidade de Carolina/MA, a qual faz fronteira com a cidade de Filadélfia/TO. Olhando a imagem à frente, vê-se parte da rampa que dava acesso à balsa, para travessia de veículos e pedestres. Além disso, conforme descrito nas narrativas, observa-se os montes de areia branca que “brotavam”

¹⁴ A Chapada das Mesas fica no sul do Maranhão, quase que na divisa com o Tocantins, abrangendo uma área de 160 mil hectares nos municípios de Carolina, Estreito, Imperatriz e Riachão, além das formações de rochas de mais de 60 milhões de anos que possuem formato de mesas, daí a origem de seu nome. (Fonte: Carolina: O Portal Da Chapada Das Mesas | Torre da Lua Ecoturismo. Acesso em 23 dez. 2020.)

na temporada de praia, e no centro dessa imagem vê-se as águas do rio Tocantins, seguindo seu curso natural.

Fotografia 13 – Paisagem do verão no rio Tocantins anterior à formação do lago artificial de Estreito/MA



Fonte: Acervo pessoal de Hermísio Alecrim Aires (2010).

Retornando às narrativas, o senhor Zequinha (2020), em seu momento de fala, disse: “Tínhamos praia natural”. Já na percepção do senhor Aires (2020): “Tínhamos turismo puro”. Num momento de pausa, o senhor Zequinha (2020) relembra que “O rio fazia brotar os montes de área no meio do rio e o rio lavava a praia.” Nesse sentido, o senhor Aires (2020) ressaltou que: “Hoje é manual, há custos, porque o rio parou.” E com uma expressão preocupante o senhor Zequinha (2020) expressou: “E a mata que esse lago comeu!” Nessa continuação, o senhor Aires (2020) ressaltou que: “Tiveram que mudar os hábitos”.

As falas nos reportam novamente à fundamentação em Flores (2006) na relação dos ribeirinhos com o rio Tocantins, organizando a sociedade cujo modo de vida estava diretamente relacionado com o ciclo natural desse rio o qual se encontra nos relatos testemunhas do senhor Luis (2020), para quem “[...] antigamente tudo era na função do rio, mas os tempos mudaram e as preferências agora nas cidades, é que sejam longe do rio pra não sofrer tanto a influência das enchentes das vazantes que o rio trazia” (LUIS, 2020). Assim, buscamos apreender como os participantes da pesquisa estão se adaptando à nova realidade, já que as narrativas deixam em evidência a transformação

da paisagem do rio Tocantins e a necessidade de rememorar a história de vida da cidade em datas comemorativas.

Retornando às narrativas, os relatos testemunhos descrevem que, com a formação do lago artificial de Estreito, em 2011, alterou-se forma/paisagem, num passado não tão distante onde se contemplava a paisagem na temporada de praia “[...] brotar montes de areia no meio do rio” (CARNEIRO, 2020). E, à realidade atual, aos olhos da professora Audineid M. Freitas, participante da pesquisa, “[...] o rio não é o mesmo, represou as águas do rio” (FREITAS, 2020).

Da mesma narradora, as (trans)formações na paisagem do rio, que levaram à interpretação de ser outro rio, se deu porque “[...] a gente não vê mais as passagens do rio Tocantins, o seu ciclo natural, antes, sabíamos que era verão quando as águas baixavam e surgiam as praias, do mesmo jeito o ribeirão sabia o tempo certo de plantar e colher” (FREITAS, 2020).

Semelhante percepção se encontra na fala da senhora Maria do Socorro M. C. Aires, ao falar sobre as modificações na paisagem de verão tocantinense, do tempo em que se podia contemplar a grande extensão das praias filadelfienses. Mas “[...] hoje o espaço ficou pequeno. É que na outra a gente andava quilômetros de praia, agora ficou ali, só aquele lugarzinho, muito apertado. O pessoal sente a diferença” (AIRES, 2020).

Como relatou o senhor José Aldo A. Carneiro, “[...] hoje tá muito diferente, antigamente, até o pisar na areia era diferente. Pescar segurando a linha de anzol sentindo o peixe puxar na correnteza do rio. Tudo isso acabou. (CARNEIRO, 2020). Nesse sentido, o senhor Aires (2020) nos relatou que “[...] antigamente, a gente via as famílias indo ao rio para pescar; se queriam almoçar ou jantar, iam lá e pescava, hoje não tem mais isso, acabou e por isso, muitos passam necessidades, passam fome mesmo”, pois “[...] o capitalismo imposto para a construção da UHEE, produziu um aglomerado de problemas sociais. A falta de condições econômicas dos municípios gradativamente foi se agravando ao longo dos anos” (PITOMBEIRA, 2018, p. 92).

A Fotografia 14 apresenta a paisagem do verão no lago artificial de Estreito. E, aos olhos dos participantes da pesquisa, representa também a praia artificial. Por uma leitura de paisagem, ao fundo vê-se a Chapada das Mesas, mas, em comparação com a paisagem representada na Fotografia 13, percebe-se que parte da vegetação foi inundada pelas águas da represa, percepção esta compartilhada em coletivo pelos participantes da pesquisa.

Fotografia 14 – Paisagem do verão no lago artificial de Estreito



Fonte: Duarte (2020).

Por tratarmos da subjetividade dos sujeitos sociais em questão, é relevante apresentarmos os sentimentos saudosos de outrora que são expressos na fala da senhora Joaquina, a qual deixou transparecer o sentimento de apego ao local, pelo fato de o mesmo tê-la proporcionado somente coisas boas. Contudo, a nostalgia silencia a sua voz, mas ao mesmo tempo, se percebe também em sua fala, as expectativas de mudanças. Desse modo, a narradora nos relatou que: “[...] A minha história de vida é longa, aqui mais de 40 anos. Muita coisa boa, mas agora não tenho mais o que contar não. Acabou tudo deixa pra outra hora, quem sabe vai mudar a beira desse rio” (JOAQUINA, 2020).

Assim, foram carregados de expressões, lembranças e comparações que se deram os diálogos entre a pesquisadora e os narradores numa relação dialógica. No diálogo com Hall (2016), a representação é um ato criativo, nesse sentido, a linguagem representa os valores e significados de uma determinada comunidade. Em outras palavras, é um sistema totalmente representacional adotado por uma comunidade através de práticas culturais, porque, segundo esse pensador, a língua é dinâmica, além disso, mantém viva as comunidades tradicionais.

3.4 A paisagem na representação dos participantes da pesquisa com poesia

Nesta seção, nosso objetivo é elencar a paisagem na representação dos participantes da pesquisa com poesias, pois acreditamos que estas podem revelar como a comunidade filadelfiense está se organizando na nova ordem territorial em que se encontra inserida pós a formação do lago artificial.

No curso da pesquisa, observamos textos literários genuinamente filadelfienses descrevendo a paisagem local imersa ao caos social em todos os aspectos com a construção da UHEE. No nosso entender, as poesias são fontes literárias de cunho regionalista desvelando atitudes e valores, sobretudo, sobre o meio ambiente passado, presente e em perspectivas futuras, pois, como nos ensina Pinheiro Neto (2017):

[...] a análise da paisagem pela aproximação literária se aproxima muito pela reprodução fidedigna das relações, os textos literários buscam aportes para as construções das relações nas e das categorias científicas e colaboram no sentido de compreendermos como elas se formam (PINHEIRO NETO, 2017, p. 102).

Corroborando à nossa pesquisa, Raffestin (1993) afirma que os territórios por excelência são construtores do mundo material, e estes percebidos são frutos da imaginação/representação, porque foram construídos como valores de uso. Dessa forma, “[...] as representações podem ser manifestadas através de diversos tipos de linguagem: a linguagem natural para uma representação literária, a linguagem gráfica para o desenho, as diversas linguagens, simbólicas [...]”, levando-nos a compreender que a paisagem nasce do encontro entre o observador e o território material. Ou seja, “[...] a imaginação material produz paisagens que são, em última análise, formas de representações da natureza, através da produção de significados atribuídos à realidade natural” (RAFFESTIN, 1993, p. 38). De fato, “[...] a paisagem é produto das atividades dos homens, de acordo com a sua forma de vida, com conflitos e inovação” (SAQUET, 2007, p. 140).

Com isso, entendemos que paisagem e representação (i)material são um aporte teórico/conceitual apropriado em pesquisas nas áreas das ciências humanas, pois permite o diálogo entre elas, logo, paisagem é dada como um conceito polissêmico, sendo esta uma das mais clássicas categorias, cuja atualidade permite sua retomada de novas ressignificações.

Nesse sentido, retornando ao passado, sabemos que a história de vida e nascimento do rio Tocantins se encontra descrita nos textos literários, com descrições

mais poéticas e metafóricas e estas, por sua vez, são reveladoras, pois é facultado ao leitor compreender muito das relações sociais às margens desse rio, bem como a “[...] importância do rio Tocantins no imaginário popular e no cotidiano das pessoas da região” (FLORES, 2006, p. 11).

Ainda sobre o imaginário e as representações dos sertanejos que vivem no vale do rio Tocantins, sobretudo, os descritos nas narrativas literárias regionalistas, Medeiros (2012) ressalta que

[...] as fontes literárias sobrepõem representações, memórias, fatos e documentos, ficção revelando tanto experiência cotidianas na região dos vales dos rios Araguaia e Tocantins como questão diretamente vinculadas ao sistema de fazer política e a conformação socio-cultural dessa vasta região (MEDEIROS, 2012, p. 17).

Uma vez que as narrativas literárias, em especial, as regionalistas trazem consigo,

Uma das características fundamentais da denominada Literatura Regionalista é a aspiração a um realismo, um compromisso que o literato assume consigo mesmo e com a realidade onde está inserido. Dizendo de outra forma, um compromisso em expressar essa realidade, geralmente se valendo da memória, da história e da historiografia e nesse expressar conjuga os acontecimentos por ele acessado com um desejo de devir. É nessa interface entre o que foi e o desejo do que poderia vir a ser que atua o gênio criativo e criador do literário (Idem, p. 67).

Sendo assim, acreditamos que os textos literários descritos pelos participantes da pesquisa podem traduzir as informações sociais ao analisarem a realidade vivenciada pela comunidade filadelfiense pós-formação do lago artificial de Estreito, “[...] dando-nos dados suficientes para estudarmos as paisagens. Afinal de contas, a literatura sempre foi uma ferramenta de colaboração na pesquisa, especialmente, dos lugares e das paisagens” (PINHEIRO NETO, 2017, p. 90).

Com isso, acreditamos também que os textos poéticos descritos pelos participantes da pesquisa podem nos ajudar a responder nossas indagações em relação à (re)adaptação da população filadelfiense nesse cenário paisagístico transformado pela ação humana, neste últimos dez anos. Considerando também que “[...] os sentimentos topofílicos do passado estão irremediavelmente perdidos. Podemos agora conhecer alguma coisa sobre eles somente por meio da literatura” (TUAN, 2012, p. 172). Corroborando com esse entendimento, Pinheiro Neto (2017) reitera que

Podemos fazer um retorno no passado para mantermos vivos as tradições e valorizarmos, pela memória, os laços descritos pela arte, e pela narrativa literária, funcionando como fotografias dinâmicas alusivas as nossas relações topofílicas, construindo o construto da história e da identidade vivenciadas socialmente, [...] e ainda fortificam a íntima aproximação da relação entre a Literatura e a ciência para descreverem as mais variadas paisagens formadas do processo de desenvolvimento e estruturação de uma determinada sociedade (PINHEIRO NETO, 2017, p. 13).

Desta forma, por meio da leitura da obra *Rio Turuna* (1964), de ¹⁵Eli Brasiense, podemos observar a descrição da paisagem do vale rio Tocantins, evocada pela memória traumática de um dos seus personagens, o senhor Marcelino, ao recordar-se das viagens que fazia pelo trecho desse rio. Ao descrevê-la, o romancista evidencia os elementos naturais que compõem esta paisagem, o rio, o clima e as práticas cotidianas daqueles que viviam e residiam nas embarcações usadas por comerciantes impulsionando a navegação interiorana no curso desse rio. Na verdade, são descrições “[...] que dão conta do grande rio Tocantins, partem, inicialmente, de alguns pontos comuns: o meio de transporte utilizado, os obstáculos e perigosos encontrados” (FLORES, 2006, p. 90). Desse modo, Brasiense as descreve:

Marcelino recordou-se de uma vez em que quase perdera a vida, numa viagem de balsa, feita de talos de buritizeiros [...] o rio, nessa ocasião, já estava aluado, pelo efeito das chuvas constantes na região de seus principais afluentes. As balsas, embarcações de um primitivo sem era, tinham uma lerdeza tão grande que obedecia mais às correntezas do que a força das vogas e dos varejos. Nos rebojos e nos funis, rodavam como corrupios, entontecendo os tripulantes. Muitas vezes davam testadas perigosas nas pedras altas, até encontrar o canal seguro. Era uma rustica moradia boiante, onde se armava redes, cozinhava-se em local forrado com bastante areia, vendo-se a água nas frinchas da armação (BRASILIANSE, 1964, p. 44).

Agora, em forma de literatura de cordel, temos a obra de Domingos Izaías César Ribeiro¹⁶, em *Alerta Tocantins* (2006), evidenciando os elementos naturais humanizados que compunham a paisagem às margens do rio Tocantins, e suas territorialidades pela prática da agricultura de subsistência, além disso, a afirmativa: “a vazante florescia” nos remete à impressão dos participantes dessa pesquisa, ou seja, o rio Tocantins “vivo” porque, por nossa interpretação, florescer está relacionado à vida

¹⁵ Eli Brasiense nasceu na cidade de Porto Nacional, em 18 de abril de 1915. Autor de vários livros, entre eles *Pium*, *Rio Turuna* e *Uma pedra no fundo do Rio*, todos voltados aos temas regionais e tiveram o rio Tocantins e seus ribeirinhos como protagonista de todas as suas histórias.

¹⁶ Domingos Izaías César Ribeiro, nasceu na cidade de Xambioá – TO, em 1956, filho do pescador Raimundo Cametá e da lavadeira Martinha César. Ambientalista e escritor, publicou várias obras, dentre elas, *Viagem ao Tocantins*, *Araguaia e Itacaiúnas* em co-autoria com João Brasil Monteiro. Documentário. 1998, Migrante. Romance. 1986 e *Alerta, Rio Tocantins*. 2006.

em todos os sentidos desse modo de viver às margens desse rio descrito nas narrativas dos participantes da pesquisa. Como bem a descreve:

Alerta Tocantins

Nas margens do Tocantins
A vazante florescia
Melancia, feijão verde
Era o que se consumia
Tabaco ou fumo de rolo
Também se sobressaia
Produtos das hortaliças
Tudo isso produzia
(CEZAR, 2006, p. 12).

Agora, vejamos como os relatos dos participantes da pesquisa confirmam a descrição paisagística dessa paisagem de fronteiras descrita por este cordelista. “[...] Era assim que vivam, era uma cultura que nós tínhamos” (COELHO, 2020). “[...] Aqui na beira desse rio tínhamos as olarias, as plantações”. “[...] Uma comunidade inteira que desapareceu” (PINTO, 2020). Ou seja, perderam o modo de viver e suas territorialidades.

Em outros momentos, o repentista descreve a paisagem da geografia e de nascimento do rio Tocantins, evidenciando, com isso, as suas divisas geográficas, as quais fazem parte das histórias tradicionais da região em que muitos mantêm a tradição de contá-las nos momentos em que se reúnem com os filhos e amigos compondo as famosas rodas de conversa. Inclusive, os dizeres “o Tocantins que nascia” e “Esse não existe mais” nos levam à interpretação “rio morto”, e tal representação é pronunciada, nas rodas de conversa, na cidade de Filadélfia.

O Tocantins que nascia
Lá pras bandas de Goiás
Divisa com a Bahia
Também com Minas Gerais
Que descia majestoso
Tão bonito e tão voraz
Pra se encontrar com o Amazonas
Esse não existe mais (CEZAR, 2006, p. 5).

Nesse sentido, “[...] a riqueza maior nós perdemos, né, as vazantes, as praias naturais. O lençol freático é o problema, é o que restou pra nós, e agora é cada um aprender a conviver nessa situação, porque pelo que estamos vendo parece que não vai

ter mais remédio não” (AIRES, 2020). Vejamos como o repentista Jeferson Lima da Silva¹⁷ descreveu, em forma de cordel, a realidade atual na cidade de Filadélfia.

Desprovida cidade

Filadélfia é uma cidade que fica do lado Norte
Apesar de antiga não alcançou muita sorte
Pois a barragem de Estreito veio lhe trazer a morte

Quando a barragem chegou trazendo destruição
Contando muita conversa falando em preservação
Enganado e oprimindo a sofrida população

Até hoje tem resquícios dessa grande tempestade
Que muitos foram se embora deixando grande saudade
Mesmo que pagassem milhões não valeria metade
Isso foi à covardia da barragem de Estreito

Que enganou muita gente
Enganando seus direitos
De quem perdeu cause tudo
Inclusive seu respeito (SILVA, 2020).

A liberdade poética do repentista descreve a paisagem do caos frente à nova realidade na cidade de Filadélfia, ao relatar as vivências e experiências com o espaço em (trans)formação pela ação humana, revelando, com isso, os problemas sociais e ambientais, o sentimento de perda sentido e compartilhado em coletivo. É nesse sentido que “[...] a literatura, enquanto arte e linguagem intimamente relacionadas à condição e existência humanas revela o mundo sentido e subjetivamente concebido” (PINHEIRO NETO, 2017, p. 102).

Aqui, reforçamos que buscamos compreender, por meio da literatura regional filadelfiense, a paisagem local à nova realidade de ressignificação atribuída pelo ser poeta, pois, segundo a concepção do poeta José Benilson E. S. Pinto, “[...] o poeta além de deixar a poesia falar por si só, ele convida a sociedade para exemplificar o argumento visível do descaso com as artes, saúde e educação de um povo que às décadas ficou submisso a uma política de cultura míope para os olhos contemporâneo” (PINTO, 2011, p. 5). Por outras palavras, “[...] Os poemas são direcionados a discernir contra ao sistema absoluto de fazer política na Filadélfia, desde 1949 quando nomeou o primeiro chefe do executivo municipal até os anos atuais” (Idem).

¹⁷ Jeferson Lima da Silva nasceu na cidade de Carolina/MA, em 1970, há trinta anos (30) na cidade de Filadélfia. Conforme a sua autobiografia, “[...] Tem grande amor pela cidade de Filadélfia e muito contentamento em ter essa oportunidade de compartilhar e expressar os sentimentos e pensamentos tanto da cidade como da região e também compartilhei esse sonho com os demais poetas que estão participando e poderão surgir futuramente” (SILVA, 2020).

Nesse sentido, para Pinheiro Neto (2017), o texto literário é a representação da realidade vivida pelo escritor. Sendo assim, no poema *Percepção*, escrito no de 2011 por José Benilson E. S. Pinto, podemos compreender a descrição da paisagem local à nova realidade na cidade de Filadélfia à margem esquerda do rio Tocantins.

Por nossa interpretação, a visão do poeta abarcou a paisagem do rio Tocantins: território de fronteira, divisa com os Estados do Maranhão e Tocantins, acolhendo diferentes culturas. Compreendemos que as expressões: “do lado de cá” representa a cidade de Filadélfia/TO à margem esquerda desse rio e “do lado de lá” representa a cidade de Carolina/MA, ambas iluminadas pelo espelho de águas claras que é “o rio vivo”, descrevendo os quadros paisagísticos onde se desenvolvem as tramas das práticas sociais na paisagem local, “[...] na própria apresentação de práticas sociais que lhe dá novo conteúdo, transformando-a em espaço geográfico” (LUCHIARI, 2001, p. 12). Com isso, descreve a (trans)formação da paisagem do rio Tocantins a partir dos elementos (i)materiais. Nesse sentido, o poeta descreve:

Percepção

Há dois cais
 Um do lado de cá é o Tocantins
 O do lado de lá é o maranhão
 Branco igual um véu
 Entre eles existe um espelho
 Refletindo as iluminarias e as estrelas do céu
 É um liquido vivo
 Que é o rio.
 Desviando entre os rochedos
 Com águas meigas
 Quietas e cinzentas
 Parece estar de sentimento
 As suas margens
 O verde da esperança
 A areia branca
 Porém, não é preconceituosa.
 Nela deita preto e branco
 As pedras decoram o cenário
 Sol desaparece aos olhos do observador
 Causando imensa dor
 A noite chegou aparece os pivôs:
 Vereador, alunos e professor.
 Contrapartida
 Vem-se a brisa
 E também a bebida
 Relaxando o corpo e diminuindo o calor
 A moçada sentada
 De pernas cruzadas
 Nos bancos da praça
 Narrando aventuras de amores e desgraças
 As melodias preenchem os vazios
 E os cigarros convidam outros para os cios

E os pirralhos brincam de correr e pular
 Sem preocupação particular
 Os cheiros das frituras dos peixes
 Superam os perfumes das mulheres.
 As plantas estão dóceis e imóveis
 Nos canteiros, de propósito.
 Capitando os segredos humanos.
 Os bares enfeitados pela modernidade
 Lucrando da natureza com propriedade.
 Com essa paisagem
 Transforma o cais
 Num cartão postal
 (PINTO, 2011, p. 32).

Na obra literária *Danças dos Canibais*¹⁸, de José Benilson E. S. Pinto¹⁹, o poema “Danças dos Canibais”, publicado no ano de 2011, revela a oposição contra o sistema absoluto de fazer política na cidade de Filadélfia/TO. O autor versa que: “[...] selvagens as famílias disputando a sucessão. Para se apossar do poder, constantes são as reuniões e as estratégias, para dominar o povo da terra” (PINTO, 2020). Por isso, a dedicou “[...] aos filadelfenses que lutam pelas causas sociais deste município” (Idem, 2011, p. 2). Nesse sentido, “[...] a literatura serve para criticar o Status quo; tendo em vista uma melhor justiça social” (PINHEIRO NETO, 2017, p. 89).

Na concepção desse poeta sertanejo, “[...] são os verdadeiros canibais; o povo daqui dessa cidade, das pequenas cidades pequenas, ela destrói todo mundo, ela manda na tua comida, ela manda no teu namoro, ela manda no teu lazer; come a gente” (PINTO, 2020). Nesse sentido, “ela” influencia no processo de formação da identidade ribeirinha através da exclusão social de classe, nos revelando a paisagem excluída. A face desse contexto, reportamo-nos às reflexões de Medeiros (2012) para quem,

Pensar uma “identidade ribeirinha” significa problematizar tal identidade circunscrita a um determinado espaço, no caso, uma região específica restringida especialmente por um elemento natural: o rio. Tal problematização deveria levar em conta que qualquer marco “natural” para uma região é antes de qualquer coisa uma escolha política feita ao sabor de determinados interesses de grupos e ou classes (MEDEIROS, 2012, p. 44).

Na letra do Hino de Filadélfia/TO, percebemos a paisagem do território de referência que corresponde ao (i)material revelando-nos a afetividade do ser em si, com o meio que o cerca. Em acordo com YI-Fu- Tuan (2012, p. 42), entendemos que “[...]”

¹⁸ O livro *Dança dos Canibais* faz parte do Projeto Filadélfia lendo, confirmado pela Ata da conclusão desse projeto, em 24 /01/ 2013.

¹⁹ José Benilson E. S. Pinto, nasceu na cidade de Filadélfia – TO, em 13 de agosto de 1971, professor, poeta, autor de vários livros: *Danças dos Canibais* (2011), *Noite de primavera em Filadélfia* (2009), *Barraria* (2016), dentre outras, todos voltados ao tema regional e tiveram a comunidade filadelfense como protagonista de todas as suas estórias.

para viver, o homem deve ver algum valor, em seu mundo”. Sendo assim, vejamos, a descrição direta do ser filadelfiense na sua íntima relação com o espaço, na letra do Hino oficial da cidade de Filadélfia/TO cuja letra e arranjo musical são organizados pelo compositor Lucimar Pereira dos Santos²⁰ (2016):

Sou Filadelfiense, tocantinense eu sou
Cerrado, caatinga sou da capital do amor
Do ribeirão Arraias, da Praia do coqueiro
João Aires, Bielândia, meu povo simples, ordeiro
Amaro e Gameleira, Cana brava e Caracol
Ipê roxo e angico, solo rico, chuva e sol
Da linda Barraria, Rodeador, Grotão
Te amo Filadélfia terra do meu coração (SANTOS, 2016).

Nessa perspectiva, para o senhor Coelho que nasceu e se criou no sertão maranhense, na fronteira da Amazônia legal, “[...] você pode fazer o que for, mas o sertão não sai de você” (COELHO, 2020). No nosso entender, são representações, como diz Tuan (2012), as imagens da topofilia derivadas da realidade sertaneja inspiradas pelo apego ao meio ambiente no contexto das finalidades de suas vidas. Na continuidade, por José Benilson E. S. Pinto, o ser filadelfiense é “Árvore do cerrado” descrito em forma de poesia.

Árvore do cerrado

Na cidade do amor fraterno
Alguns homens e mulheres
Perdem o brilho da prosperidade
Na política e educação e na contabilidade
Devido não manter a palavra
Bons costumes e a moral
Importam orgulho
Exportam humildade
Pessoas de bastantes diversidades
Sabem vencer as dificuldades
Revigora seu patrimônio menos a moral
Mediante a uma nova oportunidade
Reprime o restante da irmandade
Filadelfiense é como árvore do cerrado
Apesar das queimadas
Do machado feros do lenhador
Na estiagem do mês de agosto
Árvore se regeneram com fertilidade
Volumosa por folhas viçosas
Chegando a produzir fruto aromático.
Portanto é preciso
Possuir raízes profundas

²⁰ Lucimar Pereira dos Santos nasceu na cidade de Filadélfia, em 11 de março de 1961, cantor e compositor, gênero MPB, sertanejo romântico, compôs várias músicas; dentre elas o Hino Oficial de Filadélfia.

Para superar a estiagem do cerrado (PINTO, 2011, p. 24).

Além disso, o poema, “Árvore do Cerrado” nos revela a paisagem social filadelfiense imersa ao caos social em todos os aspectos pós-formação do lago artificial de Estreito efetivada em 2011, carregada de sentimentos de perdas, de atitudes repressoras, lamentações e resistência. Esboça o conjunto dos versos anteriormente colocados no olhar crítico do poeta Pinto (2011) que, na contra mão do sistema político regional, resistindo à ruptura causada pelos impactos coletivamente, sofridos por eles, evidencia o ser filadelfiense “[...] contra o sistema absoluto de fazer política na cidade de Filadélfia” (PINTO, 2011, p. 5).

As memórias subterrâneas estão invadindo ou estão ensaiando invadir o espaço público filadelfiense por meio da poesia crítica registrada pelo poeta e professor José Benilson, pós-formação do lago artificial de Estreito, descrevendo aqueles que não demonstram apego pela terra e, por terem condições políticas, intelectuais e materiais, souberam lucra com as indenizações, assim, são descritos como:

Covardes são aqueles que omitiram da luta
 Contra a ideologia dominante
 Bravos os libertários das chicotadas
 Do aumento das horas de trabalho e a redução do salário
 Rude os filhos que fugiram dos círculos de marginalização
 Voltando não levantaram bandeiras contra a exploração
 Neutralizam as religiões
 Usando a mais sádica doutrina
 Aterrorizando a população (PINTO, 2011, p. 9).

Dessa maneira, “[...] as poesias, elas são repassadas em momentos particulares, fora do ambiente escolar. Esses momentos são em praça, em porta de panificadora de café da manhã, roda de conversa e chega até as crianças. As crianças vão adaptando” (PINTO, 2020).

Como nos relatou este poeta que, desde criança, gostava de ouvir histórias contadas pelos mais velhos, sobretudo, sobre a violência do sertão, ele foi se adaptando ao ouvir histórias e, por isso, despertou-lhe o desejo de poetizar “Ponta-de-Pedras”, a paisagem das lamentações e ilusões:

Ponta que cortou
 Feriu e matou
 Ilusões do carrasco
 Local de extermínio histórico
 Remanso de pavores
 Ceva de peixes
 Santuários dos pescadores
 Praia de lajes

Cresce às margens
Do rio Tocantins
Violentas correntezas
Impendem os motores
As águas fortes
Desliza nas pedras
Produzem vozes
De ecos infernais (PINTO, 2011, p. 37).

Os versos revelam a descrição física do lugar, e o desvelar poético descreva a construção dessa paisagem, o ser sertanejo na sua íntima relação com a natureza à paisagem natural do rio Tocantins.

Desse modo, acreditamos que esse jeito poético de socializar as memórias de criança é desvelar imaginação, pois “[...] paisagem é a obra da mente” (SCHAMA, 1996, p. 30). Além disso, “[...] a criança recebe do passado não só dados da história escrita; mergulha suas raízes na história vivida, ou melhor, sobrevivida, das pessoas de idade que tornaram parte na sua socialização” (BOSI, 1994, p. 73). Compreendemos, nesse sentido, que, “[...] a partir da literatura a nós são permitidos perceber as sensações, visões e representações do mundo a nossa volta com maior facilidade” (PINHEIRO NETO, 2017, p. 104).

Em outros momentos, temos em forma de poesia de lamentação/alerta, a descrição das consequências negativas com a chegada da barragem na cidade de Filadélfia/TO, onde as certezas, ora incertezas, em relação ao futuro da comunidade filadelfiense e dos ribeirinhos eram latentes à época, pois, segundo a visão do senhor José Aldo Aires Carneiro²¹, as famílias ribeirinhas perderiam seu modo de viver e sobreviver às margens do rio Tocantins, levando-nos a compreender que estas famílias viviam da agricultura de subsistência.

Desse modo, esse narrador registra o seu sentimento de pesar e, ao seu modo peculiar de viver, ser e perceber a paisagem à sua volta, descreve a paisagem da “Mangueira centenária”, em forma de poesia.

Eu tenho dó de toda situação
Vai acabar a mangueira
vai ser triste a reclamação
Porque a mangueira é uma sombra melhor do sertão
Com essa barragem danada vai ser a maior confusão

Vai acabar com a mangueira

²¹ José Aldo Carneiro Aires, lavrador, poeta, natural de Filadélfia – TO, nascido na fazenda Vão grande, município de Filadélfia, em 11 de outubro de 1950, ao definir seu jeito poético, ele o definiu ser livre.” “Minha inspiração é a natureza” (AIRES, 2020).

Vai acabar com os ribeirinhos
 Vão mudar a região
 Ninguém sabe direito quem recebe o dinheiro os tostões
 Às vezes fico pensando não dá pra viver
 Vai ser triste a lamentação

Fico pensando
 A barragem que tá chegando agora
 Que triste a situação
 Essa barragem do Estreito vai ser uma confusão
 Vai desacertar os ribeirinhos
 Que moram nessa região
 vai cair fora daí
 Vai ser triste a situação

Criando de filho a neto comendo abobra e mamão
 Tendo a fartura isso em sua mão
 Vão perder vai ser triste a situação
 Porque não tenho pra onde ir
 vai ser gemido e dor.
 É triste saber que o conforto acabou (AIRES, 2020).

Assim, consideramos que as representações poéticas dos participantes da pesquisa na paisagem revelam que a comunidade filadelfiense não está se adaptando frente à nova realidade que os cerca, mas, sim, despertando-lhes novas percepções e estas estão levando-nos à interpretação de um novo arranjo territorial, descrito na literatura regional filadelfiense, em forma de poesia crítica, descrevendo a paisagem do caos social filadelfiense:

PERIFERIA
 Onde mora os excluídos
 Berçário de fome e doença
 Veste maltrapilho
 Portadores de várias enfermidades.
 Vivendo abaixo da linha da pobreza
 Lembrados apenas no período eleitoral
 Para a elite preconceituosa
 Vem ser considerado lixo social
 Fala que estão vivendo civilizado
 Aqui na periferia este homem
 Ainda está no seu estado primitivo
 Povo forte no seu estado primitivo
 Povo forte e guerreiro
 Sabe fazer da miséria
 Caminho para superar as dificuldades
 (PINTO, 2011, p. 26).

Sujeitos sociais que vivem às margens da elite filadelfiense, impactados em todos os sentidos que os levem a compreensão de viver e sobreviver, neste contexto, onde os impactos ambientais os privam dos modos de produção em que a paisagem era materializada pelo pescado, pelas plantações pelos barraqueiros, pelo comércio local, na temporada de praias, entre outras práticas de sobrevivência,

Ao que é vivenciado pelo sujeito. Neste caso, a abordagem fenomenológica sobre um problema ambiental não estará focada no problema ambiental em si, mas no problema ambiental conforme vivido, experimentado por moradores, usuários ou gestores de um dado local (SOUZA, 2012, p. 40).

Sendo assim, na próxima seção, elencaremos as representações dos participantes, em relação à nova organização territorial na cidade de Filadélfia, pois pressupomos que a nova ordem espacial despertou novas percepções e representações sociais depois das transformações da paisagem local.

3.5 As representações da população filadelfiense na paisagem atual frente à nova realidade local

Aqui, nosso objetivo é apresentar as representações dos participantes da pesquisa por meio das narrativas à nova realidade local, em relação à paisagem e representação (i)material, porque pressupomos que, por seus olhares, eles contemplam a paisagem do rio Tocantins, como sendo essencial e estruturante do território em suas múltiplas territorialidades, emoções e perspectivas vivenciadas.

Para Santos (1988), a paisagem está centrada, ao todo que a contemplamos, a vista que a dimensão da paisagem corresponde à dimensão da percepção. E, por assim ser atribuída, é que assumimos como categoria central da nossa pesquisa, pois “[...] esta pode ser definida como o domínio do visível”. Nesse sentido, “[...] paisagem é um conjunto de formar heterogêneas, de idades diferentes, pedaços de tempo históricos representativos das diversas maneiras de produzir coisas, de construir espaço” (SANTOS, 1988, p. 61). Por isso, a paisagem é propícia à visualização e significação das mudanças.

Assim, a paisagem deve ser compreendida no âmbito das manifestações inerentes ao espaço geográfico como instância maior da sociedade e produto das relações dinâmicas, resultantes dos elementos de origem natural e humana (i)materializados num determinado espaço e tempo (MAXIMIANO, 2004).

Aos olhos da geografia cultural, “[...] a paisagem sempre representou a expressão do sentido que a sociedade dá ao meio” (LUCHIARI, 2001, p. 11). Além disso, as representações da paisagem revelam a dimensão cultural das sociedades, em meio às suas práticas sociais e culturais, pois “[...] as paisagens são imagens da mudança, como produto de processos sociais, do modo de viver e produzir sobre formas econômicas, políticas e culturais” (SAQUET, 2007, p. 141). Dessa forma, a paisagem

apreende uma abordagem ampla por oferecer reflexões sobre aspectos simbólicos, culturais, históricas e multiescalares.

Referente ao território e à territorialidade, Saquet (2007) comenta sobre o território como leitura de mundo:

O território pode ser pensado como um texto num contexto, como lugar articulado e lugares, por múltiplas relações, econômicas, políticas e culturais; é movimento e unidade entre o ser e o nada, (i)materialmente. É desconstruído e reproduzido, num único processo. Há sujeitos e, concomitantemente, transformação do ser em ser-outro, no mesmo movimento de formação de território. Eu estou e me realizo, na interação, relação, com outros sujeitos, num vai-e-vem que se objetiva e subjetiva, constantemente, num único movimento, todos os dias (SAQUET, 2007, p. 163).

Aqui cabem as reflexões de Rufino (2017), as quais nos levam a pensar nos aspectos que ditam a paisagem desse espaço, centrados nas relações sociais e práticas culturais desenvolvidas no âmbito da fronteira Amazônica, que logo devemos contemplar o contexto amazônico, a partir das vivências humanas, ou seja:

[...] Uma Amazônia intensamente ocupada por diferentes grupos sociais (índios, populações remanescentes de quilombo, ribeirinhos, pescadores, artesanais, carvoeiros, seringueiros, castanheiros, coletores de açaí, quebradeiras de coco babaçu) urbanos e rurais (RUFINO, 2017, p. 17).

Dessa maneira, acreditamos que a paisagem e a representação (i)material podem ser objetos de (re)interpretações por percepções diferentes, evidenciando semelhanças aparentes e diferenças essenciais entre pesquisadores da mesma área de conhecimento ou áreas distintas, na perspectiva de corroborarem na construção de novas abordagens em torno da paisagem e suas representações. Em outras palavras, “[...] de qualquer maneira é mais uma grande questão que fica em aberto para futuras reflexões e pesquisas” (SAQUET, 2007, p. 146).

Nas pesquisas de campo, percebemos o quão os sentidos dos participantes da pesquisa estão voltados à paisagem do rio Tocantins, em razão dos impactos de várias ordens à vida da população local com a formação do lago artificial de Estreito. Em razão disso, está presente em suas narrativas a percepção da paisagem da cidade que parece ter parado no tempo, em virtude da ação do homem transformando a paisagem do rio Tocantins em sua paisagem “morta” que refletiu de forma muito mais negativa que positiva no modo de vida filadelfiense.

Em campo, registramos a narrativa do senhor José Aldo A. Carneiro contemplando a paisagem urbana filadelfiense, o qual, aparentemente, parecia não

acreditar ou não aceitar o que seus olhos viam, chamando a nossa atenção para a (i)materialidade que o cercava, como afirma: “[...] veja como ficou a cidade, aqui, é pequeno; a cidade parou” (AIRES, 2020). Aqui percebemos que o contexto material transformado despertou nesse narrador, o sentimento de perda, porque, “[...] altera a forma/paisagem e introduz novos objetos, funções, valores e intencionalidades” (LUCIARI, 2001, p. 14), alheios ao seu modo de referência.

Filadélfia é uma cidade com pouco mais que 8 mil habitantes (IBGE, 2017). Aos olhos do visitante é uma cidade pacata onde é habitual ver os residentes se acomodarem nas cadeiras em frente à porta principal de suas casas, dialogando com os seus familiares e vizinhos, isto é: “[...] Essa vida de lar com as portas abertas, de falar com todo mundo, de cumprimentar todo mundo, de viver essa vida simples mesmo, sem aquela correria” (COELHO, 2020).

Aos olhos da Sr.^a Maria do Socorro M. C. Aires, esse jeito de viver na simplicidade, é justificado pela dimensão efetiva de viver no espaço urbano, ou seja, “[...] aqui a cidade é pequena, mas depois que saiu a estrada, aqui fica perto de Araguaína, não tem distância. Então, você sai daqui, e em uma hora tá lá; você resolve tudo” (AIRES, 2020). Ou seja, a transformação da paisagem, nesse contexto de fronteira, aos olhos da narradora, rompeu fronteiras, no sentido de aproximar os lugares.

Quando a narradora fala da facilidade de acesso a Araguaína para resolver problemas da vida, refere-se, inclusive, ao acesso moderno da estrada asfaltada. Uma pista aqui é: as pessoas querem o progresso ou modernidade, mas não a perda das suas raízes tradicionais como a “vida boa”, no sentido de apego com o espaço de convivência onde todos se conhecem e compartilham as melhores lembranças dos bons velhos tempos de criança. Afinal, “[...] minha infância, aqui, foi muito boa, tranquila, brinquei daquelas brincadeiras de roda, de boneca, de tudo que eu tinha direito, brinquei com os colegas com os vizinhos, brincava muito na rua” (AIRES, 2020). Como diz Tuan (2012), é o apego com o meio ambiente.

Tanto é assim, que a narrativa a seguir confirma, na fala da professora Audineid Mota Freitas, a experiência pessoal com o local: “[...] aqui o que o dinheiro não paga é a calma, e voltar para casa é cômodo, ficar sentado conversando é tranquilo; esse silêncio, essa paz, essa não existência de “violência” é o que mais chama atenção [...]” (FREITAS, 2020). Assim sendo, essa não existência de “violência”, entre aspas, foi o que mais chamou a nossa atenção em campo. Em razão disso, percebemos que [...] é

preciso um esforço especial para provocar a empatia em relação aos valores dos habitantes (TUAN, 2012, p. 97).

Então, sabe-se que a construção da paisagem é histórica, e os elementos visíveis dessa paisagem tendem a representar a realidade dos sujeitos sociais unidos pelas relações sociais entre seus pares, onde eles sentem, vivem, sobrevivem e compreendem o entorno em que se encontram inseridos, ou seja, “[...] uma apropriação social do ambiente [...]” (SAQUET, 2007, p. 142), no sentido de refletir sobre os laços afetivos dos sujeitos sociais com o meio ambiente, em sua cotidianidade. Desse modo, para a narradora, a “[...] primeira coisa é entender a nossa cidade, porque eu era menina, já ouvia falar da construção dessa barragem. Eu cheguei da faculdade e essa história aconteceu, tempo” (FREITAS, 2020). Assim, apreender como se deu a formação da paisagem urbana de Filadélfia, na produção da paisagem humana às margens do rio Tocantins, é perceber esse território como produto histórico.

No conjunto das narrativas, a materialidade da paisagem filadelfiense atual reflete o ambiente vivido percebido pelos participantes da pesquisa, em razão da transformação da paisagem do rio Tocantins com a formação do lago artificial de Estreito. Vejamos a seguir como essa materialidade se evidencia nas falas: “[...] tínhamos as praias naturais, agora, o que temos é a artificial. Então, depois que veio a barragem, a nossa praia natural acabou” (AIRES, 2020). Além disso, “[...] Tínhamos uma riqueza em nossas mãos, as vazantes, hoje, não a temos mais” (COELHO, 2020). Então, “[...] professora, basta olhar a beira desse rio, acabou aquele movimento todo, os artesões, os pescadores, os barraqueiros; o povo anda triste (PINTO, 2020). Dessa maneira, “[...] a paisagem é vivida e sentida como mitos, sonhos e emoções, é (i)material é um componente necessário para se projetar o mundo vivido (SAQUET, 2007, p. 146).

Em nosso entender, são histórias de vida que perderam a historicidade e, atualmente, compartilham vivências e emoções sentidas com os impactos negativos advindos com a formação desse lago que, por sua vez, despertou novos olhares e estes “[...] obtêm informações muito mais precisas e detalhadas sobre o novo ambiente” (TUAN, 1983, p. 12).

As narrativas em curso, estão carregadas pelo sentimento de medo e de exclusão, em se tratando do cenário atual na região Norte tocantinense. Porque, para nossa interpretação, “tirar a cidade” na perspectiva da narradora, significa desapropriar famílias, perdas efetivas, simbólicas e culturais irreversíveis, em especial quando a

narradora contextualiza a sua história de vida. Observem: “[...] eu nasci aqui em Filadélfia mesmo, em 1970, era pequena, sempre foi pequena, pacata, mas era acolhedora” (AIRES, 2020).

Se a cidade de Filadélfia era acolhedora, então, pressupõem-se que, hoje a cidade não acolhe a população. Será que essa percepção faz parte do imaginário filadelfiense? E, se faz, como a comunidade está se adaptando à nova realidade local? Esperamos responder a nossa indagação no curso da pesquisa em andamento. Da mesma narradora, temos as seguintes representações:

Olha, o que a gente sabe, é assim, que a cidade de Filadélfia está toda comprometida, por questão da barragem em todos os aspectos, o lençol freático mesmo. Filadélfia, Palmeirante e Carolina, tá toda área no vermelho, por conta do lençol freático, que futuramente vai ter que tirar a cidade toda e transferir, né para outro local. A gente tem medo (AIRES, 2020).

Além desse temor, conforme descrito nos relatos, a paisagem de Filadélfia é vista como algo desagradável pelos participantes da pesquisa, haja vista que, “[...] hoje nós temos um jeito totalmente ocioso” (COELHO, 2020). Contudo, será que esse modo de viver é percebido pela população local, no sentido da não adaptação à nova realidade? Assim, justificamos a nossa indagação, à vista do que Sieben (2012, p. 64) afirmou sobre a condição de vida dos atingidos pela barragem, pois “[...] na maioria das vezes ficam à própria sorte, procurando novas terras desocupadas a fim de reconstruir as suas vidas”.

Mas há de se considerar que o rio Tocantins arquitetou as comunidades ribeirinhas ao longo dos anos, e é por isso que suas histórias de vida estão atreladas à história do ciclo natural do rio, seja pelo uso como recurso e meio econômico ou pelos laços de afetividade fomentados ao longo do tempo (FLORES, 2006). Como nos relatou o senhor José Aldo C. Aires, “[...] a pessoa acostumada com o rio; ela tem cinquenta (50) anos que morava naquele lugar. [...] A pessoa velha tá acostumada até com o batente da casa, com a descida, com o quintal, com toda coisa. Acostumada com a beira do rio” (CARNEIRO, 2020). “[...] teve muitas pessoas que não aceitaram; muitas pessoas que passaram mal, que adoeceram” (AIRES, 2020).

Nas palavras de um participante,

[...] Nós vivíamos na nossa cultura, procurando desenvolver com o nosso conhecimento mesmo, procurando gerar com a nossa própria cultura regional. Tínhamos aqui as vazantes, elas eram mais de 200 vazantes, na verdade quase 400 vazanteiros que tinham espalhados em todo município, aqui no entorno (COELHO, 2020).

A partir de então, buscamos compreender como os (des)apropriados estão se (re)organizando para suprir as necessidades básicas de sobrevivência, porque “[...] eles não calculam o tanto de pessoas que eles mataram, eles não calculam os que foram embora. Estão todos na miséria, acabados; todos, todos, todos, na miséria, porque quem sabe mexer com dinheiro é quem é capitalista” (COELHO, 2020).

Percebemos, na fala desse narrador, uma resistência ao grande capital assumido pelo empreendimento da UHEE e seu grande impacto na paisagem original do rio Tocantins que a tudo transforma em mercadoria. Porque “[...] pode fazer o que for que o sertão não sai de você” (COELHO, 2020). Aqui percebemos a dificuldade da adaptação com a implantação da UHEE. Uma vez que, “[...] os modos de vida dos atingidos pelas águas da barragem perdem a sua territorialidade e sua identidade com o lugar, ocorrendo à transformação da paisagem” (SIEBEN, 2012, p. 15).

As narrativas desse narrador revelam que as comunidades ribeirinhas, ao perceberem a perda da qualidade de vida que o ciclo natural do rio lhes proporcionava com sua vazante, na perspectiva de reverterem a aparência da paisagem do caos que se abateu na região, os representantes das comunidades ribeirinhas se organizam e formam um grupo de representantes dos municípios atingidos com a implantação da UHEE, seguiram viagem, em direção à capital federal, Brasília, e foram estar com o ministro do Ministério de Minas e Energia (MME).

Mas, de acordo com o narrador, à surpresa geral, o diálogo entre as partes interessadas não surtiu o efeito esperado, ou seja: ver a possibilidade de melhorar a qualidade de vida dos povos ribeirinhos. As narrativas que se seguem, segundo os relatos do senhor Coelho, são partes do diálogo entre os ribeirinhos e o representante do referido ministério:

Aí ele falou: vocês querem contemplar mais alguma coisa? Aí dissemos não. Ai quando terminei ele falou: mas gente vocês lá viviam comendo coco com farinha, e eu levo desenvolvimento, e levo progresso, levo isso, levo aquilo outro e vocês vêm aqui dizer, que esse povo tá acabando com tudo e vai, vai, vai, vão pra casa de vocês, que esse povo não está fazendo nada de errado, e não tem condições de mudar isso. Que tá feito e vai ser assim (COELHO, 2020).

O diálogo se encerra em tom de caráter autoritário. Para Oliveira (1995), a paisagem, neste contexto, é representada pela “Amazônia violentada”, ou seja: uma região que serviu e serve de palco aos “projetos de desenvolvimento” cujo propósito é silenciar as vozes que, no curso dos interesses que se propõem o pensamento capitalista,

registram uma história de exploração e desapropriação, transformando a paisagem regional. Logo, percebe-se também que: “[...] Tudo isso feito em nome do lema: integrar para não entregar” (OLIVEIRA, 1995, p. 13).

Haesbaert (2006) é um aporte oportuno aqui, para quem, na atual ordem socioterritorial, o processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (TDR) envolve pensar no poder como dimensão exercida, portanto, com ressignificação da vida cotidiana, não sem uma organização nas várias dimensões que levam a isso, o que nos sugere pensar a população local de Filadélfia em perspectiva de seu processo socioterritorial.

3.6 Da paisagem atual e em perspectiva como indícios de resistência socioterritorial

No contexto atual, percebemos que as representações contidas nas narrativas dos participantes da pesquisa sobre a transformação da paisagem do rio Tocantins, sobretudo a partir de 2011 à atualidade, expressam os dilemas vivenciados pela população local de Filadélfia diante dos imperativos referentes aos grandes projetos de desenvolvimento da fronteira Amazônica, o que nos autoriza afirmar mais o viés ideológico dos ditames do capitalismo global de acumulação, ao materializar projetos como o da Usina Hidrelétrica de Estreito com uma enorme rede hidroviária impactada, numa extensão que abrange em torno de 200km de alagamento, em cujo contexto está Filadélfia.

Aqui ressaltamos que “[...] “reterritorialização” implica um movimento de resistência à desterritorialização imposta pelo movimento de territorialização comandado por outros” (HAESBAERT, 2004, p. 263). Nesse sentido, com a desterritorialização imposta pelo CESTE, a população filadelfiense se encontra no processo de precarização social, via de exemplo, a fome, além disso, perdeu o controle sobre o seu modo de vida, pois perderam “[...] o controle sobre seu espaço de reprodução” (HAESBAERT, 2004, p. 259).

As narrativas revelam o movimento social sendo articulado no âmbito educacional, na perspectiva de conscientizar a população local sobre os impactos negativos causados com a formação do lago artificial de Estreito, o qual nos autoriza a pensar na proposta educacional articulada pela professora Audineid Mota Freitas, na perspectiva de mobilizar os alunos que estudam na Escola Estadual Adevaldo de

Oliveira Moraes, localizada no conjunto habitacional Nova Esperança, S/N – Centro, na cidade de Filadélfia, sobre as transformações da paisagem do rio Tocantins, com a implantação da UHEE que, à atualidade representam perdas (i)materiais. Vejamos como a mesma cogitou essa ideia.

Na escola queremos fazer um trabalho de conscientização. Primeira coisa, a fazer é: entender a nossa cidade. Eu era menina, eu ouvia falar da barragem, que ia mudar a História de Filadélfia. Eu cheguei da faculdade, a história dessa barragem aconteceu, tantos anos depois. O que eu posso dizer, para meus alunos? Que eu vivenciei o início do projeto, contar as histórias dos comuns, das pessoas mais velhas, montar um jornal [...] (FREITAS, 2020).

Percebemos, em uma de suas falas, que a ideia desse projeto já é algo compartilhado no âmbito educacional entre o corpo docente da mesma escola, na perspectiva de tratarem das questões inerentes à realidade local, sobretudo, referente aos impactos ambientais. Como nos informou a diretora dessa escola:

Inclusive, a professora Iracy quer tratar essa questão, querendo fazer um trabalho sobre a realidade, em cima de tudo isso. De fazer alguma coisa com os alunos para conhecerem a realidade da cidade; essa questão da barragem, o que aconteceu com as pessoas, o meio ambiente, o que afetou (AIRES, 2020).

A justificativa desse projeto fundamenta-se na imposição sofrida pelos ribeirinhos e pela população urbana que juntos registram sentimentos de perdas coletivas, pois, “[...] muitas pessoas saíram de lá mesmo a contragosto, os que tiveram que deixar as suas casas. Mas a maioria das pessoas foram embora, e outros adoeceram; teve aquele desgosto mesmo, né?” (AIRES, 2020).

Acima de tudo, percebemos que, as dúvidas sobre como colocar em prática o objetivo desse projeto no espaço escolar, representam obstáculos a serem vencidos, pois deliberadamente, foi revelado para nós em entrevista que as indagações contidas nas narrativas, em nossa percepção, parecem mais um pedido, no sentido de apoiá-las na organização do projeto em si, o qual achamos relevante já que os objetivos da professora Freitas (2020) são informar à população local, como eles fazem parte da história de vida da cidade de Filadélfia, como sujeitos históricos. Vejamos o enunciado: “[...] O que eu posso dizer para meus alunos? Que eu vivenciei o projeto, como ferramenta, para que haja conscientização; ou mostrar um jornal ou produzir um artigo. Não tem nada pronto. A população não conhece a história de Filadélfia; com a enchente se perdeu muito” (FREITAS, 2020).

Em entrevista, a diretora da referida escola reforça a necessidade desse projeto como ferramenta de ensino no sentido de informar e registrar a história da vida da cidade de Filadélfia, intenção esta que, aos olhos de Nora (1993), possibilita o surgimento dos lugares de memória que, em certo sentido, é material, simbólico e funcional. Desse modo, a narradora justifica a intenção do projeto sinalizando uma lacuna à realidade atual, ou seja, “[...] na biblioteca da cidade não se encontra um registro, se quer, da história da cidade de Filadélfia; com a enchente, na década de 80, perdeu muito dessa história” (AIRES, 2020). Percebemos aqui, a urgência de manter viva a memória da cidade pelas perdas sentidas. Corroborando com a pesquisa, Tuan (1983) entende que:

Quando um povo deliberadamente muda seu ambiente e sente que controla o seu destino, tem pouco motivo para sentir saudades históricas, não precisam estar voltadas para o passado, podem ser fundadas para preservar materiais que marcam as etapas de um crescimento tranquilo (TUAN, 1983, p. 193).

Contudo, não foi possível abordar de forma mais aprofundada a dimensão da importância do projeto na escola, em razão do Coronavírus (COVID-19)²². Por isso, não registraremos aqui os caminhos que possam levar à mobilização dos educandos, enquanto sujeitos históricos inseridos nesse contexto de novas transformações com a desterritorialização e necessidade de reterritorialização dos ribeirinhos, das populações urbana e rural que antecederam a formação do lago artificial de Estreito, revelando, com isso, outras territorialidades, em outras palavras, como a escola, educação formal pretende encampar o engajamento de mobilização ligado ao desenvolvimento socioterritorial local, “[...] para a manutenção desses territórios, sobretudo, à luz da justiça social” (HAESBERT, 2004, p. 263).

Em julho de 2020, fomos informados pela diretora da referida escola, via e-mail que “[...] o Projeto Político Pedagógico (PPP) 2020 ainda está em fase de aprovação na Diretoria Regional de Ensino de Araguaína (DREA). Assim, que tivermos o recebimento do mesmo, lhe passo para apreciação” (AIRES, 2020). Sendo assim, mantemos o compromisso com a direção da escola, de retornarmos a campo assim que

²² Conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Ministério da Saúde (MS), o novo Coronavírus – COVID 19 – foi classificado como pandemia desde o mês de março de 2020, devido ao crescimento inesperado de pessoas infectadas por COVID-19 em âmbito mundial. Por essa razão, foram deliberadas medidas preventivas, como o distanciamento social, na perspectiva de conter a transmissão desse vírus, em especial nos espaços de convivência social.

possível, para darmos continuidade com as pesquisas e socializá-las junto à comunidade estudantil filadelfiense e público em geral.

“[...] Compreende-se que o enfrentamento dessa problemática numa perspectiva educacional implica, com urgência, a realização de reflexões na sociedade que reproduzam seus efeitos, também, num contexto social” (PITOMBEIRA, 2018, p. 148). Assim, em perspectiva futura, o senhor Hermísio Alecrim Aires disse acreditar que “[...] se investirem nesse povo, na formação deles, poderá melhorar a situação em que se encontram”. E assim, justificou:

É por isso que nas datas comemorativas da cidade, as escolas fazem questão de reviver a história de Filadélfia, no então, norte goiano onde tudo começou; um dia anoiteceu goiano e amanheceu tocantinense. Inclusive, mudaram a data comemorativa de aniversário da cidade e criaram outro hino oficial de Filadélfia (AIRES, 2020).

Mas, em que sentido a mudança da data do aniversário de Filadélfia e a criação do novo hino oficial de Filadélfia podem contribuir em melhorias frente à realidade atual? “[...] Então, antes comemoravam o aniversário de Filadélfia no dia 1º de janeiro, e nesse dia todos estavam comemorando em família, acredito que, por isso, muitos não participava das festividades” (AIRES, 2020). Nesse sentido, conforme com Lei Orgânica do Município de Filadélfia,

Lei nº 1.013, de 24 de março de 2017, em seu Art. -1º. Fica instituído no âmbito do município de Filadélfia o “Aniversário de criação do município de Filadélfia – TO” a ser comemorado, anualmente, no dia 08(oito)de outubro. E em seu Art. – 2º. O dia do aniversário de criação da cidade de Filadélfia – TO será marcado por ações artísticas e sociais para o aquecimento da economia e fomentando do turismo local (LOMF, 2017).

Na perspectiva de reverter o “[...] impacto ambiental, social, fiscal e financeiro” (COELHO, 2020), porque “[...] nós temos meio mundo de condições de salvar o povo, pra viver bem, aqui, para transformar num polo turístico muito grande” (PEREIRA, 2020). Pois,

Aqui é polo turístico. Como tem as cachoeiras; nós estamos numa região absolutamente rica, aqui temos muitos balneários, tem um monte de córregos para chegar aqui; aí tem a serra das mesas que é lindíssima para fazer turismo. Temos o parque nacional das arvores fossilizadas, tá aí o único do mundo (PEREIRA, 2020).

Quanto à criação do Hino Oficial de Filadélfia, conforme a Lei de N° 1000 de 19 de maio de 2016,

Art. 1º - Fica instituído o Hino Oficial de Filadélfia como símbolo, ao lado da Bandeira e do Brasão municipal nos termos da Lei orgânica municipal. Art. 2º - O Hino Oficial do município de Filadélfia, foi criado, por meio do projeto *Nosso Hino Nossa História*, proposto pelos alunos da 1º Série do Ensino médio - vespertino e, prof. Silmara Gonçalves Targino da Escola Estadual de Filadélfia em atividade PROEMI²³ – programa Ensino Médio Inovador – Macro Campo – participação Estudantil em parceria com o compositor Lucimar Pereira dos Santos (LOMF, 2016).

Neste contexto, concebemos o território enquanto espaço-tempo-vivido Haesbaert (2007). Como resultado das relações sociais estabelecidas no território, para compreendermos o movimento do e no território, ou seja, “[...] um movimento natural, universal, de vida e morte, (i)materialidades sociais, normas, regulações, símbolos, peculiaridades a cada sociedade, grupo social, indivíduo” (SAQUET, 2007, p. 179).

Por nossa interpretação, o projeto *Nosso Hino Nossa História*, representado na letra do hino oficial da cidade de Filadélfia, revela o sentimento topofílico que se encontra presente na fala dos narradores pelo meio ambiente anterior à formação do lago artificial de Estreito, ou seja, “[...] sou da terra mais querida de amores, graças e vida”. Traz elementos que fazem parte dos eventos da memória histórica já instituída no imaginário social, na qual “[...] no então norte goiano no Porto de Paulas começou, da padroeira em festa”. E o verso: “Rio Cunhãs que me banhou” está presente nas lembranças de infância e juventude dos participantes da pesquisa.

Em campo, fomos convidados a conhecer como a ação humana modificou a paisagem desse balneário, ou seja, “[...] o rio das cunhãs, o balneário tem toda uma história, hoje é degradável, poluído, era o lazer, era o pão de cada dia das lavadeiras; conscientizar a população da importância do balneário, hoje tá na memória, hoje eles reproduzem o que a gente conta” (FREITAS, 2020). Nosso entender são os acontecimentos vividos pela comunidade que se tornaram lugares de memória.

A expressão “[...] oh mangueira centenária / Lá no cais o rio a sombrear” atualmente faz parte do imaginário social filadelfiense no processo de construção de identidade: “[...] sou Filadelfiense Tocantinense eu sou / Cerrado, caatinga sou da capital do amor / do ribeirão Arraias, da Praia do coqueiro” (SANTOS 2020).

Neste contexto, perguntamos qual é o papel do pároco da Igreja Católica, e, se o desenvolve além dos atendimentos paróquias, como o faz? Relembramos que, no

²³ O programa Ensino Médio Inovador (EMI) foi instituído pela Portaria nº 971, de 9 de outubro de 2009, no contexto da implementação das ações voltadas ao Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE. A edição atual do Programa está alinhada às diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação 2014-2024 e à reforma do Ensino Médio proposta pela Medida Provisória 746/2016 e é regulamentada pela Resolução FNDE nº 4 de 25 de outubro de 2016.

Capítulo 2 dessa dissertação, as narrativas nos levam à interpretação da relevância da Igreja Católica à vida em comunidade, aos laços comunitários, à religiosidade, e, além disso, aos aspectos socioeconômicos e socioculturais na cidade de Filadélfia, pois “[...] a chegada do padre fez voltar o movimento na praça central, em volta da Igreja; o comércio local, o festejo, as pessoas que vem de fora e os filhos da região que vem visitar os familiares” (FREITAS, 2020). Para a senhora Maria do Socorro C. A, a presença da matriz em si mantém as espacialidades na cidade de Filadélfia,

Uma vez, que nossa cidade foi atingida pela barragem UHE, a qual desobrigou milhares de famílias, forçando-as a deixar seus lares, deixando para trás histórias de uma vida inteira, isolando a parte central da cidade, onde tudo começou, só nos restou a Igreja e sua magnífica praça. Não imagino a nossa cidade sem a Praça da Matriz, sem a nossa primeira Igreja. Se isso acontecer, mais uma vez, muitas histórias ficarão somente em nossa memória. E a cidade ficará mais triste e apagada. É mais uma página de um livro que será rasgada! E realmente, só restarão a boas lembranças de um tempo que não voltará jamais (AIRES, 2020).

Mas, “[...] aqui estou chegando, aqui eu tenho que reunir o povo. Eu estou aqui, e o povo tá pra lá; abandonaram as casas, então as pessoas não tem muita motivação, tem que recomeçar tudo de novo” (PEREIRA, 2020). Então, como a diocese se posiciona frente aos impactos negativos causados com a implantação da UHEE, no município de Filadélfia?

Nós estamos lutando, exatamente isso, para reativar a Igreja, mas com a pandemia atrapalhou tudo esse ano, seria o terceiro ano, primeiro ano foi aquele alvoroço, segundo ano, fomos selecionando, esse ano não deu certo, mas faremos no próximo ano. O projeto de retomada da cidade, a ocupação dos espaços que essa pracinha ficava abandonada, depois que eu estou já recuperou a praça todinha (PEREIRA, 2020).

Por nossa compreensão, toda essa movimentação espacial, organizada pelo pároco e a comunidade local, é vista como uma possibilidade de mudança das ações e medidas deliberadas pelo CESTE, pois “[...] o sofrimento social que parece ser intrínseco à desestruturação das relações e das condições socioespaciais provocadas pela construção da barragem” (SIEBEN, 2012, p. 181). Sendo assim, vejamos como estão se organizando para atingirem seus objetivos:

Tem um projeto, como não tem mais como voltar, pensam em preservar a área próxima à orla que foi desapropriada que ao demolir as casas deixaram o pomar, Caju, manga, abacate, laranja, mexerica, limão; as mulheres ainda vão apanhar abacate, tudo abandonado aí pensam em fixar placas identificando os moradores uma forma de preservar a memória, eu vou fazer com os meninos da crisma (PEREIRA, 2020).

No nosso entender, manter viva a memória daqueles que lá residiam, é uma das formas de resistência ao processo de desterritorialização imposta pelo empreendimento, “[...] diante do fato de verem suas raízes históricas e culturais devastadas de forma brutal” (SIEBEN, 2012, p. 14).

Nesse sentido, as narrativas que se seguem revelam que a população local se encontra em situação de vulnerabilidade social com a implantação da UHEE. No dizer de Haesbaert (2006) está precariamente desterritorializada.

O Tocantins paga a energia mais cara do Brasil, né? Como é que pode? Têm-se aqui nossas Usinas Hidrelétricas, aqui em nosso estado, isso não existe, eu não vejo nenhum político falando, só teve um que falou, mas mesmo assim era só para ser eleito, ganhou a política e não falou mais nada. O que justifica nossa água, quanto à gente paga? Porque uma coisa é apresentar um projeto, outra coisa é desenvolver o projeto, outra coisa é quem beneficia né? É o que vivemos aqui (PEREIRA, 2020).

Essas informações e reflexões brotam das condições verificadas da vida socioterritorial local, frente ao projeto de caráter hegemônico da UHEE e ao processo de desapropriação dos ribeirinhos, das populações das áreas urbana e rural, sobretudo de onde vieram, para onde foram, como estão sobrevivendo ao longo dos anos, como estão efetivamente se organizando após a construção dessa usina. Por nosso entender, estão à margem do projeto UHEE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No curso desta pesquisa, observamos em saídas de campo o processo de (trans)formação da paisagem do rio Tocantins, na região Norte do estado do Tocantins, com a construção da UHEE, imposta pelo capital estrangeiro, e como este se faz presente no imaginário social filadelfiense nos últimos dez anos, pós-formação do lago artificial de Estreito, impactando vidas humanas, fauna e flora na fronteira Amazônica legal cobiçada pelos interesses desse capital onde a paisagem, por si só, desvela singularidades, ao esboçar sujeitos sociais com temporalidades e interesses diferentes convivendo no mesmo território, em especial na cidade de Filadélfia.

Este desvelar paisagístico plural filadelfiense iniciou-se do momento em que rememoramos aspectos históricos no contexto de importância do rio Tocantins na formação territorial de Filadélfia, desvelando a navegação interiorana século XVIII impulsionada pelos interesses políticos e econômicos da época (FLORES, 2006).

Esboçando a (trans)formação da paisagem humana às margens do rio Tocantins pelos caminhos por onde passam o rio Tocantins, assim mapeamos: Alto Tocantins, Médio Tocantins e Baixo Tocantins, evidenciando as fronteiras identitárias, ao passo em que registram a fundação das primeiras vilas e os primeiros arraíais na região tocatina e, desse encontro de povos, surgiu a sociedade heterogênea na região Norte (antigo Norte goiano) atual Norte tocantinense (PARENTE,2007). Além disso, descrevem a paisagem histórica das cidades ribeirinhas que estão intimamente ligadas desde o seu nascimento (RODRIGUES, 1945), descrição esta que nos levou a pesquisar também sobre a história de vida da cidade de Filadélfia.

Sendo assim, as narrativas atuais abordam a historicidade de Filadélfia, evidenciando que este município tem raízes profundas no processo de povoamento do estado de Goiás, que data-se de 1744. A partir disso, descrevem a paisagem rural filadelfiense relacionando-a com o personagem histórico, o Sr. Filadélfio Antônio de Noronha, pioneiro da cidade de Filadélfia, o qual se instalou à margem esquerda do rio Tocantins e desenvolveu atividades agropecuárias. Outro evento está relacionado à instalação do posto fiscal Dos Paulas, por volta de 1919. Em síntese, registra-se o quadro cronológico evidenciando os períodos de tempo sobre a formação política do território da cidade de Filadélfia, desde a criação do distrito de Filadélfia, em 1924, até a criação do distrito de Bielândia, o qual é anexado ao município de Filadélfia desde o ano de 1994 (SIMIEMA e TAVARES, 2016).

Contextualizando as citadas narrativas, mapeamos também a paisagem da localização das cidades atuais no curso do rio Tocantins na formação de Filadélfia: Pedro Afonso-TO, Porto Nacional-TO, Tocantinópolis-TO, Filadélfia e Carolina-MA, configurando a paisagem de fronteiras e comunicação: estados do Tocantins e Maranhão. Mapeamos a localização do município de Filadélfia no Norte do Tocantins e no Brasil, demonstrando as características da formação desse município o qual faz divisa com o estado do Maranhão, com a Cidade de Carolina-MA, à margem esquerda do rio Tocantins.

Na fluidez das narrativas, compreendemos a relação homem/rio/natureza a partir das singularidades arquitetando as cidades ribeirinhas a serem contempladas em suas múltiplas escalas territoriais, evidenciando, com isso, as paisagens híbridas, com as quais pesamos: na (trans)formação da paisagem do rio Tocantins no âmbito de desenvolvimento na fronteira Amazônica, bem como no processo de transformação da paisagem de Filadélfia-TO, no Norte Tocantinense, sujeita a novas interpretações e

representações, neste caso, devido aos impactos negativos advindos com a implantação da UHEE.

Nesse sentido, ao abordarmos eventos da memória e cultura no âmbito do imaginário da população filadelfiense no recorte temporal dos últimos 10 anos, as narrativas revelaram a subjetividade dos narradores evocada pelas memórias que o rio Tocantins traz, como por exemplo, a memória prática por compartilharem eventos e fatos comuns.

Em coletivo, evidenciam as lembranças de criança e o sentimento topofílico pelo meio ambiente que, em um passado, lhes acolhiam desde a infância. Ademais, compartilham das lembranças traumáticas, desvelando, com isso, a paisagem do caos a qual, no tempo presente, os faz remeter ao passado onde a paisagem pincelava a relação homem, natureza e território desenvolvida de um modo sustentável por décadas à margem esquerda do rio Tocantins

Nesse desvelar de sentimentos únicos, as memórias nostálgicas e traumáticas brotam no tempo presente, como disse, o ser poeta filadelfiense: tal como eram os montes de areia branca do Rio Tocantins brotando em seu curso natural, algo que se encontra no imaginário social filadelfiense. A História de vida da cidade de Filadélfia se encontra registrada nas lembranças dos participantes da pesquisa por dois momentos: antes da barragem e após a formação do lago artificial de Estreito

Então, as primeiras fazem referência ao passado daqueles que viviam compartilhando saberes costumes e tradição à margem esquerda do rio Tocantins desde criança socializando-os em seus momentos de lazer e de trabalho, evidenciando, com isso, o processo de construção de identidade ribeirinha com o seu território de origem.

As últimas fazem referência ao processo de desterritorialização deliberado pelo empreendimento representado pelo CESTE, causando perdas (i)materiais e simbólicas irreparáveis com o enchimento do lago artificial de Estreito, dentre elas, as perdas humanas, em razão, dos traumas sofridos em coletivo, e as perdas referentes aos aspectos socioeconômicos, socioculturais e emocionais junto à comunidade filadelfiense.

Desse modo, as lembranças revelam que os impactos ambientais causaram a degradação do meio ambiente natural, desencadeando a extinção da produção agroextrativista, ou seja, a extinção da prática de agricultura de subsistência de modo sustentável nas vazantes do rio Tocantins (passada de geração a geração). Consequentemente, registram o fechamento das olarias e a extinção da prática do

artesanato tradicional, o pescado, as atividades dos barraqueiros e das quebradeiras de coco.

Por um olhar poético, no dizer do ser poeta sertanejo filadelfiense, de um momento para o outro, perderam de vista os quilômetros de areia branca que o rio fazia brotar na temporada de verão, as praias naturais, levando-nos à interpretação de um espaço vazio em comparação ao período anterior à formação do lago artificial de Estreito que inundou 18% do território filadelfiense, restando-lhes apenas a paisagem da praia artificial, a qual parece desagradável aos olhos de quem vê.

No conjunto das narrativas, observamos que a comunidade filadelfiense não está se (re)adaptando à nova realidade local, mas, sim, que os impactos sofridos em coletivo estão levando-a a novas percepções e representações à interpretação de resistência socioterritorial. Pelo projeto da UHEE ter sido condicionado pelas forças políticas centralizadoras, econômicas, sociais e culturais na pauta do discurso hegemônico em detrimento das particularidades inerentes aos costumes e tradição filadelfiense e região, hoje, vê-se que a paisagem da cidade de Filadélfia é esboçada pelos contratos socioambientais.

Assim, as representações da população na paisagem atual e em perspectiva como indícios de resistência socioterritorial surgem desde o problema do lençol freático muito presente no imaginário social filadelfiense, por viverem na iminência de sofrerem novas perdas de território, o que é visto como um dos maiores impactos negativos ambientais urbanos na cidade de Filadélfia. Por nossa compreensão, se faz necessário um estudo técnico científico pelos órgãos de ordem que possa melhor responder aos anseios da população local e região.

Em relação à metáfora “o rio está morto”, as narrativas levam à interpretação que esta está relacionada ao fato do rompimento da relação secular estabelecida à margem esquerda do rio Tocantins onde o ciclo natural desse rio comandava a vida do ser(tão)nejo ribeirinho, ou seja, onde a vida representava heterogeneidade. Nesse sentido, as incertezas contidas nas narrativas nos levam à interpretação de modo de viver, em constante, efeito de dissolução.

Os ribeirinhos, bem como a população rural e urbana intrínseca ao município de Filadélfia, não foram de fato reterritorializados, pois as narrativas relevam que houve a modificação da paisagem familiarizada com a implantação da UHEE, fazendo com isso surgir novos sons, novos sabores, cores, odores, pois perderam seus territórios de origem. Levando-nos a novas interpretações de que há necessidade de (re)adaptação à

nova realidade por um olhar mais crítico do momento em que as narrativas revelam nesta paisagem a representação dos participantes da pesquisa com poesia crítica, criticando o jeito de fazer política na cidade de Filadélfia em busca de justiça social, ao versarem os enganos, as perdas coletivas e os sonhos.

Os textos literários filadelfienses revelam as memórias subterrâneas nas entrelinhas das poesias, a partir da subjetividade do ser poeta, propondo novas reflexões pertinentes às experiências vividas pela comunidade. Para além disso, desvelam os “contadores de histórias”, histórias estas passadas de pai para filho com raízes profundas no sertão tocantinense as quais, de uma forma mais crítica, se reproduzem no espaço urbano no momento que são socializadas em rodas de conversa, revelando a tradição da oralidade em busca de preservar a memória, os costumes e os saberes locais. Nesse sentido, os versos poéticos se tornaram uma das ferramentas do processo de guardiã da memória e história local, levando-nos à interpretação de resistência aos impactos sofridos em coletivo com a implantação da UHEE.

Sobre as experiências vividas em comunidade, entre lembranças e perspectivas, atualmente, as narrativas revelam o poder religioso pensando no passado com vista no presente como indícios de desenvolvimento socioterritorial, contudo paralelo às reflexões contidas nas falas dos participantes da pesquisa, interpreta-se que a ineficiência das políticas públicas e todas as esferas do poder, em especial frente à nova realidade filadelfiense, barra qualquer intenção de organização política que se identifique com a população local.

Por esta perspectiva, as narrativas revelam também a comunidade escolar Adevaldo de Oliveira Moraes fomentando a ideia de um projeto de conscientização junto à comunidade local para, juntos, poderem refletir sobre os impactos ambientais sofridos em coletivo ao longo dos anos. Os profissionais da educação engajados com esta luta buscam preservar a memória filadelfiense no compasso do registro da História de vida da cidade de Filadélfia.

Assim, pelos caminhos por onde o rio Tocantins anda, ouvimos muitas Histórias passadas de geração em geração e estas não se esgotaram em si, estão à espera de serem ouvidas em suas particularidades a partir do seu local de fala. Histórias de vida que foram impactadas direta e indiretamente na região Norte do Tocantins, fronteira da Amazonia legal, em nome de um discurso ideológico dominante, imposto pelo empreendimento CESTE.

É certo que o consorciado não só inundou territórios de origem, rompendo o manejo tradicional sustentável desenvolvido por séculos pelos povos ribeirinhos, como também usurpou o colorido e as formas que envolviam a fauna e a flora; somando a isso, as vidas humanas perdidas sofridas e sentidas por aqueles que lá se encontram até hoje resistindo, de um modo ou de outro, o poder capitalista que se instalou ao longo do curso do rio Tocantins, (trans)formando a paisagem em um lago artificial sem sentido à vida ribeirinha. Assim, esperamos poder contribuir com novos estudos e pesquisas em Estudos de Cultura e Território.

REFERÊNCIAS

- BACHELARD, Gaston. **A água e os sonhos**: ensaio sobre a imaginação da matéria. Tradução Antônio de Pádua Danesi, 2ª Ed., São Paulo: Martins Fontes, 1998 (coleção Tópicos).
- BEAUD, Stephane; WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. (tradução de Sérgio Joaquim de Almeida, revisão de Henrique Caetano Nardi) Petrópolis RJ. Editora: Vozes, 2007.
- BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia**: a nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro: Zahar Editoras, 1982.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças dos velhos. 3ª ed. SP. Companhia das letras, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz, memória e sociedade. Ed. DEFEL, 1989.
- BRASILIENSE, Eli. **Rio Turuna**. Universidade Federal de Goiás – Goiânia/GO. Prêmio de Romance do I concurso Literário da UFG, 1964, (romance).
- CABRAL, Lígia Maria Martins. **O Rio Tocantins no olhar dos viajantes**: paisagem, território, energia elétrica. Rio de Janeiro. Centro de memória da Eletricidade no Brasil, 2013.
- CESTE - CONSÓRCIO ESTREITO ENERGIA. **Programa de Comunicação Social (PCS)**. 2001. Disponível em: <<http://www.uhe-estrito.com.br/>>. Acesso em 14-10-2018.
- CÉZAR, Domingos. **Alerta, rio Tocantins**. Ed. Ética, Imperatriz/MA, 2006.
- CORMINEIRO, Olívia Macedo Miranda. **Dos abismos**: imaginação e tradição na tessitura da narrativa sobre os rios Araguaia e Tocantins em Ignácio Batista de Moura e J. A. Leite Moraes. Fênix – Revista de História e Estudos Culturais janeiro – Junho de 2015 Vol. 12 Ano XII nº 1 ISSN: 1807-6971. Disponível em: <www.revista.fenix.pro.br>. Acessado em 10 de dezembro 2018.
- COSGROVE, D. **A geografia está em toda parte**: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: _____. CORRÊA, R.L; ROSENDAHL, Z. (org.). Paisagem, Tempo e Cultura. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.
- FAZENDA, I.C.A. **A interdisciplinaridade**: um projeto em parceria. 5 ed. São Paulo, SP: Loyola, 2002. (1991). V. 13 Coleção educar. 119 p. Interdisc., São Paulo, nº 11, pp 01-151, out. 2017. Disponível em: <<http://revistas.puesp.br/index.php/interdisciplinaridade>>. Acesso em 08-01-2018.
- FLORES, Maia Kátia. **Caminhos que andam o rio Tocantins e a navegação fluvial nos sertões do Brasil**. Tese de doutorado; programa de pós-graduação em História da UFMG-Belo Horizonte, 2006.

FREITAS, Audineid Mota. **Os impactos Sócio-ambientais causados com a instalação da usina Hidrelétrica de EstreitoMA, na cidade de Filadélfia-TO, 2010.** Monografia apresentada ao curso de licenciatura plena em geografia da Universidade Federal do Tocantins, para obtenção do grau de graduanda. Orientador Airton Sieben, 2010.

GOMES, Edvânia Torres Aguiar. **Natureza e cultura representação na paisagem.** In:_____. CORRÊA, Lobato Roberto; ROSENDAHL, Zeny. (Org.). Paisagem, imaginário e espaço. Rio de Janeiro: ed. EDUERJ, 2001.

HAESBAERT, Rogério da Costa. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** 2ª ed., Rio de Janeiro, ed. Bertrand Brasil, 2006.

HAESBAERT, Rogério da Costa. **Precarização, reclusão e “exclusão” territorial.** Revista Associação dos Geógrafos Brasileiros. Terra Livre, 2004. Disponível em: <www.agb.org.br>. Acessado em outubro de 2020.

HALL, Stuart **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. **Cultura e representação.** Organização e revisão técnica: Arthur Ituassu; Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC- Rio: Apicuri, 2016.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010.** Disponível em: <www.ibge.gov.br/censo2010>. Acesso em 14-10-2018.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Painel Histórico.** 2016. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php/cadmun=170770>. Acesso em 08-01-2018.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama de Tocantinópolis/TO.** v4. 3.21, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/tocantinopolis/panorama>. Acessado em 28-05-2019.

KINN, Marli Graniel. **Lugares e territórios camponeses em iniciativas turísticas: Os usos dos espaços no entorno dos lagos das Hidrelétricas Aguiar I E II – Triângulo Mineiro – Tese de (Doutorado) MG.** Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas departamento de Geografia Programa de pós-graduação em Geografia. 2010.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. **A (RE)significação da paisagem no período contemporâneo.** In:_____. CORRÊA, Lobato; ROSEMDAHL, Zeny (org). Paisagem imaginário e espaço. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

MAXIMIANO, Liz Abad. **Considerações sobre o conceito de paisagem.** In:_____. R. RAEGA, Curitiba, vº 8, p. 83-91. Editora UFPR, 2004. Disponível em: <http://revista.ufpr>. Acessado em 10-02-2018.

MOURA, Ignácio Batista. **De Belém a São João do Araguaia: vale do rio Tocantins**. H. Garnier Livraria Editor. Rio de Janeiro, 1910.

MUNICÍPIO DE FILADÉLFIA/TO. **Estado do Tocantins Prefeitura Municipal de Filadélfia (LOMF), Lei nº 1.013, de 24 de março de 2017**. Disponível em: <<https://filadelfia.to.gov.br>>. Acesso em 14-10-2018.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História. A problemática dos lugares**. Tradução: Yara Aun Houry. Projeto História, São Paulo, (10), dez. 1993.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Amazônia: monopólio expropriação e conflitos**. 5ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 1995, Série Educando.

OLIVEIRA, Fátima Maria. **Cidades ribeirinhas do rio Tocantins: identidades e fronteiras**. Tese de doutorado apresentada no programa da faculdade de Ciências humanas e Filosofia-UFG, Goiânia-GO, 2007.

PARENTE, Temis Gomes: **Fundamentos Históricos do Estado do Tocantins colonial**. Goiânia. Ed. Da UFG, 2007.

PINHEIRO NETO, **Tessituras da paisagem cultural às margens do rio Capibaribe e no Recife sob a luz da poética de João Cabral de Melo Neto**. [manuscrito] Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

PINTO, José Benilson E. S. **Danças dos Canibais**. 2ª Edição, Filadélfia, 2011.

PITOMBEIRA, Graziane de Araujo. **Da ilha de São José ao reassentamento coletivo Baichão: Alterações nos modos de vida dos ribeirinhos após a implantação da UHE/Estrito (MA), em 2012**. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCULT). UFT, Araguaína/TO, 2017.

PITTA, Tania da Rocha. **Percepção e simbolização do lugar**. In: _____. JUNIOR, Givaldo Ferreira; SILVA, Valéria Cristina Pereira da. (Org). *Natureza e representações imaginárias*. 1ª ed., Curitiba: Appris, 2013.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 1992.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, silêncio**. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1989, p. 3-15.

POMBO, Olga. **Práticas interdisciplinares**. In: _____. *Dossiê Sociologias*. Porto Alegre, ano 8, nº 15, jan/jun 2006, p.208-249. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n15/a08v8n15.pdf>>. Acesso em 14-10-2018.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. Tradução Ricardo Santhiago, São Paulo: Letra e Voz, 2016. (Coleção Ideias).

- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo. Ática, 1993.
- ROCHA, Judite da. **Usina Hidrelétrica de estreito e desterritorialização: impactos sobre a saúde e resistência das famílias atingidas**. Dissertação (Mestrado) - Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2016.
- RODRIGUES, Lysias A. **o Rio dos Tocantins**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Serviço gráfico IBGE, 1945.
- ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. **Espaço, Cultura e Religião: dimensões de Análise**. In:_____. CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Org.). **Introdução à geografia cultural**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2007.
- ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. **Paisagem e Imaginário e Espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj. 2001.
- SANTOS, Alessandra Rufino. **A fronteira amazônica e sua realidade social**. Disponível em: <<http://ufrr.br/editora/index.php/coletaneas-e-revistas/259-revista-de-filosofia-e-ciencias-humanas-da-ufrr-n22-textos-e-debates-2012>>. Acesso em 11/11/2019.
- SANTOS, Nilton. **Metamorfose do Espaço, fundamentos teórico e metodológico da geografia**. São Paulo: Hucites, 1988.
- SAQUET, Marcos Aurélio. **Construindo uma proposta de abordagem territorial (i)material**. 1ª ed., São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SAQUET, Marcos Aurélio. **Território e Paisagem: Da construção material à representação?** 1ª ed., São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Saveiro (org). **Território e Territorialidades teorias, processos e conflitos**. UNESP, Expressão popular Programa de pós-graduação em geografia, 1ª edição-São Paulo, 2008.
- SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. Tradução Hildegard Feist. São Paulo: companhia das letras, 1996.
- SHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. Ed. Ática, São Paulo, 2000.
- SIEBEN, Airton. **Estado e Política Energética: a desterritorialização da comunidade rural de Palmatuba em Babaçulândia (TO) pela usina Hidrelétrica Estreito, 2012-2013**. Tese (doutorado) - Instituto de geografia Universidade Federal de Uberlândia, UFU/Uberlândia, 2012.
- SILVA, Súsie Fernandes Santos. **A reterritorialização dos Barqueiros de Babaçulândia (TO) atingidos pela Usina Hidrelétrica de Estreito (MA)**. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCULT) (UFT), Araguaína/TO, 2017.

SIMIEMA, Daniely Melo; TAVARES, Tatiane Marinho Vieira. **Filadélfia**. Cartilha. Universidade Federal do Tocantins, UFT, Araguaína/TO, 2016.

SIMMEL, George. **A Filosofia da paisagem**. In: _____. Política e trabalho. 12 setembro de 1996, pp. 15-24. Disponível em: <<http://www.nuredam.com.br/files/divulgacao/artigos/A%20filosofia%20da%20paisagem.pdf>>. Acessado em setembro de 2019.

SOUZA, Lucas Barbosa. **Percepção ambiental e a fenomenologia de Husserl: um exercício de reaproximação**. In: _____. JUNIOR, Givaldo Ferreira; SILVA, Valéria Cristina Pereira da. (Org). Natureza e representações imaginárias. 1ª ed., Curitiba: Appris 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma Introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana**: Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

TI NOTÍCIAS. **Moradores de Filadélfia do Tocantins, entraram em contato com o T1 notícias para reclamar da situação instalada no município após a implantação da usina Hidrelétrica (UHE) de Estreito**. 2015. Disponível em: <<https://www.t1noticias.com.br>>. Acesso em 14-10-2018.

TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida**. Uma Intepretação da Amazônia, 7ª Ed., Revista e aumentada. Apresentação. Gilberto Freyre. Rio de Janeiro, 1983.

TONINI, Quinto Padre. **Dom Orione entre Diamantes e Cristais**. Tradução: Terezinha de J. Nóbrega Foli. Revisão: Genésio Fontenelle Pacheco. Prof. De língua Portuguesa – UECE – CE. 1ª Edição. Fortaleza/CE Editora: Expresso Gráfica, 1959.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**; tradução: Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE I – Declaração de Compromisso do Pesquisador

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS

Avenida NS 15, Quadra 109 Norte | Plano Diretor Norte
Prédio do Almoarifado, Campus de Palmas | 77001-090 | Palmas/TO
(63) 3229-4023 | cep_uft@uft.edu.br



DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR

Eu, Helenita Rabelo Duarte, portadora do RG 58.862 SSP/TO e CPF 441.528.091-91 pesquisadora responsável do projeto de pesquisa intitulado "As representações da paisagem do rio Tocantins no âmbito do território, cultura e identidade sob o imaginário da população em Filadélfia-TO", comprometo-me a utilizar todos os dados coletados, unicamente, para o projeto acima mencionado, bem como:

- Garantir que a pesquisa somente será iniciada após a avaliação e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da Universidade Federal do Tocantins (UFT) em Palmas/TO, respeitando assim, os preceitos éticos e legais exigidos pelas Resoluções vigentes, em especial a 466/12 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde;
- Desenvolver o projeto de pesquisa conforme delineado;
- Apresentar dados solicitados pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFT ou pela CONEP a qualquer momento;
- Preservar o sigilo e a privacidade dos participantes cujos dados serão coletados e estudados;
- Assegurar que os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para a execução do projeto de pesquisa em questão;
- Assegurar que os resultados da pesquisa somente serão divulgados de forma anônima;
- Encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico integrante do projeto;
- Justificar fundamentadamente, perante o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFT ou a CONEP, a interrupção do projeto ou a não publicação dos resultados.
- Elaborar e apresentar os relatórios parciais e final ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFT.
- Manter os dados da pesquisa em arquivo, físico e digital, sob minha guarda e responsabilidade, por um período de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa.

Brasília, 28 de maio de 2020.

Helenita Rabelo Duarte

ASSINATURA DA PESQUISADORA RESPONSÁVEL

APÊNDICE II – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

O Sr.(a) está sendo convidado(a) para participar da pesquisa **as representações da paisagem do rio Tocantins no âmbito do território, cultura e identidade sob o imaginário da população em Filadélfia-TO**. Esta pesquisa será realizada pela pesquisadora **Helenita Rabelo Duarte**, do Curso de **Mestrado Acadêmico em Estudos de Cultura e Território - PPGCULT** da Universidade Federal do Tocantins, Campus de Araguaína, sob orientação do Professor **Elias da Silva**. Nesta pesquisa, **abordarão as representações da população de Filadélfia, referente à paisagem do rio Tocantins, no contexto de construção do lago da Hidrelétrica de Estreito-MA, desapropriando e alagando os espaços de direito as populações ribeirinhas e urbanas**. O motivo que os leva a pesquisar é em consideração, de **como se sentem, como estão se adaptando à nova realidade e se estão como estão fazendo**. Dos riscos que envolvem a pesquisa, são **de origem psicológica (como estado de emoção ao relembra sua própria história, dentre outros sentimentos subjetivos), intelectual e emocional e, para minimizá-los, vamos garantir que local reservado e escolhido pelo participante para às entrevistas e a liberdade para não responderem ao questionário, bem como, o cancelamento da entrevista, garantido a não violação e a integridade das entrevistas (danos, físicos, cópias e rasuras)**. Sendo assim, a pesquisa contribuirá **no processo de entendimento que nos leva a pensar até que ponto os impactos sofridos pela população local não estão levando-a a readaptação ao novo ambiente, misturando entre lembranças e perspectivas, provocando nela novas reações, percepções, mas também resistência**.

Para participar deste estudo ao Sr.(a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, o Sr.(a) tem assegurado o direito à indenização. O Sr.(a) terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar e a qualquer tempo e sem quaisquer prejuízos. A sua participação é voluntária, e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr.(a) é atendido(a) pelo pesquisador. Os resultados obtidos pela pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada, na biblioteca municipal de Filadélfia-TO, via e-mail e pessoalmente, de

forma individual, caso manifeste interesse por uma cópia no momento da entrevista. Lembrando-os que seu nome ou qualquer dado, material ou registro que indique sua participação no estudo não será liberado sem a sua permissão. O(A) Sr.(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar.

Em caso de dúvidas quanto aos aspectos éticos da pesquisa o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em pesquisa CEP/UFT. O Comitê de Ética em pesquisa em Seres Humanos (CEP) é composto por um grupo de pessoas que estão trabalhando para garantir que seus direitos como participante de pesquisa sejam respeitados. Ele tem a obrigação de avaliar se a pesquisa foi planejada e se está sendo executada de forma ética. Se você achar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você imaginou ou está sendo prejudicado de alguma forma, você pode entrar em contato com o CEP da Universidade Federal do Tocantins pelo telefone 63 32294023, pelo e-mail: cep_uft@uft.edu.br ou Quadra 109 Norte, Av. Ns 15, ALCNO 14, prédio do Almoarifado, CEP-UFT 77001-090 – Palmas/TO. O (A) Sr. (a) pode inclusive fazer a reclamação sem se identificar, se preferir. O Horário de atendimento do CEP é de segunda e terça das 14 às 17 horas e quarta e quinta das 9 às 12 horas.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, na **cidade de Araguaína - TO**, e a outra será fornecida ao Sr.(a). Os dados, materiais e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos na sala **Secretária acadêmica** do Curso **Mestrado em Estudos de Cultura e Território** da UFT e, após esse tempo, serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resoluções Nº 466/12; 441/11 e a Portaria 2.201 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares), utilizando as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado(a) dos objetivos, métodos, riscos e benefícios da pesquisa, **As representações da paisagem do rio Tocantins no âmbito do território, cultura e identidade sob o imaginário da população em Filadélfia-TO** de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

- () Concordo que o meu registro fotográfico, sonoro e/ou audiovisual seja utilizado somente para esta pesquisa.
- () Concordo que o meu registro fotográfico, sonoro e/ou audiovisual possa ser utilizado em outras pesquisas, mas serei comunicado pelo pesquisador novamente e assinarei outro termo de consentimento livre e esclarecido que explique para que será utilizado o material.

Caso, o participante de pesquisa necessite entrar em contato com o pesquisador poderá fazê-lo de segunda-feira a sexta-feira, das 8hs às 18hs e nos sábados das 9h às 12h. Contatos (63)992476473, e-mail helenitarabeloduarte@gmail.com endereço residencial: Rua das Rosas nº 143, setor rodoviário, Araguaína-TO.

Os resultados da pesquisa serão garantidos ao Sr.(a) no âmbito da biblioteca municipal da cidade de Filadélfia, via e-mail e pessoalmente, de forma individual, caso manifeste interesse por uma cópia no momento da entrevista.

Rubrica do pesquisador: _____

Rubrica do participante: _____

Declaro que concordo em participar desta pesquisa. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido assinado por mim e pelo pesquisador, que me deu a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.

Nome do Participante:

Data:

ASSINATURA DO PARTICIPANTE

Nome do Pesquisador Responsável: Helenita Rabelo Duarte

Endereço: Rua das Rosas, 143

Bairro: Rodoviário

CEP: 77818-670

Cidade: Araguaína - TO

Telefone Celular: (63)992476473

E-mail: helenitarabeloduarte@gmail.com

ASSINATURA DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

DATA:

APÊNDICE III - Parecer do Comitê de Ética (CEP)

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: As representações da paisagem do rio Tocantins no âmbito do território, cultura e identidade sob o imaginário da população em Filadélfia-TO.

Pesquisador: HELENITA RABELO DUARTE

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 33566920.7.0000.5519

Instituição Proponente: Fundação Universidade Federal do Tocantins

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.414.256

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almoarifado

Bairro: Plano Diretor Norte

CEP: 77.001-090

UF: TO

Município: PALMAS

Telefone: (63)3232-8023

E-mail: cep_uft@uft.edu.br

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PALMAS, 23 de Novembro de 2020

Assinado por:

PEDRO YSMAEL CORNEJO MUJICA
(Coordenador(a))